

CONVENTUALIDADES

REPRESENTAÇÕES E VESTÍGIOS DO QUOTIDIANO

ANTÓNIA FIALHO CONDE
SOFIA ALEIXO
TERESA FERREIRA
(COORDS.)

Conventualidades

Representações e vestígios do quotidiano

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira (dir.)

DOI: 10.4000/books.cidehus.21036

Editora: Publicações do Cidehus

Lugar de edição: Évora

Ano de edição: 2023

Online desde: 14 de setembro de 2023

coleção: Biblioteca - Estudos & Colóquios

EAN electrónico: 9789727783410



<https://books.openedition.org>

Referência eletrónica

CONDE, Antónia Fialho (dir.) ; ALEIXO, Sofia (dir.) ; et FERREIRA, Teresa (dir.). *Conventualidades : Representações e vestígios do quotidiano*. Nouvelle édition [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2023 (généré le 03 octobre 2023). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/21036>>. ISBN : 9789727783410. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.21036>.

Créditos da capa

Foto de Antónia Fialho Conde

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 de outubro de 2023.



Le texte seul est utilisable sous licence CC BY-NC-ND 4.0. Les autres éléments (illustrations, fichiers annexes importés) sont « Tous droits réservés », sauf mention contraire.

RESUMOS

O *e-book Conventualidades: Representações e vestígios do quotidiano* é o resultado de um diálogo interdisciplinar e complementar sobre testemunhos da vida monástico-conventual que teve lugar em 2019, durante a VII edição da Residência Cisterciense no mosteiro de S. Bento de Cástris, em Évora. Os onze ensaios aqui apresentados cruzam várias áreas do saber, sendo tratados temas como as narrativas propiciadas pelos azulejos, os novos olhares sobre o futuro do património azulejar e ainda as práticas alimentares em espaço claustral na longa duração, procurando compreender a importância histórica dos quotidianos nestes lugares de uma dimensão marcadamente espiritual.

ANTÓNIA FIALHO CONDE (DIR.)

Universidade de Évora / CIDEHUS
mconde[at]uevora.pt

SOFIA ALEIXO (DIR.)

Universidade de Évora / Darq-EArtes/CHAIA/IHC-CEHCi; Universidade Nova de Lisboa
/ FCSH, CHAM-SLHI
saleixo[at]uevora.pt

TERESA FERREIRA (DIR.)

Universidade de Évora / Departamento de Química e Bioquímica, Laboratório
HERCULES | IN2PAST
tasf[at]uevora.pt

SUMÁRIO

Introdução

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira

Revestimentos com(o) narrativas

Parte I

Para uma revisão do tema da «Adoração das Ciganas» na Arte, Literatura e Música

Luzia Aurora Rocha

Fontes artísticas

Literatura

Música/Instrumentos musicais

Conclusão

Reflexos em paredes vidradas

O azulejo em (alguns) espaços religiosos portugueses

Alexandre Nobre Pais

Introdução

O azulejo em majólica

O século XVII

A narrativa azulejar no século XVIII

Os novos princípios

Os azulejos dos séculos XVII e XVIII no Convento de Nossa Senhora da Arrábida e nos restantes conventos da sua Província

Breve abordagem tipológica e temática

Joana Belard da Fonseca

Introdução e metodologia

Os azulejos no Convento da Arrábida

Algumas conclusões alargadas

Síntese final

Cor e técnica na cerâmica de revestimento medieval

O caso dos ladrilhos cistercienses do Mosteiro de Alcobaça

Fernanda Carvalho, Susana Coentro, Luís Cerqueira Alves, Rui C. Silva, Cátia Relvas, Teresa Ferreira, José Mirão, Rui André Alves Trindade, Isabel Costeira e Vânia Solange Ferreira Muralhat

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Os pavimentos medievais

Procedimento experimental

Resultados e Discussão

Conclusão

De volta aos bancos da escola nos azulejos do século XVIII

Celso Mangucci

Introdução

Os desafios das ciências e da teologia jesuítas

A formação moral

A finalidade do discurso de imagens

A construção do discurso de imagens

Conclusão

Alimentação e quotidianos conventuais

Parte II

O regime alimentar da população monástica em S. Bento de Cástris, uma dieta mediterrânica?

Antónia Fialho Conde

Introdução

Da *victu necessaria* em espaço monástico cisterciense

Os preceitos da Igreja e da *Regra* beneditina e os condicionalismos definidores do modelo alimentar em S. Bento de Cástris

S. Bento de Cástris e os preceitos alimentares nos mosteiros cistercienses femininos no período moderno

Considerações finais

Abstinência alimentar: uma opção ou uma regra?

O que nos dizem as análises de isótopos estáveis sobre a dieta das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra

Ana Ribeiro, Anne-France Maurer, Cláudia Relvado, Cristina Barrocas Dias, Teresa Fernandes, Cleia Detry e Cláudia Umbelino

A dieta nas casas monásticas portuguesas

As clarissas

Análises de isótopos estáveis de carbono e azoto e a dieta humana

Materiais e métodos

Conclusões

Do Documento à Arqueologia

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo

Francisco José Baião

Introdução

Elementos para a história do convento do Bom Jesus de Viana

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo no século XXI

Breve síntese de alguns trabalhos arqueológicos efectuados

Considerações finais

Azulejo e futuro

Parte III

«Projeto SOS Azulejo»

Virar uma página na salvaguarda e valorização global do património azulejar português

Leonor Sá

Introdução

Interdisciplinaridade e necessidade de parcerias

Iniciativas, ações, resultados

Zulejo: novas tecnologias ao serviço do Património Azulejar

Ana Catarina Pinheiro e Mathilda Amélia Larsson

O azulejo de padrão

Novas formas de abordar o azulejo: estudo, divulgação e preservação

Dificuldades e Limitações

Conclusão

Salvaguarda do Património Cultural

A Azulejaria

Deolinda Tavares

Introdução

Particularidades da intervenção em azulejaria

Introdução

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira

- 1 O e-book *Conventualidades: representações e vestígios do quotidiano*, agora publicado em OpenEdition pelo CIDEHUS na coleção «Biblioteca - Estudos & Colóquios», resulta de uma congregação de olhares provindos essencialmente da Academia – mas não só – e que abordam temas desde a análise laboratorial à prática arqueológica, da pesquisa histórica à investigação em musicologia, ou ainda da apreciação das potencialidades digitais para a salvaguarda e valorização do património às paleodietas. Este diálogo interdisciplinar e complementar entre os diferentes olhares teve lugar nos dias 20 e 21 de setembro de 2019, aquando da realização da VII edição da Residência Cisterciense no mosteiro de S. Bento de Cástris, em Évora¹.
- 2 Tal como o título anuncia, os autores procuram analisar a importância dos quotidianos, dos espaços e das opções artísticas, dos sabores, dos vestígios de natureza vária, para a construção da história da vivência dos lugares do espírito. Esta abordagem plural, fundada na pesquisa e na investigação, pretende garantir, pela sua natureza, formato e objetivos primaciais, uma «troca de saberes e experiências, na diversidade de abordagens, nas distintas apropriações dos espaços por formas de arte também distintas, na abertura à cidade/população e ao mundo académico»².
- 3 Assim, «Conventualidades» constitui um título que compreende práticas espirituais e materialidades que devem ser conhecidas e debatidas, desde temas presentes no património azulejar a quotidianos de ontem cujos vestígios e impactos no presente conhecemos e avaliamos precisamente a partir de práticas arquivísticas e laboratoriais. Esse saber proporciona um conhecimento indispensável à salvaguarda e antecipação, em termos patrimoniais, do seu futuro.
- 4 Enquanto editoras desta publicação, as nossas próprias experiências pessoais, académicas e/ou profissionais nestas áreas do conhecimento possibilitaram uma leitura cruzada de olhares, organizando os contributos em três partes: a primeira, com investigações de cinco autores, considera a temática dos revestimentos com(o) narrativas; a segunda, com três artigos, propõe uma leitura sobre a alimentação e quotidianos conventuais; e uma terceira, também com três trabalhos (um deles em coautoria), apresenta o azulejo como material a salvar e como suporte ilustrativo

de narrativas relacionadas com a vida quotidiana, complementadas por reflexões sobre o papel da alimentação nos quotidianos conventuais.

- 5 Em toda a obra encontramos uma relação latente em torno de três grandes temáticas que a justificam: espaços monástico-conventuais, revestimentos a azulejos, e práticas alimentares. Acentuemos, neste contexto, a afirmação de Paulo R. Henriques, segundo a qual «o azulejo é uma das expressões mais fortes da cultura em Portugal». Testemunho da importância deste elemento decorativo para a narrativa histórica e patrimonial do país, constitui, como património integrado, uma parte significativa do património cultural material português, revelada pelos inúmeros estudos e trabalhos que sobre a temática da azulejaria se vêm realizando³. Esse património integra, nomeadamente, espaços interiores de conjuntos construídos, personalizando-os (no que à arquitetura religiosa concerne) também em termos das suas funções, sejam igrejas, cozinhas, claustros, celas ou salas de capítulo. Estes espaços, aliados aos seus materiais de revestimento, geram distintas sociabilidades que, no mundo claustral, eram regidas por diversas *Regras* e *Constituições*: a prática do jejum (voluntário ou imposto, com a penalização pela privação ou forma de consumo dos alimentos), o silêncio (individual ou partilhado no coletivo), as refeições (em dias feriais ou dias festivos), o tocar dos sinos (reguladores dos ritmos de acesso aos refeitórios), e o ritual nos refeitórios (refletido na ordem e hierarquia nas mesas, presença da leitura, lugar dos hóspedes, entre outros).
- 6 Este *e-book* tem início com a temática dos revestimentos com(o) suportes de narrativas, num conjunto de cinco abordagens, onde um texto de Luzia Rocha apresenta uma revisão do tema das ciganas na arte e na música, dando especial ênfase à cena apócrifa da adoração no descanso da Sagrada Família na fuga para o Egito. Partindo de anteriores trabalhos de investigação da autora (tese de doutoramento e publicação do livro *Cantate Dominum – Música e Espiritualidade no Azulejo Barroco* em 2015), o artigo foca-se em três aspetos no âmbito da revisão que anuncia: fontes artísticas, literatura e música/instrumentos musicais.
- 7 Alexandre Pais reflete em seguida sobre a presença do azulejo em alguns espaços religiosos portugueses. O autor detém-se sobre a já longa história associada à aplicação de azulejos em arquitetura (não sendo ainda possível identificar em que tipo de espaços ocorreu inicialmente, se laicos se religiosos), exemplificando com a aplicação dos mesmos, esgrafitados, no pavimento da igreja do mosteiro de Alcobaça⁴, não sendo, porém, prática mediévia única em termos europeus, sobretudo no que respeita à arquitetura religiosa. Essa aplicação prolongar-se-ia nos muros, especialmente a partir de Quinhentos, colocando os azulejos como alternativa à pintura mural, embora tenham partilhado paramentos. O autor analisa também a importância das oficinas de Sevilha entre finais de Quatrocentos e inícios do século seguinte em Portugal, identificando ainda a técnica da «majólica» como um dos elementos basilares da azulejaria no nosso país. O seu discurso percorre depois os séculos sucedâneos, com características próprias em termos de arte azulejar, e como o terramoto de 1755 firmou, dentro do uso do azulejo, o registo. O autor lança por último o seu olhar sobre o século XX e o surgir de uma nova conceção do recurso ao azulejo em espaços religiosos, e como, no final do século, por desígnio de arquitetos como Siza Vieira, é recuperada a dimensão narrativa setecentista da tradição azulejar portuguesa.
- 8 Ainda em espaço religioso, Joana Belard da Fonseca dedica o seu texto à presença azulejar dos séculos XVII e XVIII em doze conventos arrábidos, muito especialmente no

de Nossa Senhora da Arrábida, casa-mãe da Ordem, que isola em termos estilísticos. Neste último ocorreram recolocações sucessivas de azulejos de diferentes épocas (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX), sendo que nos restantes conventos da Província predomina também o azulejo dos séculos XVII e XVIII. A partir da observação direta e do levantamento efetuado nos conventos de Frades Franciscanos Capuchos da «Mais Estreita e Regular Observância» ainda existentes, construindo um *corpus azulejar* exaustivo, sempre cruzado com a cronística da Ordem, a autora procura elencar tipologias e datações, bem como as temáticas, cruzando essas mesmas temáticas na reflexão apresentada. A autora defende que em quase todos os conventos estudados se verificaram recolocações, alterações, transposições de azulejos para outros locais, e até o desaparecimento de alguns dos exemplares azulejares originais.

- 9 Segue-se o texto de Fernanda Carvalho e coautores, onde o espaço de análise foi o mosteiro de Alcobaça, casa-mãe da Ordem de Cister em território nacional e fundado no século XII, nos alvares da nacionalidade. Sobre a aplicação de mosaicos cerâmicos no pavimento deste mosteiro, especifica-se o uso de ladrilhos vidrados na abside, ducentistas, tratando-se de um elemento decorativo raro (cores e formatos diferentes) numa arquitetura simples, austera, sem lugar para distrações e interpretações dos monges. A caracterização da paleta cromática utilizada, baseada na análise laboratorial, permitiu concluir sobre a matéria que faz a cor, ou seja, os pigmentos responsáveis pelo branco, o azul-turquesa, o castanho e os diferentes tons de verde. Sublinhe-se a informação obtida a partir dos vidrados, opacificados por estanho, sugerindo os autores que, por isto mesmo, se trata de um dos primeiros exemplos do uso desta tecnologia islâmica em pavimentos de cerâmica no Portugal cristão.
- 10 Encerra-se este conjunto com um trabalho de Celso Mangucci, no qual o autor aprecia a figuração do vasto conjunto azulejar do Colégio do Espírito Santo, edifício central da Universidade de Évora. Os azulejos, realizados entre 1744 e 1749, ajudam a entender como se organizavam os programas iconográficos setecentistas, reunindo em si a herança da cultura humanista, os preceitos cristãos e a abertura dos jesuítas à ciência, que contemplavam nos seus programas de ensino. Representam, pois, desde a épica virgiliana e os preceitos teológicos aos princípios físicos e leis matemáticas que o racionalismo vinha fazendo imperar. O autor estabelece ainda uma aproximação com algumas oficinas de Lisboa, atuantes à época em espaços construídos com fins similares (de ensino), um jesuíta (colégio de Santo Antão-o-Novo) e um oratoriano (convento das Necessidades), cónegos estes (de S. Filipe de Néri) que Sebastião José de Carvalho e Melo chamaria precisamente para funções pedagógicas aquando da expulsão dos jesuítas do território em 1759.
- 11 Na segunda parte do livro apresentam-se abordagens à história dos edifícios no tempo, num caldo de contextos, funções, intervenções e propostas de uso futuro muito abrangente. O fio condutor baseia-se, porém, na trilogia espaço monástico/alimentação/quotidianos conventuais. Esta parte inicia-se com um trabalho de Antónia Fialho Conde, que reflete sobre os dados recolhidos a propósito de uma comunidade monástica cisterciense feminina, S. Bento de Cástris, no período moderno. Essa reflexão assenta nas razões justificativas à normalidade quotidiana da população conventual em termos de regime alimentar, nomeadamente as imposições da *Regra* beneditina e das *Definições* cistercienses, os jejuns e as abstinências, a fragilidade em termos de saúde, a sazonalidade dos alimentos. A autora procura ainda encontrar a matriz mediterrânica nos consumos e opções alimentares, não a dissociando, porém, da gestão dos recursos

próprios, dos privilégios obtidos, e da origem da população conventual (em termos geográficos, sociais e culturais), questões similares às colocadas pela investigação historiográfica para contextos geográficos distintos e de amplitude diversa.

- 12 O trabalho de Ana Ribeiro e coautores, que se segue, prolonga a reflexão sobre as práticas alimentares das comunidades religiosas. Debruça-se sobre a dieta das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, entre os séculos XIV e XVII, dieta essa que foi analisada e caracterizada através da realização de análises de isótopos estáveis no colagénio ósseo de 28 esqueletos humanos. O artigo compara, e confronta, os resultados obtidos com dados históricos, carpológicos e zooarqueológicos, concluindo que se está em presença da prática de uma alimentação homogénea, baseada em alimentos terrestres, sobretudo plantas, incluindo também alimentos marinhos e/ou recursos de água doce. Porém, a dieta praticada revela uma acentuada presença da proteína animal, colocando questões relacionadas com a ausência de abstinência alimentar, mas que as autoridades religiosas autorizavam. As autoras do artigo colocam a hipótese desta fuga à precariedade clarissa poder ser entendida como uma forma de contornar as condições de grande vulnerabilidade do mosteiro, consequência das constantes cheias do rio Mondego.
- 13 Ainda na esfera conventual, mas numa outra perspetiva, Francisco Baião dá a conhecer o encanto de um espaço há muito tempo ao abandono, o do único convento feminino da Ordem jerónima em Portugal: o convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo. Conjunto patrimonial pleno de história, que é contada no artigo de forma objetiva e com recurso à prova documental e arqueológica, conheceu agressões vandálicas ao longo do tempo. Conhece, desde 2018, um novo período dessa sua mesma história, baseado em obras de restauro e reabilitação por investimento de um particular e que, como fénix renascida das cinzas, ocupa de novo o seu lugar na história e memória da comunidade vianense. Um exemplo de esperança concretizada.
- 14 Os revestimentos azulejares foram também, nesses mesmos espaços, especialmente nos relacionados com as refeições em comum, testemunho de ações mecenáticas de abades, abadessas e priores e são hoje, muitas vezes, testemunhos de vandalismo⁵ e abandono. Este apontamento é o que nos conduz à última parte do livro, dado ser perante esta realidade que se reflete acerca das possibilidades de trabalho com o património azulejar (da excelência do uso à riqueza iconográfica), nomeadamente na necessária divulgação e disseminação de conhecimento, sobre as narrativas que expressa, com o objetivo de valorizar este património e assim o salvaguardar e preservar para as gerações futuras.
- 15 Leonor Sá apresenta o «Projeto SOS Azulejo», uma ideia sua no âmbito do Museu de Polícia Judiciária (MPJ)⁶, implementada em 2007 para a prevenção de furtos (segundo a autora, «pouco denunciados») de revestimentos azulejares de edifícios, seja em fachadas seja em interiores, seja de painéis seja de padrão, a que denomina de «salvaguarda ativa». A salvaguarda e valorização deste elemento decorativo e construtivo da arquitetura portuguesa contribui para reforçar a opção deste Museu, fundado em 1993, de ter como «função social» a «prevenção criminal», evitando crimes relacionados com o património cultural e bens históricos e artísticos, enquanto simultaneamente, de modo «assertivo, pedagógico e lúdico», estabelece uma ligação com a comunidade para que sinta esse património como seu. Como resultados práticos deste projeto, salientam-se a página web; a adesão da Câmara Municipal de Lisboa, que insere, no «Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL)» em 2013, medidas de proteção de azulejos; o reconhecimento internacional deste

projeto (Grande Prémio Europa Nostra 2013); e a legislação nacional específica de proteção do património azulejar em 2017. Sem orçamento próprio, as limitações de ação serão significativas, embora as parcerias interdisciplinares⁷ potenciem a visibilidade da instituição museológica. Por outro lado, e refletindo a valorização deste elemento e a necessidade deste reconhecimento pela população, vários municípios em 2021 davam conta de estar a desenvolver um trabalho exaustivo de inventário do património azulejar (ex.: Figueira da Foz, Lamego⁸, Viseu⁹) de registo para a proteção, salvaguarda e valorização, apelando à sensibilização e participação das comunidades. Outras iniciativas serão ainda complementares, como o «Guia de Inventário de Azulejo *In Situ*»¹⁰ (2014) elaborado pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões – IHA/FLUL em parceria com o Museu Nacional do Azulejo e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

- 16 Ana Catarina Pinheiro e Mathilda Amélia Larsson apresentam seguidamente uma aplicação (designada «Zulejo») socorrendo-se de uma vasta base de dados, para divulgar informação não só sobre o azulejo de padrão enquanto elemento patrimonial a salvaguardar, mas, principalmente, enquanto *software* interativo que, no próprio local onde o azulejo se encontra, fornece informação sobre as suas características, como fabricante, etc. Esta capacidade de conhecer no local, de aprender em contacto direto com o elemento patrimonial, revela uma atitude de entendimento do contexto como elemento indissociável da identidade do azulejo. Por exemplo, quando localizado em fachadas, não se trata apenas de um objeto que se manufaturou ou fabricou, mas sim de um elemento de interface entre uma realidade pública, com impacto estético no meio urbano, e uma realidade privada¹¹. Lamentavelmente, a candidatura do «Azulejo Português a Património Mundial», em maio 2015, e referida pelas autoras, não teve desfecho até ao momento de publicação deste volume¹², tendo sido considerada uma forma relevante de descentralização de visitantes que, através de roteiros de azulejaria, divulgariam este valioso património¹³. No entanto, o estudo do material deixou já um legado significativo, como sejam, para além dos estudos indicados pelas autoras, o site «FCT-AzuRe», que divulga Estudos no Azulejo Português para Candidatura a Património da Humanidade¹⁴, e o «Guia do Azulejo na Cidade», dedicado ao Porto¹⁵.
- 17 Deolinda Tavares, autora do último capítulo deste *e-book*, divulga alguns trabalhos da ciência ao serviço do azulejo, nas atividades de restaurar, recuperar e divulgar, em equipamentos localizados no Sul de Portugal e de diversas cronologias (concretamente a Basílica Real de Castro Verde e o convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja), para salientar o papel profissional da Direção Regional de Cultura do Alentejo, não só na articulação de entidades, mas também na definição técnica de como intervir, alertando ainda para as consequências da extinção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)¹⁶ e da transferência de competências para o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., (IGESPAR)¹⁷, que tiveram lugar em 2007. Salienta o papel das comunidades locais, do seu «saber feito de vivências e memórias do sítio e das alterações que testemunham», e a subvalorização, em geral, deste conhecimento no processo de identificação do bem patrimonial.
- 18 Cruzando os três últimos artigos deste *e-book*, encontra-se a referência à escassez de recursos para empreender as ações de salvaguarda que se propõem, uma reação negativa à extinção da DGEMN face aos resultados efetivos para a salvaguarda do património e uma ideia de integração das comunidades nas intervenções, princípios que são reconhecidos¹⁸, revelando dificuldade de implementação na prática.

- 19 Deste conjunto de reflexões, ganhando forma de testemunhos escritos que aqui se reúnem, fica bem presente a natureza daquilo que deve ser a investigação em Portugal: pesquisa, análise material e prática laboratorial, trabalho de arquivo e trabalho no terreno, com características multidisciplinares, garantindo que o Património, a História, a Química e a Física, a Arquitetura, a Conservação, as Artes Decorativas, a Arqueologia e a Musicologia continuem a marcar a produção científica de qualidade em Portugal. É com base nestes propósitos que a Residência Cisterciense no mosteiro de S. Bento de Cástris garantiu já a realização de dez edições, bem como a publicação de dois *e-books*, sendo este o terceiro, contribuindo, assim, para a disseminação e promoção da cultura, das artes, das ciências e das letras.

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira
Coordenadoras da edição

NOTAS

1. Parceria entre o CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, o Laboratório HERCULES – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda e o CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, contando em 2019 com o apoio do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, FLAUTUÉ – Escola de Artes da Universidade de Évora e Caminheiros de Évora.
2. Acessível em <http://residenciacisterciense.weebly.com>
3. Biblioteca digital sobre azulejaria e cerâmica acessível em <https://digitale.gulbenkian.pt>, tendo por base a documentação e o trabalho desenvolvido por João Manuel dos Santos Simões (1907–1972) e pela Brigada da Azulejaria, e ainda outras coleções pertencentes aos fundos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.
4. Quando aplicados em pavimentos, e porque requerem uma maior resistência ao desgaste, os mosaicos cerâmicos assumem a designação técnica de «ladrilhos».
5. Poderíamos citar, neste contexto, o próprio exemplo do Refeitório do mosteiro de S. Bento de Cástris, no qual os azulejos do tipo «maçaroca de milho» foram vandalizados e mesmo roubados (nomeadamente um trecho que assinalava o patrocínio da obra pela abadessa D. Ana de Faria de Almeida. Salientemos ainda que, infelizmente, esta prática se estende a exemplos de arquitetura civil, mesmo em edifícios que constem em inventário municipal do património: «Em 2009, a opinião pública foi confrontada com a notícia da destruição parcial de um painel concebido por Almada Negreiros para uma moradia no Restelo, em Lisboa, tirando partido da ausência de classificação de tão emblemática obra. Ao choque e ultraje seguiu-se a assimilação da ideia de que, apesar de central na arte religiosa e palaciana, o azulejo não dispunha de ferramentas de protecção adaptadas à especificidade de uma forma de arte móvel e, portanto, volátil». Acessível em https://www.nationalgeographic.pt/historia/azulejos-conhecer-melhor-um-dos-mais-ricos-patrimonios-portugueses_1548
6. Iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, na dependência do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC). Acessível em <https://www.policiajudiciaria.pt/museu-policia-judiciaria/#>
7. Protocolo de 2007 no âmbito do Projeto SOS Azulejo, entre o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (atual Escola de Polícia Judiciária), o Instituto Politécnico de

Tomar, o IPPAR (neste momento ainda Direção-Geral do Património Cultural), a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. Em 2010, juntou-se em adenda o Instituto de História da Arte, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA-CI-FLUL), através da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões (RTEACJMSS), e em 2014 aderiu ainda a Universidade de Aveiro.

8. A catalogação segue as orientações da Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo, desenvolvido pela Rede de Investigação em Azulejo, potenciando a sua utilização na classificação das fachadas de cada um dos edifícios como “Imóvel de Interesse Municipal”.

9. Inscrição destes bens no inventário do Património Cultural do concelho: «Viseu Azulejar», projetos direcionados à identificação, classificação, recuperação, investigação e promoção do património azulejar.

10. Acessível em http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/guia_inventarioAZULEJOS%20In%20Situ_v1.pdf

11. «(...) foi concebida para promover a salvaguarda e a divulgação do Património azulejar, facultando informações sobre os azulejos de forma instantânea e em qualquer local através do uso de um smartphone e acesso à internet. O utilizador da ZULEJO irá também colaborar na salvaguarda do património participando na inventariação e monitorização do estado de conservação das fachadas azulejadas ao registar fotografias de azulejos. (...) tem também uma finalidade ligada à investigação. A análise dos dados obtidos com a aplicação tem um interesse acrescido para as entidades responsáveis pelos azulejos e outros investigadores sendo possível estabelecer roteiros nas cidades e verificando quais os que suscitam maior interesse e as zonas mais visitadas (hotspots) (...)». Acessível em <https://blogazlab.wordpress.com/2019/10/01/app-azulejo-3/>

12. «Por norma, a UNESCO classifica monumentos ou zonas históricas geograficamente circunscritas. Neste caso, solicita-se a classificação de um largo conjunto de edificações com azulejo integrado disseminadas pelo País, que estaria nos limites das normas da UNESCO, mas que poderia ter virtudes paralelas, como a promoção do turismo em zonas historicamente desfavorecidas». Acessível em https://www.nationalgeographic.pt/historia/azulejos-conhecer-melhor-um-dos-mais-ricos-patrimonios-portugueses_1548

13. Acessível em <https://www.publico.pt/2018/05/05/fugas/noticia/esta-na-altura-de-os-portugueses-voltarem-a-olhar-os-seus-azulejos-1817825>

14. Acessível em <http://azulejos.lnec.pt/AzuRe/index.html>

15. Acessível em <http://reflexosdoporto.wix.com/guia-azulejo>; cf. ainda Nisa Félix (2020) – Reflexo(s) do Porto: Guia do Azulejo na Cidade / (Porto Reflection(s): City Tile Guide). Porto: DIGIMEDIA/Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – CITCEM. *Journal of Digital Media & Interaction*, Vol. 3, No. 7, (2020), p. 178–192. ISSN: 2184-3120

16. Pelo D. L. n.º 223/2007 de 30 de maio, a maior parte das funções desta Direção-Geral foram integradas no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IHRU, no que diz respeito à intervenção sobre o património habitacional não classificado e ao desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património (SIPA); já as atribuições relativas ao património classificado (Art.º 21, n.º 1) ficaram na competência do IGESPAR, entretanto refundido com o Instituto dos Museus e da Conservação numa nova Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

17. Criado pela Lei Orgânica do Ministério da Cultura, D. L. n.º 215/2006, de 27 de outubro. Como missão, e no âmbito do artigo de Deolinda Tavares, refira-se a elaboração de «planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções (...) em imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados nas respectivas zonas de protecção(...)», e ainda «assegurar (...) a gestão e valorização do património cultural arquitectónico(...)».

18. Veja-se a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005.

AUTORES

ANTÓNIA FIALHO CONDE

Universidade de Évora / CIDEHUS
mconde@uevora.pt

SOFIA ALEIXO

Universidade de Évora / Darq-EArtes/CHAIA/IHC-CEHCi; Universidade Nova de Lisboa / FCSH,
CHAM-SLHI
saleixo@uevora.pt

TERESA FERREIRA

Universidade de Évora / Departamento de Química e Bioquímica, Laboratório HERCULES |
IN2PAST
tasf@uevora.pt

Revestimentos com(o) narrativas

Parte I

Para uma revisão do tema da «Adoração das Ciganas» na Arte, Literatura e Música

Luzia Aurora Rocha

NOTA DO EDITOR

O presente texto não segue a grafia estabelecida pelo Acordo Ortográfico de 1990.

NOTA DO AUTOR

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0086].

Fontes artísticas

- ¹ Nos acima referidos trabalhos de doutoramento e no livro publicado, foram identificadas duas fontes artísticas com música (suporte – painel de azulejo) do episódio da «Adoração das ciganas», cena apócrifa¹ directamente relacionada com o descanso na fuga para o Egipto. Trata-se de um grupo de mulheres ciganas jovens, com chapéus particulares (que se comprovou serem do traje feminino desta etnia, à época), que oferecem fruta e música (um pandeiro triangular é executado) à Sagrada Família. Um dos painéis está localizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Matriz do Crato)²; o outro, na Igreja de Santa Maria Maior, em Barcelos. Também se realizou, nos supra referidos trabalhos, a identificação de várias fontes com a mesma cena, mas sem a presença da música: uma pintura a fresco, na igreja da aldeia de Vila Velha (perto do Crato)³; um painel de azulejos na Igreja de Nossa Senhora do Pranto na Chamusca; uma

painel de azulejos no antigo Convento de São Paulo da Serra d'Ossa. De notar que todos os locais onde estão os painéis são templos de invocação Mariana. Aqui também se inclui o Convento da Serra d'Ossa, cuja capela tem como orago Nossa Senhora da Conceição. Há, assim, uma indelével relação das ciganas e da sua música com a Virgem Maria, em geral, e com o episódio da fuga da Sagrada Família para o Egipto, em particular.

- 2 Nesta revisão, ao nível de fontes, inclui-se uma obra de André de Morales⁴, na Igreja da Misericórdia de Santarém, a única pintura encontrada com música⁵. A partir de um eixo central constrói-se uma estrutura em pirâmide: no topo, a pomba, símbolo do Espírito Santo, tem a Virgem Maria, S. José e o Menino, sob a sua luz dourada. Do topo da composição abre-se uma estrutura em triângulo, onde se encaixa um grupo de mulheres e crianças ciganas, que oferecem frutos (romãs, melancia e cerejas) à Sagrada Família. As ciganas trajam de cores garridas, ostentando os seus típicos chapéus. A que se encontra no canto inferior à direita do observador segura uma pandeireta. Outro objecto sonoro é a coleira do cão, com uma pequena guizeira.

Figura 1. André de Morales, *A «Adoração das Ciganas» na Fuga para o Egipto*. Óleo sobre madeira de carvalho.



Fonte: Igreja da Misericórdia, Santarém, Portugal.

Figura 1^a. André de Morales, A «Adoração das Ciganas» na Fuga para o Egipto, Pormenor do instrumento musical. Óleo sobre madeira de carvalho.



Fonte: Igreja da Misericórdia, Santarém, Portugal.

- 3 Ao nível da azulejaria, encontramos uma representação com música na Igreja do Mosteiro de S. Bernardo em Portalegre⁶, uma cópia invertida da composição do Crato.
- 4 Com execução musical (mas não por ciganas), pode-se referir a tapeçaria do «Cortejo Triunfal com Girafas» tecida em Tournai no início do século XVI. Na multidão festiva que acompanha as girafas e restantes animais, encontramos representadas várias etnias, entre as quais um grupo de ciganas. A representação musical foi já estudada pela investigadora Bernadette Nelson. Sem qualquer execução musical, mas sendo uma cena dentro da temática da adoração no descanso da fuga para o Egipto, referencia-se a existência de um painel de azulejos na capela do Paço da Palmeira, em Braga. Noutro suporte, em pintura, foram identificadas duas obras de arte, uma localizada no Museu de Lamego⁷ e outra no Museu Diocesano em Santarém⁸, também sem música. A propósito desta última, indica Vítor Serrão:

«O pintor deste ingénuo quadro conhecia, por certo, o grande painel de início do século XVII, da autoria de André de Morales, que representa o *Repouso na Fuga para o Egipto* e existe na igreja da Misericórdia de Santarém, onde justamente se multiplicam as representações de gitanas, no contexto de uma imagética tridentina de intuitos devocionais.» (SERRÃO; 2021, 186–187)

Literatura

- 5 A presença das ciganas na Europa tem sido documentada desde, pelo menos, o século XV e Portugal não foi excepção. Em crónicas, relatos de festas, literatura, obras teatrais⁹, decretos-lei, arte¹⁰ e música, a menção a este grupo social foi sempre discreta,

mas constante. Sobre as origens e rota migratória, é possível que a diáspora do povo cigano tenha partido da região de Sindh, actual Paquistão, e chegado ao leste da Europa entre os séculos IX e XI. Nessa dinâmica de progressão para Ocidente, podem distinguir-se várias ondas de migrações, geralmente condensadas em três grandes grupos: os *Rom*, que permaneceram durante largo tempo no leste europeu; os *Manouches* ou *Sinti*, que após longa permanência em territórios germânicos se deslocaram para a França; por fim, os *Ciganos*, que, segundo uns, atravessaram África (daqui virá a associação com o Egipto) e, segundo outros, os Balcãs e a Europa central, para se virem fixar na Península Ibérica. Sobre a sua migração e a sua ligação com o episódio da Fuga para o Egipto, indica-nos Walter Starkie que tal está relacionado com uma história inventada, na qual os próprios se denominavam peregrinos, para que a sua entrada em território fosse facilitada:

«(...) Let us also bear in mind what was the history of the gipsy race ever since its entry into Europe in the fifteenth century. At the first when they arrived in 1417 in the towns of Eastern Europe they were looked upon as pilgrims because they told a wonderful story: 'We are', said they, 'Egyptians, descendants of the race that ill-treated Mary and Joseph and the Infant Jesus when they fled from the wrath of Herod into Egypt. For that reason, we, the descendants, have been condemned to wander through the world for seven years as expiation of the sin of our forefathers.' The story was believed, and the gipsies were helped on their way. (...)»¹¹ (STARKIE, 1935-36, 7)

- 6 No que diz respeito a Portugal, os ciganos introduziram-se no reino vindos da Andaluzia (Espanha) desde a 2.^a metade do século XV e é, por isso, possível que estivessem em particular no Alentejo, «onde se dedicariam às suas práticas tradicionais de venda de animais ou leitura da sina» (SALES, 2005, 4). No início do século XVI, apareceriam caricaturados na *Farsa das Ciganas* de Gil Vicente, representado na corte de D. João III, em 1521. Contudo, o tom de sátira ligeira aos costumes e uma linguagem caricatural – uma amálgama de «castelhano-andaluz com lusismos (...) e “ciganês”» (SALES, 2005, 15) –, até abonatória, não foram suficientemente fortes para contrariar o cenário legal construído em torno deste povo. Não obstante esta obra de Gil Vicente ter sido referida nos meus trabalhos prévios, pouco relevo lhe foi dada em detrimento de um autor espanhol, Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616), autor da obra *La Gitanilla* (em português, *A Ciganita*)¹². Gil Vicente caracteriza o canto e a dança dos ciganos – sem referir instrumentos musicais –, mas caracterizando-o como rápidas e animadas. Indica Sales, a propósito da fala de uma personagem, a cigana *Martina*:

«O verso da fala de Martina, acaba com uma palavra que está, por necessidade de rima, mal escrita (Teyssier, 1959): não é *faranduraz*, mas *farándulas*, em português *farândolas*. A palavra talvez diga mais sobre como foi o número dos ciganos. Pode ser sinónimo de *faramalha* – prosápia, vigarice – o que, no texto, faz sentido. Mas pode ser também, e é esse o seu primeiro significado, nome de teatro. *Farândola*, do provençal *farandoulo*, é uma dança provençal em andamento vivo onde as pessoas percorrem agitadamente, de mão dada, toda uma povoação até terminarem pelo cansaço. *Farandolar* é entrar em danças agitadas e alegres (Tomás Borba, Fernando Lopes-Graça, 1956)» (SALES, 2005, 7)

- 7 Gil Vicente despertou também a atenção de investigadores como Baumann e Münzel:

«The intellectual background to the rising enthusiasm for Gypsy culture in Europe reaches back particularly into the theatrical and literary past. In a 1521 theatrical play by the Portuguese writer Gil Vicente (ca. 1470-1536/7) called 'Farca das Ciganas' dancing and singing Gypsy women appear on stage (Münzel 1979:13).» (BAUMANN, 1996, 97)

- 8 Contudo, a obra merece mais atenção no que concerne à sua novidade, numa perspectiva cómica – e muito menos hostil do que a do poder político. A questão geográfica é importante, não só pela consideração da hipótese do Alentejo ser a principal porta de entrada desta etnia, por via da Andaluzia, como também pelo facto de a farsa de Gil Vicente ter sido representada na cidade de Évora, na Páscoa do ano de 1525 (SALES, 2005, 18).
- 9 Nas Cortes de Torres Novas (Setembro e Outubro de 1525), perante denúncias várias, foi decretado que não entrassem ciganos no reino. Outras disposições legais se seguiram em reinados sucessivos, decretando expulsões, proibições de entrada no reino e penas de galés e degredo em África e Brasil para os ciganos. De facto, verifica-se uma certa divergência entre a política do reino¹³ e as manifestações artísticas.
- 10 No que concerne à participação musical activa das ciganas na sociedade portuguesa, é possível afirmar que esta está documentada em vários registos e testemunhos¹⁴ publicados ao longo de vários séculos, quer pela sua dança, quer pela execução de instrumentos musicais. O papel social e musical das ciganas no âmbito processional sacro, sacro/profano e profano é, contudo, diferente da aproximação na arte visual portuguesa, onde as mulheres desta etnia são sempre retratadas no episódio apócrifo da *Fuga para o Egipto*, quer, por um lado, devido a um fundo de veracidade associado às suas rotas migratórias, quer, por outro, e devido ao seu papel forjado na história cristã, para possibilitar uma melhor mobilidade e aceitação social.

Música/Instrumentos musicais

- 11 A. T. Sinclair apresenta, no seu artigo «Gypsy and Oriental Musical Instruments», a melhor síntese para explicar a questão itinerante do povo cigano e a questão dos instrumentos musicais que elegeram:
- «The safest theory to start with, as with their music, is that the Gypsies brought nothing with them, originated nothing, but simply adopted in every country what they found, and as they found it. (...) Whether the Gypsies have introduced instruments anywhere can be decided only by taking into account many considerations, as: their trade as musicians, the instruments themselves, the history of the various countries, and the *Gypsies*.» (SINCLAIR, 1908, 205)
- 12 Walter Starkie suporta a mesma ideia ao afirmar:
- «(...) It has been proved that the Gypsies are not creative musicians: they always have been born imitators as well as the dearest flatterers on earth. They took the music they found in the various countries, adapted it to their own personality and gave it certain powers of suggestion. (...)» (STARKIE, 1935, 83)
- 13 Neste sentido, não se modifica a ideia já apresentada em trabalhos prévios da escolha dos instrumentos musicais destas fontes aqui apresentadas ter implicações históricas relacionadas com o âmbito geográfico ibérico, como é o caso do já previamente identificado pandeiro triangular, adicionando ainda a pandeireta e a guizeira na pintura de Morales.

Conclusão

- 14 A revisão do tema da adoração das ciganas e das ciganas na arte é possível pela contínua identificação de novas fontes artísticas (com música e sem música). Volvidos

já sete anos desde a data em que iniciei e tratei este tema (nos anos compreendidos entre 2007 e 2015), constata-se que, até ao presente, em Portugal, se conseguiu valorizá-lo cientificamente, esperando-se que futuramente seja possível mapear um *corpus* mais extenso e enraizado, bem como desenvolver novos estudos académico-científicos.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMANN, Max Peter (1996) – The Reflection of the Roma in European Art Music. *The World of Music*. Vol. 38, N.º 1, pp. 95–138.
- MENDONÇA, Manuela (2016) – *Uma breve história sobre o povo cigano* [em linha]. Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos [consult. 18 de Janeiro de 2020]. Disponível em <https://www.pastoraldosciganos.pt/uma-breve-historia-sobre-o-povo-cigano/>
- ROCHA, Luzia (2012) – *O motivo musical na azulejaria portuguesa da primeira metade do século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de doutoramento em Ciências Musicais Históricas.
- ROCHA, Luzia (2015) – *Cantate Dominum: Música e Espiritualidade no Azulejo Barroco*. Lisboa: Edições Colibri e CESEM.
- SALES, João (2005) – *Ciganas*. Lisboa: Quimera.
- SERRÃO, Vítor (2021) – Repouso na fuga para o Egipto. *Catedral e Museu Diocesano de Santarém*. Santarém: Museu Diocesano, pp. 186–187.
- SINCLAIR, A. T. (1908) – Gypsy and Oriental Musical Instruments. *The Journal of American Folklore*. Vol. 21, N.º 81, pp. 205–221
- STARKIE, Walter (1935) – Gipsy Folk-Lore Music. *Journal of the English Folk Dance and Song Society*, Vol. 2, pp. 83–91.
- STARKIE, Walter (1935–1936) – The Gipsy in Andalusian Folk-Lore and Folk-Music. *Proceedings of the Musical Association*. 62nd Sess., pp. 1–20.

NOTAS

1. A única referência bíblica está no livro do Novo Testamento em Mateus (Mt. 2, 13–23): «Depois que os magos partiram, o Anjo do Senhor apareceu em sonho a José e disse-lhe: “Levanta-te, toma o Menino e sua Mãe e foge para o Egipto! Fica lá até que te avise. Porque Herodes vai procurar o Menino para O matar”. José levantou-se de noite, tomou o Menino e sua Mãe e partiu para o Egipto. Lá ficou até à morte de Herodes, para se cumprir o que o Senhor havia dito por meio do Profeta: “Do Egipto chamei o meu Filho”. Quando Herodes percebeu que os magos o haviam enganado, ficou furioso. Mandou matar todos os meninos de Belém e de todo o território ao redor, de dois anos para baixo, calculando a idade pelo que tinha averiguado dos magos. Então cumpriu-se o que fora dito pelo profeta Jeremias: “Ouviu-se um grito em Ramá, choro e grande lamento: é Raquel que chora os seus filhos, e não quer ser consolada, porque eles já não existem”. Quando Herodes morreu, o Anjo do Senhor apareceu em sonhos a José, e disse-lhe: “Levanta-te,

toma o Menino e sua Mãe e volta para a terra de Israel, pois já estão mortos aqueles que procuravam matar o Menino”. José levantou-se, pegou no Menino e sua Mãe e voltou para a terra de Israel. Mas, quando soube que Arquelau reinava na Judeia, como sucessor de Herodes, seu pai, teve medo de ir para lá. Por isso, depois de receber aviso em sonho, José partiu para a região da Galileia e foi morar numa cidade chamada Nazaré. Isso aconteceu para se cumprir o que foi dito pelos profetas: “Ele será chamado Nazareno”.»

2. Igreja de arquitectura gótica, maneirista e barroca, com azulejos historiados da primeira metade do século XVIII, os da capela-mor representando os passos da vida da Virgem.

3. De produção mais antiga do que os painéis de azulejos, esta pintura veio permitir a identificação da cena, pela cartela que identificava especificamente as mulheres ciganas.

4. Formado em Lisboa na oficina de Simão Rodrigues, mas estabelecido em Santarém. Para a Igreja da Misericórdia desta cidade, pintou este *Repouso na fuga para o Egipto* e também fez a pintura decorativa de brutescos das colunas do templo, em conjunto com Sebastião Domingues.

5. Exemplo ainda sem a identificação de conexão Mariana.

6. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da Ordem de Cister.

7. *Repouso na fuga para o Egipto*, óleo sobre madeira de castanho de ca. de 1620–1630, da autoria do pintor português André Reinoso (act. 1610–1640). Proveniência, Mitra da Sé de Lamego. De referir que o templo tem a invocação de Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

8. Tábua representando o *Repouso na fuga para o Egipto*, proveniente da Ermida de Nossa Senhora do Desterro em Pontével (inexistente). Novamente, um templo de invocação Mariana.

9. É o caso do *Auto das Ciganas*, de Gil Vicente («Auto de uãs ciganas, representado ao muito alto e poderoso rei dom João, o terceiro deste nome, em a sua cidade d’Évora. Era do Redentor de 1521.» É uma peça breve, onde intervêm quatro ciganas, cujos nomes são Martina, Cassandra, Lucrécia, Giralda; e quatro ciganos, cujos nomes são Liberto, Cláudio, Carmelo e Amílio; que tentam vender cavalos e ler a sina à sua assistência. Os ciganos despedem-se por entre danças e queixas acerca do mau negócio que fizeram na corte.)

10. É importante referir as gravuras de Cesare Vecellio («Cingara Orientalle», Veneza, 1540) e de François Deprez («Egitiana», França, 1567), o *Desenho de Ciganos* de Hans Burgkmair, das colecções do Nationalmuseum Stockholm e ainda destacar a tapeçaria «Cortejo de Girafas», encomenda de D. Manuel I a Oficina de Tournai, século XVI (c. 1510, comprada em Nova Iorque em 1948 por Ricardo do Espírito Santo Silva), já acima mencionada.

11. Citação retirada de Rocha, 2012.

12. Citação retirada de Rocha, 2012, 187: «(...) Y la primera entrada que hizo Preciosa en Madrid fue un día de Santa Ana, patrona y abogada de la villa, con una danza en que iban ocho gitanas, cuatro ancianas y cuatro muchachas, y un gitano, gran bailarín, que las guiaba. Y, aunque todas iban limpias y bien aderezadas, el aseo de Preciosa era tal, que poco a poco fue enamorando los ojos de cuantos la miraban. De entre el son del tamborín y castañetas y fuga del baile salió un rumor que encarecía la belleza y donaire de la gitanilla, y corrían los muchachos a verla y los hombres a mirarla. Pero cuando la oyeron cantar, por ser la danza cantada, ¡allí fue ello! Allí sí que cobró aliento la fama de la gitanilla, y de común consentimiento de los diputados de la fiesta, desde luego le señalaron el premio y joya de la mejor danza; y cuando llegaron a hacerla en la iglesia de Santa María, delante de la imagen de Santa Ana, después de haber bailado todas, tomó Preciosa unas sonajas, al son de las cuales, dando en redondo largas y ligerísimas vueltas, cantó el romance siguiente (...).»

13. No reinado de D. João III, em 1538: «que nenhum cigano, assim homem como mulher, entre em meus reinos e senhorios» e «entrando, sejam presos e publicamente açoutados com barão e pregão»; na regência de D. Catarina, em 1557, repete-se a ordem de expulsão e acrescenta-se a pena de condenação às galés para os que não obedecerem; no reinado de D. Sebastião, em 1573, repetem-se as ordenações anteriores, mas acrescenta que as mulheres não podem ser condenadas às galés, sendo-lhes aplicadas todas as outras penas; D. Henrique, em 1579, determina que se

façam pregões em todos os lugares públicos, ordenando que os ciganos saiam do reino dentro de 30 dias, acrescenta que «qualquer um que seja achado fora deste tempo seja logo preso e açoitado publicamente no lugar onde for achado e degredado para sempre para as galés». Durante o domínio da dinastia Filipina, é mantida a mesma orientação legal. Filipe I, em 1592, faz nova ordem de expulsão do reino, a cumprir no prazo de 4 meses. Em alternativa, os ciganos deveriam fixar residência e deixar a vida nómada. Determina a pena de morte, sem apelo nem agravo, para todos os que se encontrassem, depois daquele prazo, a vagabundear pelo reino; Filipe II, em 1606, verificando-se o não cumprimento das leis anteriores, determinava-se novamente a expulsão dos ciganos. Acrescentava-se, para os prevaricadores, a pena de degredo e condenação às galés; em 1613, lança a proibição de aceitar os ciganos como residentes no reino e determinação de expulsão de todos os que se aí se encontrassem, no prazo de 15 dias; acrescentavam-se penas idênticas às anteriores. Com D. João IV, em 1647, há autorização para que os ciganos pudessem fixar residência nas seguintes localidades: Torres Vedras, Leiria, Ourém, Tomar, Alenquer, Montemor-o-Velho e Coimbra. Ficavam, no entanto, proibidos de falar a sua língua e a ensinarem aos filhos, bem como de usarem os seus fatos. Determinava-se ainda a obrigatoriedade de trabalharem e os filhos com mais de 9 anos seriam tirados aos pais, indo servir para casas de não-ciganos. Em 1650, os ciganos foram aceites para servir nas fronteiras, respeitando as normas de fixação já impostas; determinava-se a pena de condenação às galés para os homens e degredo para Cabo Verde e Angola para as mulheres que não cumprissem a lei; em 1654, há ordem de prisão para todos os ciganos que fossem encontrados no reino a vadiar. Com Pedro II, em 1689, os ciganos nascidos no reino eram novamente proibidos de vagabundear ou trazer trajes ciganos; deveriam fixar-se e viver como os restantes naturais do reino. Pena de morte para os incumpridores (fonte: Manuela Mendonça, 2016, <https://www.pastoraldosciganos.pt/uma-breve-historia-sobre-o-povo-cigano/>). No reinado de D. João V, *A Gazeta de Lisboa*, de 23 Dezembro de 1717, revela: «(...) El Rey Nosso Senhor attendendo às universaes queyxas de seus vassallos sobre os insultos, & roubos commettidos geralmente pelo siganos em todo o Reyno, ordenou por sua resolução de 5 do corrente que todos fossem prezos, & mandados para as conquistas mais remotas dos domínios desta Coroa, encomendando esta diligencia aos Governadores das armas das Províncias, & a todos os Ministros da Justiça do Reyno (...)». Rocha, 2015, 65.

14. Nas Procissões do *Corpus Christi* em Lisboa e Viana do Castelo (por exemplo), nos séculos XVII e XVIII, nas touradas realizadas no Terreiro do Paço e no Rossio, em Lisboa, à época do terramoto ou até nas festas públicas que o Supremo Senado fez na aclamação do rei D. José I no ano de 1752. Cf. Rocha, 2015, 69–71.

RESUMOS

A partir de trabalho de investigação realizado no âmbito de Doutoramento em Ciências Musicais (2007–2012) e de um livro publicado em 2015 (*Cantate Dominum – Música e Espiritualidade no Azulejo Barroco*), a autora realiza uma revisão do tema das ciganas na arte e na música, com especial ênfase à cena apócrifa da adoração no descanso da Sagrada Família na fuga para o Egipto. O artigo focar-se-á em três aspectos no âmbito desta revisão: fontes artísticas, literatura e música/instrumentos musicais.

Based on research work carried out within the scope of a PhD in Musicology (2007–2012) and a book published in 2015 (*Cantate Dominum – Música e Espiritualidade no Azulejo Barroco*), the author

reviews the theme of gypsies in music and art with special emphasis on the apocryphal scene of adoration at the rest of the Holy Family on the flight to Egypt. The article will focus on three aspects within the scope of this review: artistic sources, literature and music/musical instruments.

ÍNDICE

Palavras-chave: iconografia musical, organologia, Alentejo, ciganas, arte sacra

Keywords: musical iconography, organology, Alentejo, gypsies, sacred art

AUTOR

LUZIA AURORA ROCHA

NOVA FCSH / CESEM

luzia.rocha@fcsh.unl.pt

Reflexos em paredes vidradas

O azulejo em (alguns) espaços religiosos portugueses

Alexandre Nobre Pais

Introdução

- ¹ A aplicação de azulejos nas arquiteturas em Portugal perde-se na prática do tempo, não sendo possível identificar onde os primeiros exemplares terão estado presentes, se em espaços laicos ou edifícios religiosos. De entre os exemplares mais antigos sobreviventes, talvez se possam considerar os que ornamentavam o pavimento da igreja do Mosteiro de Santa Maria, em Alcobaça. Estes são azulejos de vidro plumbífero, misturado com óxido de ferro que lhes dá o característico tom melado, transparente, permitindo observar os desenhos na superfície de barro, esgrafitados quando este ainda se encontrava maleável. Se o conceito de decorar os pavimentos encontra correspondência, no período medieval, em igrejas e conventos europeus, ainda que com lógicas de trabalho e resultados estéticos diferentes, uma alteração parece ocorrer quando começa o progressivo preenchimento de panos murários com azulejos. Esta prática, que na Península Ibérica parece herdeira da tradição islâmica e de que o Alhambra, em Granada, constitui um dos exemplos mais conhecidos, irá ganhar força. Assim, é possível enumerar exemplos de edifícios nos territórios ibéricos que ainda mantêm espaços forrados com azulejos, nomeadamente a partir do século XVI.
- ² Podemos ver na aplicação do azulejo uma resposta à decoração da pintura mural, mais usual no Sul da Europa, ainda que ambas tenham convivido e, de certa forma, a perda dos programas pintados em paredes e cantarias, poderá ter truncado a perceção global da relação que estabeleciam nas arquiteturas portuguesas.
- ³ A grande presença de azulejos em território nacional, manufaturados entre o final do século XV e a primeira metade do século XVI, tem como origem principal as oficinas de Sevilha, com os seus exemplares ditos «hispano-mouriscos», em técnicas de «corda seca» e «aresta». Se a expansão destas peças está assinalada no espaço europeu, ela também acompanhou as viagens realizadas por portugueses e espanhóis à descoberta

do mundo, sendo assinalada a presença de azulejos com esta origem no continente africano e no americano. No entanto, estamos em crer que em poucas geografias a azulejaria «hispano-mourisca» encontrou um tratamento tão diversificado e imaginativo como em algumas arquiteturas portuguesas. Observando hoje o que resta dos revestimentos cerâmicos da Sé Velha de Coimbra ou as imagens da Sé de Lisboa, com as suas colunas revestidas integralmente com azulejos, apercebemo-nos de uma conceção diferente do uso das padronagens. Se, normalmente, o que é patente em territórios hispânicos é o respeito pela métrica do padrão, marcando uma certa estaticidade, no caso português parece prevalecer a composição. Os azulejos empregavam-se para animar o espaço, criando arquiteturas ilusórias (veja-se a simulação de um portal ou um mirabe integralmente organizado com azulejos, na Sé Velha de Coimbra, ou mesmo a conceção de uma rosácea na Igreja de Vilar de Frades). Através deles, a arquitetura não era uma barreira, uma delimitação ao espaço, possibilitando a ilusão de que este se poderia atravessar através destas composições azulejadas, nas quais a organização do padrão era subalternizada em detrimento da criação de formas arquitetónicas. Idêntica conceção pode ser encontrada no Paço de Sintra, onde o preenchimento de salas como o Quarto de D. Sebastião, com as suas paredes preenchidas com azulejos relevados de motivos vegetalistas, cria a ilusão de estarmos no interior de um jardim, com os seus muros exuberantemente cobertos com trepadeiras. Também dentro desta perspetiva de uma anulação do finito, que é um espaço interior, desconstruindo-o para a criação teatralizada de uma realidade fictícia exterior, é a utilização de azulejos com motivos relevados de estrelas, colocados outrora nas cúpulas de capelas em Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, ou no revestimento interior do coruchéu de acesso exterior à igreja do Palácio da Pena, em Sintra. Simultaneamente, cenografia da ilusória presença de um céu estrelado e veículo para propiciar um certo misticismo, acentuado pelos vidrados de brilho metálico que preenchem o corpo das estrelas e que refulgiram sob o efeito das velas e lamparinas que nelas se refletiriam, a azulejaria deste período inicial da primeira metade do século XVI, ainda que proveniente de oficinas externas ao território nacional e concebidas dentro de uma lógica de repetição geométrica de padrões, encontrou no espaço português outros entendimentos e novas potencialidades.

O azulejo em majólica

- 4 O advento da técnica da majólica, aplicada à cerâmica de revestimento, permitiu alargar o potencial apelo pelo ilusório e pelo simbólico, que parece constituir um dos elementos basilares da azulejaria em Portugal. Logo nos primeiros exemplares desta técnica, como os painéis que se encontram hoje na Antessacristia da Igreja da Graça, em Lisboa, obra do flamengo João de Góis e provavelmente realizados na 2.ª metade da década de 1560, essa dimensão de relação com o espaço a que se destinavam e a lógica do discurso interno que encerram parece evidente¹. Mesmo não conhecendo o local original onde se aplicavam, pois encontram-se atualmente dispersos e incorretamente posicionados num espaço de passagem, a presença de velas, perfumadores e incensórios aí pintados parece apontar para o revestimento de uma capela, eventualmente um espaço funerário, quem sabe se o próprio altar-mor da igreja onde, até meados do século XVII, estiveram colocados os restos mortais de Afonso de Albuquerque.

- 5 Essa lógica simbólica que a azulejaria de majólica permitiu alcançar, de forma mais eficaz que as técnicas anteriores dos chamados «hispano-mouriscos», está ainda patente na capela de São Roque, na igreja da mesma invocação em Lisboa. Este revestimento, assinado por Francisco de Matos e datado de 1584, configura a presença ilusória de uma imponente grade metálica, separando o espaço sagrado do interior da capela do território «laico» exterior. Essa ideia de que o mundo material não tem lugar dentro é acentuada pela presença dos símbolos iconográficos do santo, um bordão de peregrino com a sua sacola e um cão segurando um pão com a boca, mantidos fora do espaço, contidos pelo gradeamento. A conceção subjacente é de que a presença imaterial do santo, que ocupa a capela, não precisa dos elementos terrenos que o caracterizaram em vida e que pertencem ao mundo da matéria, esse plano do real que continua a existir no exterior deste território sacro².
- 6 Outros exemplos desta lógica da criação de um discurso interno da azulejaria aplicada em espaços portugueses podem ser encontrados quando estes ainda são observados no local a que se destinavam. No entanto, como referido, a relação que esta azulejaria estabeleceria com a pintura mural presente nestes locais é um aspeto ainda pouco explorado e que, mercê do seu quase desaparecimento, é hoje muito difícil de estabelecer.
- 7 Um exemplo interessante parece ser a proximidade entre os azulejos dispersos por detrás do altar da igreja de Santa Maria, em Setúbal, e a pintura que, em dourado, ornamenta as colunas da nave do edifício. No futuro, quando for possível remontar de forma cabal o conjunto azulejar que aí se encontra e reconhecer os motivos nele representados, poderemos estabelecer melhor se existirá um discurso unificador entre estas duas formas de expressão pictórica³.

O século XVII

- 8 Se no que se refere às composições figurativas e ornamentais essa relação entre pintura mural e cerâmica parece constituir uma área de reflexão ainda difícil de estabelecer, é na composição de padrões, que caracteriza de forma exuberante e imaginativa a azulejaria portuguesa do século XVII, que essa ponte parece mais próxima de se encontrar. Alguns exemplos da presença de pintura a dourado sobre composições de azulejaria enxaquetada, como no Convento de Nossa Senhora da Conceição, hoje Museu Regional de Beja, por exemplo, parecem comprovar essa proximidade⁴. Nestes casos, é o uso da pintura a frio com ouro sobre azulejos monocromáticos que nos obriga a refletir se, outrora, os revestimentos de enxaquetados, que constituíram uma vertente da estética dos tapetes cerâmicos na transição do século XVI para o XVII, não deverão ser entendidos à luz de um conceito diferente, o de constituírem o suporte de toda uma decoração mural dourada entretanto perdida. Numa outra perspetiva, podemos especular se o facto de se assistir, na primeira metade do século XVII, a uma predominância do amarelo «gema de ovo» do antimoniato de chumbo na azulejaria de padrão, não indicará uma tentativa de tornar perene essa presença áurea na decoração parietal dos espaços. Se na pintura mural era possível aplicar a decoração a ouro, que fazia refulgir os motivos sobre os elementos arquitetónicos, a sua permanência, contudo, era temporalmente limitada. A incapacidade ou dificuldade de fazer azulejaria de brilho metálico neste período, mercê de segredos oficiais entretanto perdidos, poderá ter levado os pintores de azulejos a privilegiar o uso de um amarelo luminoso

como forma de substituir o ouro na decoração dos espaços. Um exemplo da proximidade de um padrão parietal dourado e o seu reflexo no azulejo pode ainda ser encontrado, por exemplo, na igreja de São Domingos, em Montemor. Assim, um dos aspetos que poderá ter a sua raiz na extraordinária diversidade e complexidade dos padrões produzidos em Portugal no século XVII poderá ter sido essa procura de eternizar motivos, de outra forma sujeitos à efemeridade⁵.

- 9 No entanto, o fenómeno da padronagem é mais complexo. Nas suas composições podemos encontrar, associados a geometrias mais ou menos intrincadas, elementos que permitiam complementar o discurso iconológico do espaço. Dos motivos de vieiras, que podiam ser aplicados a batistérios, passando por flores inspiradas nas camélias ou peónias da China, reinterpretadas como rosas e símbolos da Virgem Maria, colocados em capelas com esta invocação, estes são alguns dos aspetos que parecem ter presidido à sua criação, ainda que o seu uso não se tenha limitado a estas especificidades.
- 10 O potencial iconológico do azulejo começa a ganhar crescente importância com o avançar de Seiscentos, em discursos fortemente eruditos e herméticos que, em muitos casos, impedem-nos hoje o conhecimento cabal do seu significado. Imagens aparentemente decorativas podem encerrar narrativas simbólicas outrora claras, mas hoje obscuras. Um desses exemplos são os painéis com vasos floridos, provenientes do Convento da Esperança, em Lisboa, que encontram paralelo em conjuntos colocados nas janelas da igreja com a mesma invocação em Viana do Alentejo, Alcáçovas. O tema prende-se com a gesta cristológica, sendo os momentos narrativos caracterizados pelas flores e aves aí representados e diversificados entre os painéis. É, no entanto, pelo recurso a elementos que ladeiam os vasos e que lhes dão uma dimensão quase heráldica (querubins, papagaios, pavões...) que conseguimos, de forma cabal, identificar as passagens alegoricamente representadas. O próprio recipiente, único elemento que se repete nestas composições invocadoras de «naturezas-mortas», é a imagem de um dos símbolos das ladainhas marianas, o «vaso espiritual», constituindo, por isso, uma figuração metafórica do corpo da Virgem⁶.

A narrativa azulejar no século XVIII

- 11 Em Portugal, a crescente perceção do potencial narrativo da azulejaria encontra terreno propício para se desenvolver na transição para o século XVIII, para o que contribui a crescente participação de pintores com formação chamados a executar cada vez maior número de encomendas. Neste período, em que a paleta cerâmica se reduz ao azul de cobalto sobre a superfície branca de estanho, a diversidade de temas e a capacidade descritiva do azulejo são levadas a níveis nunca antes vistos. O espaço das igrejas, conventos e mosteiros enche-se de narrativas, exemplos de vidas e discursos teológicos destinados a diferentes públicos e entendíveis de modo diverso, consoante a erudição do espetador⁷. Os painéis de azulejos podem assumir uma mera exposição factual de cariz piedoso para uns, enquanto para outros os mesmos conjuntos podem estabelecer dissertações simbólicas e correspondências iconológicas, mais ou menos complexas. A raiz desta cultura da imagem e da relação narrativa de diferentes acontecimentos encontra raiz nas chamadas *Biblia pauperum*, coletâneas tardo-medievais de imagens que procuram associar os relatos do Antigo e do Novo Testamento, entendendo o primeiro como prefiguração do segundo. Estas coletâneas eram intuitivamente entendíveis pelo recurso à imagem, mas o suporte teológico que

suportava o relacionamento dos diferentes acontecimentos surgia associado, referenciando a fonte do pensamento que estabelecera as conexões, normalmente um dos vultos teológicos que construíra os fundamentos do discurso do catolicismo. Deste modo, uma série de imagens que nos parecem hoje estranhas ao local onde se integram encontravam neste tipo de documentos uma lógica clara e facilmente entendível e explicável pelo sacerdote que mediava a sua descodificação.

- 12 Um outro aspeto que ganha crescente importância na escolha dos temas para colocação em arquiteturas encontra-se associado à própria orientação das igrejas. Assim, no chamado «lado do Evangelho» (à esquerda do observador em face do altar-mor) surgem sempre assinalados momentos narrativos ligados a acontecimentos fundamentais na construção da doutrina ou episódios históricos relacionados com a figura, o local ou a Ordem religiosa a que o espaço respeita. No chamado «lado da Epístola», as imagens refletem passagens associadas ao misticismo, ao miraculoso, à dimensão transcendente do culto e da Fé. Esta construção das imagens e da narrativa permitem compreender os aspetos centrais da mensagem que no local se pretende veicular e ajudam o observador informado a integrar-se no propósito do discurso visual que aí se encontra⁸.
- 13 Na base das imagens presentes na azulejaria portuguesa estão gravuras, das centenas produzidas essencialmente nos Países Baixos, em Itália e em França. Estas gravuras tinham como base obras de pintura de artistas desses países ou eram desenhadas especialmente para serem gravadas e disseminadas por toda a Europa e, eventualmente, por todo o mundo onde os europeus chegaram. As gravuras forneciam inspiração a todos os artistas e constituíram um manancial de imagens fundamental, num tempo em que as deslocações poderiam ser mais difíceis e o acesso às obras originais não era possível, por estas se encontrarem ainda na posse dos seus encomendantes⁹.
- 14 Uma característica dos pintores de azulejo portugueses era a liberdade criativa que assumiam face à fonte gravada. O motivo nunca era cópia, adaptava-se ao painel, modificando posições, indumentárias, acrescentando personagens de outras gravuras, alterando os cenários, compondo novos enquadramentos... Exemplo desta prática, que caracteriza de forma fundamental a construção das imagens no azulejo português, pode ser encontrado na chamada capela de Santo António, no convento da Madre de Deus, hoje Museu Nacional do Azulejo. Aí, as representações de nove eremitas, elaborados a partir de quatro livros de gravuras¹⁰, preparavam as freiras que passavam neste local para a reflexão que teria lugar no espaço contíguo, o Coro. Algumas figuras foram invertidas para se posicionarem viradas para um altar e outras para a chamada «Sala do Presépio», que, colocados em face um do outro, constituem os eixos deste local. Em alguns casos foram retirados personagens ou acrescentados elementos, de modo a tornar o discurso mais objetivo. Exemplo desta prática é o painel de «Santo Abraão, O Pobre»¹¹, cuja irmã, Sara, uma prostituta, surge na gravura, mas foi suprimida dos azulejos, provavelmente por se considerar a sua presença inadequada à clausura de um convento feminino. Também a «Santo Amato»¹² o pintor retirou o corvo que lhe roubou o alimento (representado na gravura) para conseguir maior efeito da figura, sendo aquela que ajoelhada e, aparentemente, em êxtase se encontra mais próxima da «Sala do Presépio». Estes são exemplos sintéticos da, por vezes complexa, adaptação das imagens gravadas aos espaços e das mensagens que se pretendiam veicular através dos revestimentos azulejares.

- 15 Nesta ótica não surpreende o facto de as Ordens religiosas estabelecidas em Portugal procurarem, através do azulejo, passar diferentes mensagens e os aspetos essenciais da sua doutrina. Não cabe neste texto aprofundar um tema que tem sido objeto de reflexão em dissertações de mestrado e de doutoramento¹³, no entanto e de um modo superficial, poderemos assinalar que, para a Ordem franciscana, o centro das imagens em azulejo prende-se com o estabelecimento de uma proximidade entre a iconografia do fundador, São Francisco de Assis, e Cristo. Essa proximidade, patente na própria heráldica da Ordem, onde surgem os braços cruzados destas figuras tutelares, encontra eco na representação de momentos da vida do santo de Assis, como a «Estigmatização» ou a «Visão do corpo incorrupto de São Francisco pelo Papa Nicolau V», relatos que estabelecem evidentes paralelismos e uma dimensão espiritual fraterna com passagens da narrativa cristológica.
- 16 Também no espaço de igrejas e conventos carmelitas é possível encontrar, *grosso modo*, um denominador comum nas representações azulejares. Este prende-se com a figura tutelar da Ordem, Santa Teresa de Jesus ou de Ávila, uma importante mística cuja obra influenciou profundamente o monaquismo feminino. As imagens predominantes na azulejaria em numerosos conventos carmelitas são, precisamente, o exacerbamento da dimensão visionária e o papel intermediário desta santa com o Divino.
- 17 Com menos destaque, mas também empregando a azulejaria com o intuito de veicular uma mensagem, a Companhia de Jesus procurou acentuar o carácter da sua evangelização no mundo. Para o efeito, as suas figuras tutelares, nomeadamente São Francisco Xavier, surgem associadas a passagens ligadas com a disseminação da palavra de Cristo em distantes cenários exóticos, aspeto que pretendia demonstrar o alcance dos seus representantes em todos os territórios.
- 18 A Ordem de Cister procurou, com alguns dos revestimentos azulejares que integram espaços fundamentais da sua fixação em território português, como o Mosteiro de Santa Maria, em Alcobaça, preservar a memória do seu papel aquando da fundação do reino de Portugal. Para tal socorreu-se de narrativas que ligam o seu santo tutelar, Bernardo de Claraval, ao primeiro Rei do território, Afonso Henriques. Os laços de sangue que uniam as duas figuras, pois o pai do monarca português, o Conde D. Henrique da Borgonha, era tio do santo, ajudavam a cimentar um discurso de proximidade da Ordem à Casa Real, a quem coube a tarefa de desenhar as fronteiras que permitiram a definição do território.
- 19 Ainda que nem todos os espaços religiosos de uma mesma Ordem repitam os temas principais de um discurso, que pretendia caracterizar na sua especificidade a sua contribuição particular para o Culto e para a Fé, era normalmente nas Casas-Mãe que este era mais claro. No caso dos Agostinhos, por exemplo, nas paredes do refeitório do Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, podemos assistir a um exemplo claro do uso do azulejo como veículo de propaganda do papel desta Ordem na expansão do Cristianismo. Na antecâmara interior do espaço, na parede que ladeia o acesso à sala propriamente dita, num painel de azulejos surgem representadas e nomeadas as duas figuras fundamentais da missão agostinha em África e na Ásia, respetivamente Frei Agostinho de Castro e Frei Aleixo de Menezes. Deste modo, fica estabelecido para o observador que a missão agostinha se fez por fixação em geografias diversas. Esse discurso é acentuado por uma série de painéis colocados nesta antecâmara e na que se situa no outro extremo da sala, onde surgem representadas e nomeadas uma série de personagens-chave na expansão da Fé por intermédio de religiosos graciosos em

grande parte do mundo então conhecido, da Europa à Ásia, da África à América central. Este é a chamada «Via Gloriosa», o enaltecimento do trabalho levado a cabo por uma série de irmãos que, pela sua ação, ajudaram a reverter heresias e idolatrias ou, pelo menos, foram exemplares nessa luta. O discurso central da sala, propriamente dita, é um pouco diferente. Aí estão representados e nomeados dez religiosos agostinhos e uma rainha que os protegeu naquele que é hoje o território europeu da Geórgia. Estes são aqueles que percorreram o que podemos denominar de o «Caminho do sangue», ou seja, os representantes do martírio. Assim, o centro da sala, e local onde se reuniam diariamente os religiosos da Ordem, expunha em azulejos os seus mártires, aqueles que contribuíram com a sua vida para o enaltecimento e expansão da Fé. Ainda que mais complexo e podendo ser objeto de leituras mais aprofundadas, o que interessa reter com este exemplo é o modo como os painéis de azulejos no século XVIII, mercê do reconhecimento do potencial narrativo que adquirem então, souberam usar de forma exemplar este suporte para expor discursos e mensagens variadas.

Os novos princípios

- 20 No rescaldo do Terramoto de 1755, difundiu-se exponencialmente um tipo específico de painel azulejar, o registo. Estas peças, maioritariamente colocadas nas paredes exteriores dos edifícios e compostas por um número relativamente reduzido de elementos, onde surgem representados a Virgem, Cristo e santos diversos, assumem a partir desta altura um protagonismo sem precedentes. O temor de novas catástrofes levou muitos a colocar nas fachadas estes painéis, que assim assumiam uma função de proteção, de salvaguarda contra sinistros que, muitas vezes, são identificados pelo santo neles inscrito, o qual reflete também um medo específico do encomendante (São Francisco de Borja, para os terremotos; São Marçal, para os incêndios; São Sebastião, para as epidemias, etc.). Os registos alteraram de forma dramática o espaço laico das cidades, trazendo para a rua uma dimensão religiosa, especialmente quando convidavam o passante a rezar pelas almas de todos aqueles que, vítimas de catástrofes, morreram sem os sacramentos. Isto ocorria quando nestas representações surgiam as chamadas «alminhas», imagens de personagens banhadas em chamas e que pretendiam figurar as almas que, no Purgatório, aguardavam por uma intercessão que garantisse a sua salvação e passagem ao Paraíso. Deste modo e neste contexto, o azulejo deixa de ter uma função narrativa, assegurando uma dimensão quase catequética que, a existir anteriormente, fora mais pontual¹⁴.
- 21 Assistir-se-á a uma nova conceção do uso do azulejo em espaços religiosos nos primeiros anos do século XX quando, seguindo uma prática que teve início por volta da terceira década de Oitocentos, as igrejas começam a forrar as suas fachadas exteriores com azulejos figurativos. O primeiro destes exemplos é o da Igreja do Carmo, no Porto (1907–1912), com as suas representações de multidões que se deslocam para contemplar a imposição do escapulário no Monte Carmelo. A esta utilização teatralizada do espaço exterior da igreja, para expor um majestoso exemplo de Fé, não será alheio o momento que então se vivia, a recente implantação da República, a laicização do Estado e a crescente circunscrição ao poder e área de influência da igreja. Por outro lado, não deixa de ser interessante o carácter quase premonitório deste revestimento, no que se refere ao fenómeno que viria a ficar conhecido como as «aparições de Fátima» (1917), acontecimento que modificou o carácter normalmente privado das visões e aparições

místicas, agora exposto ao olhar de um coletivo. Esta transformação da experiência religiosa, associada a uma dimensão mais militante da Igreja no norte de Portugal, face a uma sociedade em mutação, constituíram terreno fértil para a expansão deste novo uso do azulejo em fachadas das igrejas, tendência que se irá prolongar até à década de 1970, com a Igreja de Válega, no concelho de Ovar.

- 22 Algumas tentativas do uso do azulejo em novos contextos surgiram também por ocasião dos trabalhos realizados por um grupo de arquitetos integrados no chamado «Movimento de Renovação da Arte Religiosa» (1952–1965), dos quais um dos mais destacados foi Nuno Teotónio Pereira (1922–2016). Uma das obras mais representativas desta tendência é a Igreja das Águas, em Penamacor, obra de 1957, onde no batistério se pode observar um revestimento cerâmico da autoria de António Lino (1924–1996). Aqui, num local que traz à memória as catacumbas e os primeiros e secretos espaços do culto cristão inicial, podemos observar um revestimento de tijolos cerâmicos, dispostos alternadamente na horizontal e na vertical, criando uma malha, interrompida aleatoriamente por signos religiosos diversos, de entre os quais sobressai a pomba do Espírito Santo.
- 23 Esta dimensão mística do ato do batismo viria igualmente a ser trabalhada por outro arquiteto, já no final da centúria, no batistério da Igreja de Santa Maria, no Marco de Canavezes, obra de 1996, da autoria de Álvaro Siza Vieira (n. 1933). Aí, o revestimento integralmente branco dos azulejos, colocados ao longo do interior de uma espécie de chaminé, na qual se inscreve lateralmente uma abertura para o exterior, permite potenciar o carácter de Epifania desta cerimónia central do culto cristão. O reflexo da luz nos azulejos, que incide primeiro nos desenhos das figuras de Jesus e de São João Batista e que cai sobre o espaço onde se encontra a pia batismal, em baixo, transforma a iluminação na presença intuída do Espírito Santo, ausente da representação, mas presente na essência do que constitui a sua identidade¹⁵.
- 24 A Siza Vieira se deve, ainda, as duas últimas e principais composições azulejadas para espaços religiosos realizadas nas primeiras décadas do século XXI. A primeira, localizada no Santuário de Fátima, é a «Galilé dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo», na Igreja da Santíssima Trindade, obra de 2007 e onde o arquiteto recupera a dimensão narrativa setecentista da tradição azulejar portuguesa. A colocação deste vasto revestimento naquele que foi, outrora, um espaço de eleição para a sepultura dos mais elevados dignitários religiosos e da nobreza, mas que funciona aqui como local de apoio à celebração da missa, quando a igreja não permite integrar todos os fiéis no seu interior, transforma esta galilé num recinto de peregrinação ou passagem. Deste modo, a utilização da narrativa torna mais eficaz a presença destas imagens, onde vendo o exemplo dos santos aí representados o fiel torna-se, ele próprio, um potencial apóstolo da Fé.
- 25 Podemos ainda mencionar um último exemplo de uma aplicação de azulejos em contexto religioso e que é o da Capela dos Ossos, na Igreja de São Francisco, em Évora. Em 2015, foi colocado na parede fronteira à entrada deste espaço um painel, também da autoria de Siza Vieira, estando nele representados dois grupos de três personagens. Ainda que o local não seja território efetivo de culto, mas subsidiário de um, a integração destes azulejos redimensiona a experiência que se vive aí, o confronto cru com a morte e a efemeridade da existência. Em contraste, as imagens desenhadas pelo arquiteto enaltecem a Vida, expondo um dos seus aspetos fundamentais, a família. Assim, podemos ver duas crianças, uma apoiada na sua mãe, estando ambos protegidos

pela figura impositiva do pai, numa forte estrutura triangular; a outra, erguida nos braços da mãe, é envolvida pelo pai, numa composição mais circular. Estes valores de proteção e afeto ou alegria das imagens contrastam dramaticamente com a dimensão lúgubre do espaço contíguo, mas são também um sinal de conforto e promessa de que, não obstante tudo ter um fim, o tempo até lá chegar pode ser vivido intensa e plenamente. A própria composição dos dois grupos parece integrar uma intencionalidade e podemos ver neles, ainda que de forma um pouco esquemática, um dos princípios fundamentais da existência. À estrutura triangular, à esquerda, podemos associar a letra grega alfa (A) e ao conjunto circular à direita, a inicial ómega (Ω), ou seja, um dos símbolos empregues pelos primeiros cristãos como expressão de uma das passagens do Livro do Apocalipse ou Revelações 1:8, «Eu sou Alfa e Ómega, o princípio e o fim, disse o Senhor». Estamos em crer que não poderia haver melhor forma de, confrontados com a morbidez dos despojos que deixamos para trás como testemunho da nossa existência, celebrarmos o Amor e a Vida que, não obstante efémeros, são como a luz que se reflete fugaz nesta superfície imutável de azulejos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Patrícia Roque de (2004) – *O Azulejo do Século XVIII na Arquitetura das Ordens de S. Bento e de S. Francisco no Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

AZEVEDO, Carlos Moreira de (2000) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2.

CAMPELO, Maria Joana (2010) – *Registos de Santos em Azulejo (c. 1700 a 1830). Fontes gravadas e distribuição em Lisboa*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. Tese de doutoramento.

CARVALHO, R. S. (2012) – *A pintura do azulejo em Portugal [1675-1725]: autorias e biografias - um novo paradigma*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

CORREIA, Ana Paula. (2012) – «A Gravura europeia e o estudo iconográfico da azulejaria portuguesa». In Mendonça, Isabel; Correia, Ana Paula (coord.) – *Iconografia e Fontes de Inspiração. Imagem e memória da Gravura Europeia. Actas do 3.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Instituto de História da Arte / FCSH-UNL, Escola Superior de Artes Decorativas / FRESS, pp. 25–26.

LOPES, Fernando M. Peixoto; BASTOS, Margarida Almeida (2019) – *Devoção e Fé. Registos em Azulejo na Cidade de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa.

MANGUCCI, Celso (2020) – *História da azulejaria portuguesa, iconografia e retórica*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.

MARINHO, Lúcia (2018) – *Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

MIMOSO, João Manuel [et al.] (2019) – A research on the azulejo panels of the São Roque chapel in Lisbon. *Studies in Heritage Glazed Ceramics*. Lisboa. N.º 1, pp. 93–112.

MONTEIRO, João Pedro (org.) (2012) – *Um gosto português. O uso do azulejo no século XVII*. Lisboa: MNaz/Athena.

PAIS, Alexandre (2012) – «Padrões (ainda) imprecisos. A azulejaria de repetição no século XVII». In *Um gosto português. O azulejo português do século XVII*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, pp. 83–95.

PAIS, Alexandre [et al.] (2015) – «Gold over azul(ejo)». In *GlazeArch 2015. International Conference Glazed Ceramics in Architectural Heritage* (book of proceedings). Lisboa: LNEC, p. 31.

PAIS, Alexandre (2019a) – «A invenção de atmosferas». In *A Arte Interior. Siza Vieira e o desenho de objetos*. Lisboa: IADE | Direcção-Geral do Património Cultural, Museu Nacional do Azulejo, pp. 50–57.

PAIS, Alexandre [et al.] (2019b) – The beginning of the production of majolica azulejos in Portugal - João and Filipe de Góis in 16th century Lisbon. *Studies in Heritage Glazed Ceramics*. Lisboa. N.º 1, pp. 1–24.

PAIS, Alexandre [et al.] (2019c) – Study of a finding of 16th century azulejo panels at the Cathedral of Setúbal in Portugal. *Studies in Heritage Glazed Ceramics*. Lisboa. N.º 2, pp. 1–18.

SANTOS, Diana Gonçalves (2013) – *Azulejaria de fabrico coimbrão (1699–1801): artífices e artistas, cronologia, iconografia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

VOS, Marten de [c. 1587] – *Solitudo sive vitae patrum eremicorum*, / Mart. de Vos figur.; [Iohann Sadeler sculp, Raphael Sadeler fec.], [Flandres?].

VOS, Marten de (1594) – *Sylvae Sacrae*, / Mart. de Vos figur.; Iohann Sadeler sculp, [Raphael Sadeler fec.], [Antuérpia?].

VOS, Marten de, (1598) – *Trophaeum vitae solitária* / Mart. de Vos figur.; Raphael Sadeler sculp., [Iohann Sadeler fec.], Veneza.

VOS, Marten de (1600) – *Oraculum anachoreticum*, / Mart. de Vos figur.; Iohann Sadeler sculp, [Raphael Sadeler fec.], Veneza.

NOTAS

1. Pais et al., 2019b, 1–24.

2. Mimoso et al., 2019, 93–112.

3. Pais et al., 2019c, 1–18.

4. Pais et al., 2015, 31.

5. Pais, 2012, 83–95.

6. Monteiro, 2012.

7. Carvalho, 2012; Mangucci, 2020; Santos, 2013.

8. Azevedo, 2000.

9. Correia, 2012, 25–26.

10. Vos, Marten de, *Solitudo sive vitae patrum eremicorum*, / Mart. de Vos figur.; [Iohann Sadeler sculp, Raphael Sadeler fec.], [Flandres?], [c. 1587]; Vos, Marten de, *Sylvae Sacrae*, / Mart. de Vos figur.; Iohann Sadeler sculp, [Raphael Sadeler fec.], [Antuérpia?], 1594; Vos, Marten de, *Trophaeum vitae solitária* / Mart. de Vos figur.; Raphael Sadeler sculp., [Iohann Sadeler fec.], Veneza, 1598; Vos, Marten de, *Oraculum anachoreticum*, / Mart. de Vos figur.; Iohann Sadeler sculp, [Raphael Sadeler fec.], Veneza, 1600.

11. Vos, Marten de, *Solitudo sive vitae patrum eremicorum*, / Mart. de Vos figur.; [Iohann Sadeler sculp, Raphael Sadeler fec.], [Flandres?], [c. 1587], gravura 4.
 12. Vos, Marten de, *Sylvae Sacrae*, / Mart. de Vos figur.; Iohann Sadeler sculp., [Raphael Sadeler fec.], [Antuérpia?], 1594, gravura 19.
 13. Neste sentido, importa referir as dissertações de Patrícia Roque de Almeida e de Lúcia Marinho: Almeida, 2004; Marinho, 2018.
 14. Campelo, 2010; Lopes et al., 2019.
 15. Pais, 2019a, 50–57.
-

RESUMOS

Desde tempos imemoriais, os espaços de culto foram engrandecidos com as manifestações mais requintadas das expressões artísticas prevalecentes aos locais onde se encontravam.

Na Península Ibérica, entre finais do século XV e meados do século XVI, numa citação à civilização islâmica que havia ocupado largas áreas do território, foi o azulejo empregue para animar os lugares de culto cristão, tal como outrora o fizera em edifícios religiosos e laicos das cidades muçulmanas. No entanto, o modo como estes revestimentos começaram a ser perçecionados no espaço português cedo deu início a uma forma original de entendimento do azulejo.

Com a introdução da majólica, que permitiu explorar novas linguagens pictóricas, nomeadamente a introdução do figurativo, mais caminhos se abriram a renovadas perceções do potencial do azulejo nos territórios lusos. Adaptando-se a novas exigências, acompanhando estéticas e modas, respondendo a solicitações variadas, o azulejo foi-se transmutando, numa permanente atualidade marcada pelo seu tempo de produção, mas diversa quando observada em «longa duração». Mesmo hoje, essa capacidade de se reinventar parece estar a dar sinais de uma nova metamorfose, mas do que irá marcar o nosso presente, só o tempo o dirá.

Since the beginning of time, spaces of worship have been embellished with the exquisite artistic expressions that prevailed in the places they were located.

In the Iberian Peninsula, between the end of the 15th century and the middle of the 16th century, as a memory of the Islamic civilization who had occupied large areas of the territory, tiles were used to decorate places of Christian worship, as it was once done in religious and secular buildings of Muslim cities. However, these coverings in Portugal soon gave rise to an original understanding of the use of tiles.

With the use of the majolica technique, which made it possible to explore new pictorial languages, namely the figurative, paths were opened to renewed perceptions of the tile's potential in Portuguese territories. Adapting to new requirements, following aesthetics and fashions, answering to different demands, tiles have been transmuting, marked by its production time, but diverse when understood in the *longue durée*. Even today, this ability to reinvent itself seems to be presenting signs of a new metamorphosis, but only time will tell what will define our era.

ÍNDICE

Palavras-chave: azulejo, arquitetura religiosa, padrões, narrativas, «longa duração»

Keywords: tile, religious architecture, patterns, narratives, the longue durée

AUTOR

ALEXANDRE NOBRE PAIS

Museu Nacional do Azulejo

apais@mnazulejo.dgpc.pt

Os azulejos dos séculos XVII e XVIII no Convento de Nossa Senhora da Arrábida e nos restantes conventos da sua Província

Breve abordagem tipológica e temática

Joana Belard da Fonseca

Introdução e metodologia

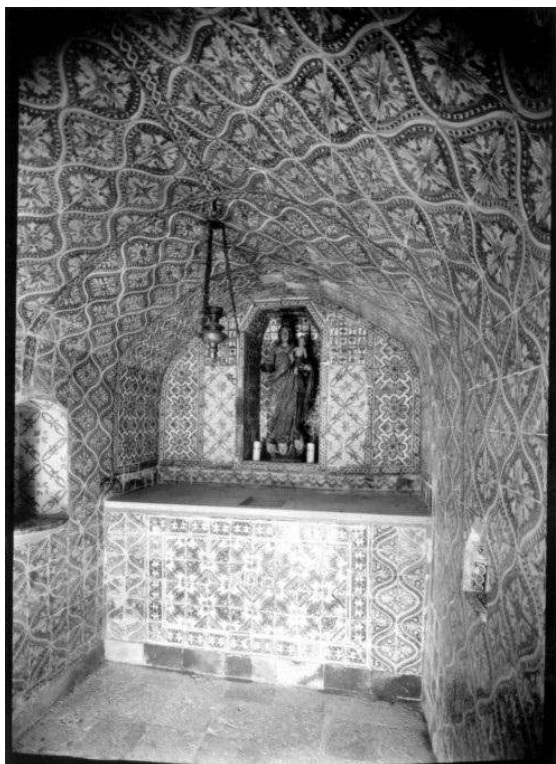
- ¹ A apresentação intitulada «Os azulejos dos séculos XVII e XVIII no Convento de Nossa Senhora da Arrábida e nos restantes conventos da sua Província. Breve abordagem tipológica e temática», por ocasião da realização da VII Residência Cisterciense – S. Bento de Cástris, 2019, teve por base a investigação realizada sobre *Os azulejos dos séculos XVII e XVIII no Convento de Nossa Senhora da Arrábida e nos restantes conventos da sua Província*¹, integrada no Mestrado em Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, concluído no ano de 2007.
- ² O objetivo desta investigação versou o levantamento dos azulejos dos séculos XVII e XVIII integrados no Convento Franciscano de Nossa Senhora da Arrábida², núcleo inicial da Província monástica a que deu nome, a Província da Arrábida (1560³), e a sua compreensão a partir do levantamento tipológico e temático dos azulejos nos restantes conventos da referida Província, 22 no total:
 - Convento de Nossa Senhora da Arrábida;
 - Convento de Nossa Senhora dos Prazeres de Palhais (Barreiro);
 - Convento de Nossa Senhora da Piedade de Salvaterra de Magos (Salvaterra de Magos);
 - Convento de Nossa Senhora da Piedade (Costa da Caparica);
 - Convento de Santa Catarina de Ribamar (Dafundo);
 - Convento de Nossa Senhora ou Santa Maria de Jesus de Vale de Figueira (Vale de Figueira);
 - Convento de S. José de Ribamar (Algés);

- Convento de Santa Cruz (Sintra);
 - Convento de Nossa Senhora do Egito (Torres Novas);
 - Convento de Santa Maria Madalena de Alcobaça (Alcobaça);
 - Convento de S. Miguel das Gaeiras (Óbidos);
 - Convento de Nossa Senhora dos Anjos (Barro – Torres Vedras);
 - Convento do Espírito Santo (Loures);
 - Convento de Nossa Senhora da Conceição (Alferrara);
 - Convento de Nossa Senhora da Conceição (Santa Iria de Azóia);
 - Convento de S. João Baptista (Santarém);
 - Convento da Madre de Deus da Verderena (Barreiro);
 - Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem (Concelho de Oeiras);
 - Convento de Santo António de Leiria (Leiria);
 - Convento de S. Cornélio (Olivais);
 - Convento de S. Pedro de Alcântara (Lisboa);
 - Convento de Nossa Senhora e Santo António (Mafra).
- 3 O tema escolhido constituiu, inicialmente, um desafio na aproximação à compreensão do espaço conventual da Serra da Arrábida.
 - 4 Quando encetámos o nosso percurso por arquivos e bibliotecas, logo se depararam as primeiras dificuldades em encontrar referências à azulejaria *in situ* deste convento, as quais se referiam quase sempre aos poucos e mesmos exemplos.
 - 5 Perante esta realidade, baseámos a nossa análise e posterior redação em fontes manuscritas que encontrámos nos Reservados da Biblioteca Nacional, no Arquivo Distrital de Setúbal e no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, tais como manuscritos relativos ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida, à história da Província e aos conventos que dela fizeram parte, Manuscritos da Livraria, e toda a documentação relativa à Província que consta da obra *Ordens Monástico – Conventuais: inventário*, editado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.
 - 6 Como principal fonte para descortinar a presença azulejar nos vários conventos, optámos pela análise de todos os Inventários do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, realizados por ocasião da extinção das Ordens Religiosas e referentes a cada convento, numa tentativa quase sempre inglória de encontrar referências a este material.
 - 7 Complementámos a nossa pesquisa com a leitura integral dos dois volumes da crónica religiosa relativos a esta Província, e de bibliografia direta ou indiretamente relacionada com o tema em estudo.
 - 8 Para uma melhor compreensão da religiosidade destes frades arrábidos, e das várias temáticas sagradas e/ou profanas que ilustraram os azulejos utilizados nestes conventos, realizámos um périplo não linear, mas extremamente gratificante, por todos aqueles que nos foi possível visitar. A partir destas visitas, construámos um *corpus azulejar* exaustivo, organizado sequencialmente pelas datas de fundação dos vários espaços conventuais, ou dos espaços religiosos para onde os azulejos foram transferidos.
 - 9 À minguia da existência de estudos específicos sobre os espaços religiosos propriamente ditos, socorremo-nos de pequenas publicações de divulgação dos locais de implantação dos conventos. Uma base importante para este estudo foi também o recurso a um conjunto de fontes iconográficas, nomeadamente de fotografias e gravuras.

Os azulejos no Convento da Arrábida

- 10 Fundado em 1542 a partir da crença numa lenda de devoção Mariana que remonta ao século XIII e resultante da evolução de um pequeno conjunto de edificações primitivas, o conjunto conventual da Serra da Arrábida, de frades Franciscanos Capuchos da «Mais Estreita e Regular Observância», que defendiam a observância integral da Regra Franciscana, praticando a austeridade e a pobreza na simplicidade dos edifícios, privilegiando a oração mental, o retiro e o recolhimento, e localizando-se geralmente em sítios ermos ou em meios rurais, é composto por três partes: o «Convento Velho»⁴, o «Convento Novo» e o Santuário do Bom Jesus.
- 11 No «Convento Velho», situado na parte mais elevada da serra, destaca-se a Ermida da Memória como a edificação mais importante (Figura 1). De teto abobadado, é hoje uma vaga memória do que foi até às décadas de 70-80 do séc. XX, época até à qual apresentou um interior de rara beleza, todo revestido a azulejos de padrão polícromo de tapete do séc. XVII e pequenas lambrilhas policromas e a azul e branco, também do séc. XVII, com alegorias da ladainha ou vocações da Virgem e símbolos da paixão. A aplicação destes azulejos terá resultado de obras de reparação da ermida mandadas realizar pelo 4.º Duque de Aveiro, D. Raimundo, no ano 1640⁵.

Figura 1. Interior da Ermida da Memória nos anos 50 (séc. XX).



Fonte: Mário Novaes (Fundação Oriente).

- 12 Outro espaço também revestido de grande significado é a Capela do Senhor dos Aflitos, onde se destaca um frontal de altar do séc. XVII, que julgamos ser original (à exceção dos azulejos contendo ao centro dois gomis afrontados). Tem representados vários

instrumentos da Paixão de Cristo, entre pequenas fitas com inscrições em latim com passos dos quatro Evangelhos e diferentes relatos da Paixão.

- 13 Pela estética, cor, estrutura e qualidade do desenho que apresenta, este frontal de altar deverá ser, muito provavelmente, de origem espanhola, embora denote influências italianizantes, ao imitar a majólica italiana (que por sua vez influenciou a cerâmica espanhola).
- 14 O «Convento Novo», localizado a meia encosta, constitui um dos conventos mais curiosos que a Ordem Franciscana deixou entre nós, não só pela sua implantação geográfica (em local quase inacessível), como pelas suas características arquitetónicas, uma vez que não se trata de um edifício continuado. A sua construção teve início em 1542, mas só se viria a incrementar a partir do século XVII.
- 15 Neste espaço destaca-se a existência de um painel de azulejos policromos do séc. XVII (ca. 1660), simbolizando a Eucaristia e onde se pode ler a legenda «LOUVADO SEJA O SANTISSIMO SACRAMENTO». Sabemos que este painel originalmente não estava colocado neste local, mas não podemos afirmar com certeza se seria oriundo ou não do convento.
- 16 No *Trânsito* ou Corredor da Portaria, que à direita da igreja funcionava como local de oração, reflexão e meditação, e onde de um lado e do outro estão distribuídos treze painéis de azulejo do início do séc. XVIII (originalmente eram 14)⁶, estão retratados, a azul e branco, um anjo, santos da Ordem Franciscana (ex. São Francisco de Assis, Santo António de Lisboa), santos espanhóis da corrente Observante da Regra Franciscana (ex. São Pedro de Alcântara) e frades Capuchos que viveram na Arrábida desde o séc. XII ao séc. XVI (ex. Frei Agostinho da Cruz [Figura 2]), como se de uma galeria de retratos se tratasse, servindo como modelos de exemplo e inspiração para os frades que os observavam⁷.

Figura 2. Painel de azulejos com a representação do Retrato de Frei Agostinho da Cruz.



- 17 Dentro do «Convento Novo», de destacar ainda a Ermida de Nossa Senhora da Piedade com silhares de azulejos do séc. XVIII com duas curiosas representações de frades capuchos e de eremitas em oração e contemplação⁸.
- 18 Na Ermida do Senhor da Cruz às costas, uma representação da *Vera icone*, o «Pano da Verónica», em azulejos da segunda metade do século XVIII, insere-se na corrente do renovado culto das relíquias, próprio da Contrarreforma. Na bibliografia consultada encontrámos também uma referência a um frontal de altar em azulejo, entretanto desaparecido, com a representação de uma coroa de espinhos rodeada pelos cravos, na Ermida do Calvário⁹, onde se venerava o Senhor Crucificado.
- 19 Na Ermida de Nossa Senhora da Penha de França e na fachada da Livraria, verifica-se novamente a existência de silhares e painéis de azulejos com a representação de cenas de eremitas em oração. A busca da *Thebaida* preconizava viver a religiosidade à imagem dos primeiros monges do Cristianismo, e insere-se no contexto das Ordens Religiosas Regulares do pós-Concílio de Trento, quando a representação de santos em sofrimento foi encorajada como exemplo de devoção. A solidão dos montes, o contacto com a natureza, a oração e a meditação permitiam uma maior proximidade com Deus¹⁰.
- 20 A este do «Convento Novo», no Santuário do Bom Jesus, erigido em meados do séc. XVII e que testemunha uma superioridade construtiva e decorativa em relação à simplicidade do resto do conjunto conventual, observa-se um conjunto de imagens de vulto que personificavam peregrinos a procurar devotamente o santo e ermitão S. Simeão Estilita. Também este espaço é decorado com fragmentos de painéis de azulejos da primeira metade do século XVIII e réplicas (séc. XX) dos originais, contendo cartelas com inscrições.

Algumas conclusões alargadas

- 21 A observação direta dos exemplares azulejares integrados nas estruturas arquitetónicas dos cerca de doze conventos arrábidos observados – os existentes na atualidade:
- Convento de Nossa Senhora da Piedade (Costa da Caparica)¹¹;
 - Convento de S. José de Ribamar (Algés);
 - Convento de Santa Cruz (Sintra);
 - Convento de Nossa Senhora do Egito (Torres Novas);
 - Convento de Santa Maria Madalena de Alcobaça (Alcobaça);
 - Convento de S. Miguel das Gaeiras (Óbidos);
 - Convento de Nossa Senhora dos Anjos (Barro – Torres Vedras);
 - Convento do Espírito Santo (Loures);
 - Convento de S. João Baptista (Santarém);
 - Convento da Madre de Deus da Verderena (Barreiro);
 - Convento de S. Pedro de Alcântara (Lisboa);
 - Convento de Nossa Senhora e Santo António (Mafra);
- ou dos locais para onde os azulejos originais foram transferidos permitiram-nos verificar que:
- O facto de muitas destas casas religiosas terem passado para a mão de particulares, após a extinção das Ordens Religiosas, faz com que os exemplares azulejares atualmente existentes devam ser em maior quantidade dos que deveriam existir até à vigência dos frades. De cariz maioritariamente religioso, a estes se terão juntado outros de cariz profano. Ambos deverão

resultar de tentativas de «enriquecimento» ou «aburguesamento» destes espaços, por parte dos seus novos proprietários, que os transformaram muitas vezes em casas de veraneio.

- Dada a Ordem Religiosa a que pertenciam estes conventos, acreditamos que a utilização do azulejo não terá sido muito comum, pelo menos até ao final do séc. XVII. Com o início da centúria seguinte, a provável evolução e alteração da anterior mentalidade rigorística ao nível das regras decorativas definidas pelos Estatutos da Ordem, associada à cada vez maior vontade por parte de ilustres benfeitores e padroeiros em enriquecer estes espaços, terá conduzido a um maior número de encomendas deste material de revestimento de superfícies com função ornamental, mas sobretudo didática e catequética (os ofícios religiosos eram em latim e a maioria da população, analfabeta).
- Nos casos em que possuíam conjuntos azulejares sob a forma de composições historiadas, localizadas maioritariamente na nave e capela-mor das igrejas ou capelas, os programas iconográficos de cariz religioso estavam muitas vezes conotados com as figuras emblemáticas da Ordem Religiosa a que os conventos pertenciam: S. Francisco de Assis, S. Pedro de Alcântara e Santo António. Estas composições irão espelhar e perpetuar os principais momentos da vida destes três modelos de devoção e santidade e os seus milagres, associados à caridade franciscana.
- É na primeira metade do séc. XVIII que a iconografia religiosa conhece um considerável impulso. Não podemos ignorar o facto de que, com o início desta centúria, se assiste à fase de maior desenvolvimento da arte azulejar (correspondente à fase da Grande Produção). Para além destes ciclos dedicados à vida dos santos, temos também o favorecimento das narrativas da Paixão de Cristo que é, aliás, a base da piedade franciscana. A espiritualidade franciscana tornara-se virtualmente sinónimo da veneração de Cristo sofredor na cruz, o Cristocentrismo.

Figura 3. Descida da cruz (pormenor), Igreja da Misericórdia de Benavente (azulejos provenientes do Convento de N. Sr.^a da Piedade de Salvaterra de Magos).



22 Comum a alguns destes conventos é a existência de uma capela dedicada ao Senhor dos Passos ou ao Senhor dos Aflitos, à qual surge por vezes associada a representação sob a forma de azulejo dos Passos da Via Sacra (Figura 3), em conjugação com os instrumentos da Paixão de Cristo.

- Os artistas que decoraram estes espaços recorreram também a gramáticas decorativas retiradas do Velho e do Novo Testamento. A arte da Contrarreforma, delineada na última sessão do Concílio de Trento (1563) e posteriormente difundida através das Constituições Sinodais – que indicavam as fórmulas iconográficas reprovadas pela igreja –, promove também uma reforma ao nível da iconografia. O culto dos santos é reafirmado, embora os mesmos não passem de símbolos de figuras celestes. Mantêm-se também as representações inspiradas no *Flos sanctorum* (relação dos mistérios, festas, vidas e obras dos principais santos, mártires, confessores e virgens da Igreja Católica), mas outras temáticas se irão desenvolver: a Eucaristia, a Imaculada Conceição, as Almas do Purgatório e a representação de eremitães.
- No que diz respeito às tipologias de cariz profano utilizadas desde finais do séc. XVII, mas sobretudo na primeira metade do séc. XVIII, destacam-se as composições ornamentais de albarradas que, em associação com a natureza tão cara a esta Ordem Religiosa, eram muito utilizadas e aplicadas nas naves das igrejas e capelas destes conventos. O azulejo pombalino está também presente em alguns conventos arrábidos e permitia séries infinitas ou delimitadas por cercaduras próprias, sendo utilizado sobretudo em zonas secundárias. Também de grande efeito decorativo e resultado da influência da produção azulejar holandesa, os azulejos de figura avulsa são utilizados quase sempre em zonas secundárias, revestindo pequenas superfícies.

Síntese final

- 23 Ao contrário do Convento de Nossa Senhora da Arrábida, onde recolocações sucessivas de azulejos acrescentaram tipologias de diferentes épocas (séc. XVI, XVII, XVIII e XIX), nos restantes conventos da Província predomina ainda o azulejo do séc. XVII e XVIII. No Convento de Nossa Senhora da Arrábida acreditamos também serem poucos os testemunhos azulejares *in situ* que decoram este espaço, tais como os fragmentos que subsistem no interior da Ermida da Memória, o frontal de altar da Capela do Senhor dos Aflitos, ou os retratos que decoram o *Trânsito* ou Corredor da Portaria.
- 24 O périplo realizado pelos vários conventos da Província da Arrábida ainda existentes permitiu-nos concluir precisamente que em quase todos se verificaram recolocações, alterações, transposições para outros locais e o desaparecimento de alguns dos exemplares azulejares originais, o que dificultou a sua compreensão na espacialidade dos mesmos, tendo esta investigação resultado numa leitura parcial, por serem estes exemplares o que resta de um todo entretanto fragmentado.

BIBLIOGRAFIA

- CALADO, Margarida (1993) – «Arrábida». In *Azeitão* (Col. Cidades e vilas de Portugal, n.º 14). Lisboa: Ed. Presença, pp. 92–132.
- FONSECA, Maria Joana Sampaio Belard da (2006) – *Os Azulejos dos séculos XVII e XVIII no Convento de Nossa Senhora da Arrábida e nos restantes conventos da sua Província*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Tese de mestrado.
- GONÇALVES, Manuel Pereira (1996) – História de alguns conventos da Província da Arrábida. I-II *Seminário. O Franciscanismo em Portugal: Actas*. Lisboa: Ed. Fundação Oriente, vol. 1, pp. 276–279.
- PERESTRELLO, Dulce (1952) – *A Serra da Arrábida e o seu Convento*. Lisboa: Gráfica Santelmo.
- PIEDADE, Fr. António da (1728) – *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida da Regular, e Mais Estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho*. Lisboa: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, t. I.
- PIMENTEL, José Cortez (1992) – *Arrábida – história de uma região privilegiada* (Col. O Espírito do Lugar). Lisboa: Ed. Inapa, p. 53.
- STRAUSS, Walter L. (ed.) (2001–2003) – *The Illustrated Bartsch*. New York: Abaris Books. Vol. 70, pt. 2 (Supplement).

NOTAS

1. Vd. Fonseca, 2006.
2. Adquirido pela Fundação Oriente à Casa Palmela em 1990.
3. Vd. Piedade, 1728, p. 258 e Gonçalves, 1996, p. 276–279.
4. Este primitivo núcleo conventual, tal como hoje existe, remontará a fins do séc. XVI, inícios de XVII. A designação «Convento Velho» é dada por oposição ao «Convento Novo», situado mais abaixo, e cuja construção teve início em 1542.
5. Pimentel, 1992, p. 53.
6. Os 13 santos representados são: S. Francisco de Assis, Santo António de Lisboa, S. Pedro de Alcântara, S. Boaventura, S. Luis Bispo, S. Bernardino de Sena, Fr. Jácome da Marca, S. Diogo de Alcalá, S. Pascoal Bailã, S. João Capristano, Fr. Agostinho da Cruz, Fr. Francisco dos Reis, Fr. Diogo dos Anjos (atualmente inexistente).
7. Segundo informação oral que nos foi transmitida por José Meco, poderão ser da autoria do Mestre P.M.P.
8. Segundo as fontes, os dois painéis que revestem as paredes da Ermida de Nossa Senhora da Piedade não são originários deste local, mas aqui colocados aquando de obras de restauro realizadas pelos Duques de Palmela (vd. Calado, 1993, p. 113).
9. Perestrello, 1952, p. 125.
10. Este tipo de representações foi muitas vezes inspirado em gravuras, tais como as gravuras da autoria de Johan Sadeler, datadas do séc. XVI. Vd. Strauss, 2001–2003, Vol. 70, pt. 2 (Supplement).
11. Segundo informação que nos foi dada no local, nenhum dos painéis de azulejos aqui existentes, embora com temática associada a esta Ordem Religiosa, eram originários deste convento.

RESUMOS

Ao contrário do Convento de Nossa Senhora da Arrábida, onde recolocações sucessivas de azulejos acrescentaram tipologias de diferentes épocas (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX), nos restantes conventos da Província predomina ainda o azulejo do século XVII e XVIII. Neste texto procurámos elencar as várias conclusões a que chegámos na sequência da observação direta dos cerca de 12 conventos arrábidos ainda existentes na atualidade, não só do ponto de vista do levantamento das tipologias existentes e suas datações, bem como as temáticas e o cruzamento das mesmas entre conventos de uma mesma Ordem Religiosa de Frades Franciscanos Capuchos da «Mais Estreita e Regular Observância», que teve o Convento de Nossa Senhora da Arrábida como a sua casa-mãe.

Unlike the Convent of Nossa Senhora da Arrábida, where successive replacements of tiles added typologies from different periods (16th, 17th, 18th and 19th centuries), in the other convents of the Province, tiles from the 17th and 18th centuries still predominate. In this text, we tried to list the various conclusions that we reached following the direct observation of the approximately 12 Convents of Arrábido's friars that still exist today, not only from the point of view of surveying the existing typologies and their dates, as well as the themes and their intersection between convents of the same Religious Order of Franciscan Friars, Capuchos, of the «Most Narrow and Regular Observance», which had the Convent of Nossa Senhora da Arrábida as its mother-house.

ÍNDICE

Palavras-chave: azulejaria dos séc. XVII e XVIII, Convento de Nossa Senhora da Arrábida, frades capuchos, narrativas da paixão de Cristo

Keywords: tiles from the XVII and XVIII centuries, Nossa Senhora da Arrábida Convent, capuchin friars, narratives of the passion of Christ

AUTOR

JOANA BELARD DA FONSECA

Fundação Oriente

Cor e técnica na cerâmica de revestimento medieval

O caso dos ladrilhos cistercienses do Mosteiro de Alcobaça

Fernanda Carvalho, Susana Coentro, Luís Cerqueira Alves, Rui C. Silva, Cátia Relvas, Teresa Ferreira, José Mirão, Rui André Alves Trindade, Isabel Costeira e Vânia Solange Ferreira Muralha†

NOTA DO AUTOR

Em memória da nossa amiga e colega Vânia Solange Ferreira Muralha.

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): PTDC/CPCEAT/4719/2012, pelos projetos LA/P/0037/2020, UIDP/50025/2020 e UIDB/50025/2020 (CENIMAT/i3N), SFRH/BD/145308/2019 (F. Carvalho), CEECIND/00882/2017 (S. Coentro), UIDB/00729/2020 (VICARTE), UIDP/00729/2020 (VICARTE), PTDC/HAR-HIS/1899/2020 (ChromAz), LA/P/0008/2020 (Lab. Associado para a Química Verde - Tecnologias e Processos Limpos), UID/Multi/04349/2013 (C2TN), UID/FIS/50010/2013 (IPFN) e UID/Multi/04449/2013 (Lab. HERCULES).

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

- 1 Classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça é hoje um marco histórico-artístico não só pela sua arquitetura gótica religiosa, como também pelo papel fundamental que teve na afirmação do território português no século XII, a partir da doação de uma vasta área pelo rei D. Afonso Henriques à Ordem de Cister, em 1153 (TRINDADE, 2007; VILLAMARIZ, 2012).
- 2 A Ordem de Cister era regida por princípios que definiam desde o local para a implantação dos mosteiros até aspetos mais práticos da vida diária dos monges. Estes guiavam-se pela simplicidade e humildade, refletidas num estilo de vida despojado e voltado para o trabalho, a oração e a caridade (JUBAINVILLE et al., 1958; VILLAMARIZ,

2012). Estes princípios eram fruto do pensamento de São Bernardo de Claraval, abade do Mosteiro de Claraval, em França, a quem foi dirigida a carta de fundação de Alcobaça (CUNHA, 2005; LEROUX-DHUIS, 2006; TRINDADE, 2018; VILLAMARIZ, 2012). Para São Bernardo, a decoração excessiva e luxuosa das igrejas e objetos de culto era inapropriada à vida religiosa, porque poderia desviar não só os monges da sua real função ligada à oração, como também os recursos financeiros necessários para a realização das obras de caridade (CUNHA, 2005; VILLAMARIZ, 2012). Desta forma, as construções deveriam ser desprovidas de elementos decorativos como esculturas, pinturas e vitrais coloridos que, no entanto, não resultavam na ausência de sentido estético e magnificência dos edifícios, muito menos na negligência com a qualidade dos materiais aplicados ou com a mão-de-obra especializada envolvida na obra. Os monges poderiam trabalhar nas diferentes fases construtivas, mas era bastante comum a presença de mestres de obra laicos de oficinas especializadas e aprendizes (LEROUX-DHUIS, 2006; VILLAMARIZ, 2012).

- 3 Em território português, a Abadia de Santa Maria de Alcobaça foi a obra arquitetónica de maior importância para a Ordem de Cister e o primeiro edifício gótico construído à semelhança da Abadia de Claraval. A construção da igreja teve início em 1178 e demorou 74 anos a ser concluída (1178–1252) (LEROUX-DHUIS, 2006; TRINDADE, 2007; VILLAMARIZ, 2012).

Os pavimentos medievais

- 4 O uso de ladrilhos cerâmicos para aplicação em pavimentos era bastante comum no contexto monástico medieval (SIMÕES, 1990). A área preferencial de aplicação deste tipo de revestimento na igreja era a zona da cabeceira (altares e capelas) e do transepto, sendo mais raro encontrá-lo na nave (DURBIN, 2005; NORTON, 1981; STOPFORD, 2005). O pavimento cerâmico medieval mais comum encontrado em contexto cristão era composto por ladrilhos monocromáticos, aplicados de modo a formar padrões geométricos, em que o elemento decorativo era dado pela alternância das formas e cores das peças (TRINDADE, 1997–1998, 2007).
- 5 A produção dos ladrilhos medievais em cerâmica vidrada envolvia técnicas tradicionais de preparação da argila, moldagem em formas de madeira e cozedura em fornos a lenha (DURBIN, 2005). Normalmente, os ladrilhos eram relativamente espessos (> 2,5 cm) e chanfrados lateralmente, de modo que o tardo ficasse menor do que a face principal. Este modelo de ladrilho possibilitava uma melhor adesão das peças ao solo, ao mesmo tempo que permitia um melhor encaixe da face principal do mosaico, quando assentado (DURBIN, 2005). As matérias-primas utilizadas variavam consoante a disponibilidade de material no local de produção (DURBIN, 2005; STOPFORD, 2005). A elaboração do vidrado também variava de acordo com as matérias-primas, as receitas e o conhecimento do mestre que o preparava. Em geral, eram utilizados vidrados plumbíferos como base para a preparação de vidrados coloridos por óxidos metálicos. A paleta de cores era relativamente restrita, embora houvesse bastante variação na tonalidade de uma mesma cor. O mais comum era o uso de vidrado incolor e de óxidos de cobre e ferro para obtenção de verdes e tons mais escuros (DURBIN, 2005).

O pavimento da Abadia de Santa Maria de Alcobaça

- 6 O revestimento cerâmico vidrado estava de acordo com os preceitos cistercienses, tendo sido disseminado por diversas edificações da Ordem de Cister em diferentes países europeus (GRANBOULAN, 1984; TRINDADE, 2007). Em Portugal, ladrilhos cerâmicos foram utilizados para revestir o pavimento da cabeceira da Abadia de Alcobaça, composto tanto por ladrilhos lisos, como por ladrilhos com linhas incisadas, ambos vidrados. Quando ainda existente, o vidrado apresenta-se frequentemente desgastado e corroído. Atualmente, apenas o deambulatório da igreja possui ladrilhos cerâmicos ainda aplicados. As peças em estudo, todas lisas e monocromáticas, fazem parte do espólio recuperado após as intervenções de restauro realizadas na década de 1930.
- 7 Não foram encontrados documentos que comprovem exatamente a data em que o pavimento cerâmico foi assente. Acredita-se que sejam peças originais do século XIII, pelas características formais dos ladrilhos e padrões utilizados e também pela baliza das datas para o início das obras (1178) e a consagração da igreja (1252). Se considerarmos o início das obras pela zona da cabeceira da igreja, conforme sugerem alguns historiadores (VILLAMARIZ, 2012), esta corresponderá à parte mais antiga do edifício, sendo provável que, à data da consagração da igreja, toda esta zona já estivesse concluída. Além disso, mestres islâmicos poderiam estar relacionados com o fabrico dos ladrilhos vidrados utilizados no pavimento, uma vez que dominavam esta tecnologia. Marcas moçárabes-mudéjares foram identificadas na cantaria da absida da igreja, indicando não apenas a presença de mestres islâmicos na região, como também comprovando a participação destes trabalhadores na construção (RASQUILHO et al., 2007; TRINDADE, 2007). Em 2000 e 2007, Trindade chamou a atenção para a presença, nos pavimentos, de vestígios de vidrado hispano-muçulmano, como sejam o branco de estanho e o azul-turquesa, além da restante paleta de vidrados cristãos. Esta descoberta inédita demonstrou, para o caso português, o afastamento definitivo de fabrico destes pavimentos em França, afastando-se das congéneres europeias e comprovando, por outro lado, a tecnologia de vidrados do sul islâmico (TRINDADE, 1997–1998, 2007).
- 8 Há poucas referências sobre os padrões compostos pelos ladrilhos monocromáticos ou a localização original deste pavimento. Alguns dos documentos relativos às intervenções realizadas na década de 1930 registam informações sobre o pavimento como, por exemplo, o rebaixamento do piso, então utilizado à época, para descobrir o «pavimento primitivo» (1930, SIPA, TXT.00325645), bem como a descoberta de ladrilhos abaixo do lajeamento da «capela mor» (1931, SIPA, TXT.00325728). Foi encontrado apenas um documento que descreve um dos padrões utilizados, bem como a sua localização exata na zona absidal da Abadia. Trata-se de uma carta escrita por Jorge Colaço, publicada a 16 de outubro de 1932, no jornal *Diário de Notícias*. Nesta carta, o autor denuncia a remoção do pavimento medieval aplicado no *cruzeiro da igreja*, cujo padrão era composto por «ladrilhos verdes em formato de cruzeta, nos quais se encaixavam pequenos círculos de pasta mais clara, “sem vidrado” (...)» (COLAÇO, 1932). Santos Simões descreve também outra campanha de remoção dos pavimentos medievais, ocorrida em 1939 (SIMÕES, 1990; TRINDADE, 2007). Neste período, acreditava-se que o pavimento cerâmico pudesse ter sido um acrescento do século XVII e, por esta razão, optou-se por removê-lo (MARTINS, 2011; SIMÕES, 1990; TRINDADE, 2007). Apesar de não mencionar onde estavam aplicados, Santos Simões conseguiu reproduzir 11 dos

padrões removidos, incluindo aquele citado por Colaço, em 1932. Com base nestes documentos, é possível concluir que, até ao início dos anos 40, a maior parte do pavimento cerâmico aplicado na absida da igreja tinha sido removida.

- 9 Considerado um dos primeiros exemplares da azulejaria portuguesa em contexto cristão, o pavimento cerâmico será estudado do ponto de vista da caracterização química e morfológica dos vidrados, principalmente no que se refere à paleta cromática utilizada, deixando de parte o estudo do corpo cerâmico, já considerado numa publicação anterior (CARVALHO et al., 2016).

Procedimento experimental

Peças estudadas

- 10 Os ladrilhos em estudo constituem um conjunto de 15 peças, das quais em 14 delas foram estudados os vidrados (Tabela 1). As peças são relativamente espessas ($\approx 2,3$ a $3,5$ cm) e o corpo cerâmico visualmente heterogéneo. As formas variam entre geométricas simples como quadrados, círculos e triângulos e formatos mais complexos que conjugam recortes arredondados e linhas retas. A paleta de cores é relativamente reduzida: identificaram-se como cores principais o branco, o verde, o azul-turquesa e o castanho, sendo que o verde apresenta diferentes tonalidades.
- 11 O estudo foi realizado a partir da observação das peças e da análise de pequenas amostras dos vidrados, todos lisos e monocromáticos. Em razão da existência de sinais de corrosão ou da heterogeneidade observada na cor de um mesmo vidrado, na maioria das peças foram retiradas mais do que uma amostra sendo, no total, analisadas 28 amostras de vidrados. Estas foram montadas em resina epoxídica Araldite 2020® e polidas para observação em secção transversal. As amostras foram observadas por microscopia ótica e analisadas quantitativamente por μ -PIXE. As concentrações elementares calculadas são apresentadas em percentagem mássica dos óxidos correspondentes, usando-se para tal o símbolo %. As análises por SEM-EDS foram realizadas em 11 das 28 amostras e permitiram obter mapas de distribuição elementar nos vidrados. Na Tabela 1 são apresentadas as peças em estudo (ladrilhos) associadas à cor observada do vidrado, o número de amostras retiradas e as análises realizadas em cada ladrilho.

Tabela 1. Ladrilhos em estudo do pavimento cerâmico de Alcobaça, de acordo com a cor observada do vidrado, a amostragem e as análises realizadas por amostra.

Cor	Ladrilhos	Amostras	Técnicas analíticas		
			MO	μ-PIXE	SEM-EDS
Branco	31AN1997_e	1	✓	✓	✓
	AN3_e	2	✓✓	✓✓	-
	32AN1997_a	3	✓✓✓	✓✓✓	✓
Azul-turquesa	AN3_d	3	✓✓✓	✓✓✓	✓
Verde	31AN1997_d	1	✓	✓	-
	34AN1997_a	2	✓✓	✓✓	✓
	31AN1997_b	1	✓	✓	✓
	31AN1997_h	3	✓✓✓	✓✓✓	✓
	32AN1997_d	2	✓✓	✓✓	-
	31AN1997_a	2	✓✓	✓✓	✓✓
	AN3_b	2	✓✓	✓✓	✓
	34AN1997_g	2	✓✓	✓✓	✓
	AN3_a	2	✓✓	✓✓	-
Castanho	AN3_c	2	✓✓	✓✓	✓

Técnicas analíticas

- Microscopia eletrónica de varrimento com espectroscopia de raios-X por dispersão de energia (SEM-EDS): microscópio eletrónico de varrimento HITACHI S-3700N, com espectrómetro de raios-X por dispersão de energia Brüker Xflash 5010 acoplado, resolução 123 eV (Mn K α). As análises foram realizadas em modo de pressão variável, sob pressão de 40 Pa na câmara de análise, e tensão de aceleração do feixe primário de 20 kV, para obtenção de imagens em modo de eletrões retrodifundidos (BSE) e análise química. O software Esprit 1.9 (Brüker Corporation) foi usado para análise e semiquantificação. (Lab. HERCULES, U. Évora).
- Micro-espectrometria de emissão de raios-X induzida por partículas (μ-PIXE): acelerador Van de Graaff de 2,5 MV, com microsonda nuclear Oxford Microbeam OM150, ajuste de foco de 3×4 μm² para feixe de protões de 1 MeV. Irradiação em vácuo, em câmara equipada com detetores de raios-X, de Si(Li), com resolução em energia de 145 eV. Mapas de distribuição elementar de 750×750 μm². Tratamento dos dados e a quantificação: softwares OMDAQ e Gupixwin. (IST, U. Lisboa).
- Microscopia ótica: microscópio ótico Axioplan 2 Imaging, com máquina fotográfica digital Nikon DMX acoplada. Observação em luz refletida e filtros de contraste interferencial, campo escuro e luz polarizada. (FCT NOVA).

Resultados e Discussão

Vidrados monocromáticos

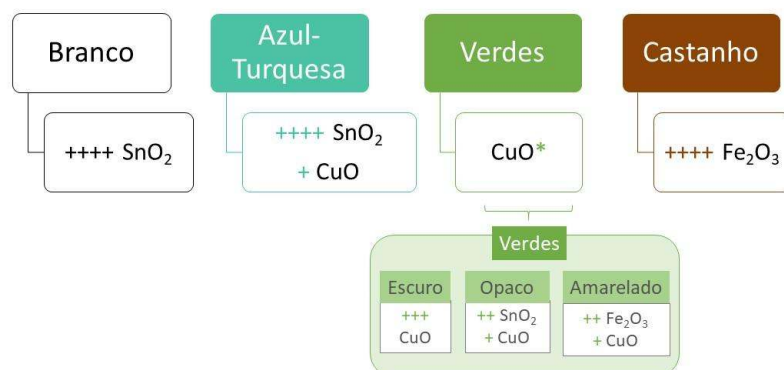
- 12 A composição química dos vidrados obtida por μ -PIXE é apresentada na Tabela 2. Os resultados indicam que os vidrados são plumbíferos, apresentando teores de óxido de chumbo (PbO) no intervalo de 39–63 %, com exceção do valor de 23 % encontrado para a amostra azul-turquesa. Este intervalo alargado de valores encontrados para a percentagem mássica de PbO está relacionado com as receitas utilizadas para a obtenção das diferentes cores, observando-se teores de PbO mais baixos nos vidrados opacos, ou seja, naqueles que apresentaram maiores percentagens de óxido de estanho (SnO_2). A proporção de óxidos colorantes também está diretamente relacionada com as cores obtidas.

Tabela 2. Composição química dos vidrados, em percentagem mássica (%), obtida por μ -PIXE.

Cor	Ladrilho	SiO_2	PbO	Al_2O_3	CaO	SnO_2	CuO	Fe_2O_3	Na_2O	K_2O	MgO	TiO_2	MnO	Cl
Verdes	31AN1997_d	26,3	61,8	3,97	0,86	1,03	1,91	1,04	1,08	0,98	0,46	0,16	–	0,49
	34AN1997_a	31,0	60,2	3,47	0,90	0,77	0,23	1,66	0,34	0,68	0,41	0,15	–	0,24
	31AN1997_b	28,5	62,8	3,92	0,93	0,82	0,15	1,12	0,24	0,39	0,48	0,18	0,05	0,41
	31AN1997_h	20,8	59,5	3,78	1,57	0,67	1,87	1,04	0,25	0,51	0,41	0,19	–	0,45
	32AN1997_d	28,6	58,8	3,46	1,19	1,06	3,38	1,94	–	0,44	0,55	0,15	0,04	0,37
	31AN1997_a	29,8	53,4	3,46	1,64	1,29	6,60	1,72	0,14	0,90	0,54	0,14	–	0,36
	AN3_b	39,6	50,2	2,75	1,71	0,49	0,74	2,16	0,32	1,10	0,42	0,11	0,02	0,34
	34AN1997_g	39,6	49,8	2,95	1,00	0,41	2,54	1,62	0,19	1,12	0,38	0,12	–	0,30
	AN3_a	37,2	47,7	3,44	1,04	5,34	1,96	0,95	0,90	0,84	0,28	0,10	–	0,33
Azul-turquesa	AN3_d	47,3	23,3	2,48	3,07	15,1	1,21	1,09	3,74	2,01	0,43	0,10	0,01	0,17
Branco	31AN1997_e	34,6	42,3	1,96	1,83	14,1	0,37	1,33	1,47	1,28	0,28	0,04	–	0,43
	AN3_e	41,5	40,8	3,38	1,69	7,21	1,64	1,00	1,19	0,92	0,36	0,11	–	0,24
	32AN1997_a	32,0	38,9	1,63	1,73	20,0	0,15	0,80	2,96	0,84	0,39	0,05	–	0,50
Castanho	AN3_c	32,9	54,6	3,59	1,20	0,41	0,13	5,10	0,41	0,89	0,38	0,12	0,04	0,32

- 13 A paleta cromática identificada nos ladrilhos de Alcobaça, e aqui apresentada, teve em conta a observação visual e a análise química dos vidrados (Figura 1). As variações tonais correspondem a diferenças na receita inicial e serão discutidas adiante.

Figura 1. Diagrama esquemático da paleta cromática dos vidrados estudados de acordo com a sua composição química em óxidos colorantes.



Paleta cromática

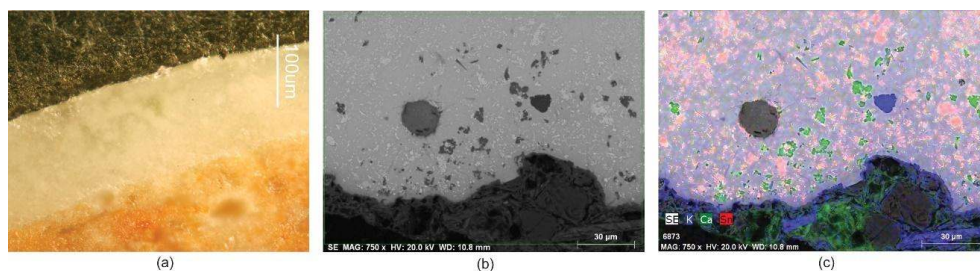
Branco

Figura 2. Ladrilhos monocromáticos brancos.



- ¹⁴ A cor branca deve-se à presença de óxido de estanho (SnO_2) sob a forma de aglomerados de partículas, que conferem cor e opacidade ao vidrado. Os teores de SnO_2 utilizados na formulação dos vidrados são relativamente elevados e bastante variados, situando-se entre 7–20 % (Tabela 2). As imagens de SEM em modo BSE e de microscopia ótica (Figura 3) mostram que, em geral, os aglomerados de óxido de estanho (SnO_2) estão distribuídos pelo vidrado de forma heterogênea e possuem dimensões variadas.

Figura 3. Amostra 31AN1997-e. a) Observação do vidrado branco por MO; b) Imagem SEM em modo BSE do vidrado branco em (a); c) Mapa de composição elemental correspondente a (b), onde se observa a distribuição de K, Sn, e Ca, sendo a cor vermelha atribuída ao Sn.

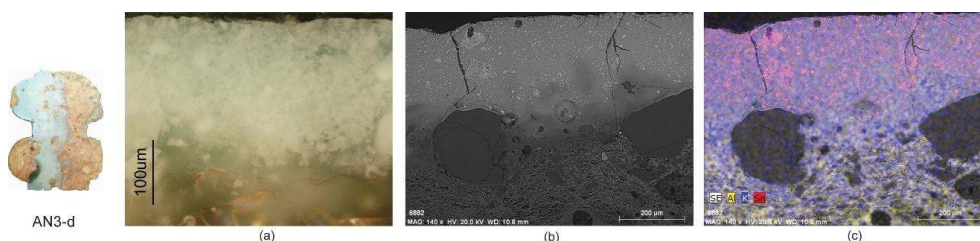


- 15 A utilização de óxido de estanho para obtenção de brancos foi uma tecnologia desenvolvida e produzida pela primeira vez no Iraque, no século VIII (TITE et al., 1998; TRINDADE, 2007), tendo chegado à Península Ibérica entre o final do século IX e o início do século X (SALINAS et al., 2018). A presença do vidrado branco estanífero comprova a assimilação e o uso desta tecnologia, tipicamente islâmica, para aplicação em contexto medieval cristão, em território português (TRINDADE, 2007, 2018).

Azul-Turquesa

- 16 O óxido de cobre (CuO) em matriz alcalina produz uma tonalidade azul-turquesa (MARITAN et al., 2006). De facto, esta amostra apresenta os teores mássicos mais elevados em óxido de silício ($\approx 47\% \text{SiO}_2$), óxido de sódio ($\approx 4\% \text{Na}_2\text{O}$) e óxido de potássio ($2\% \text{K}_2\text{O}$), e teores baixos em óxido de chumbo ($\approx 23\% \text{PbO}$), quando comparados com os restantes vidrados. Apresenta ainda valores elevados para o óxido de estanho ($\approx 15\% \text{SnO}_2$), enquanto o óxido de cobre, que funciona como cromóforo, aparece com teor de 1,2 %. O vidrado apresenta aglomerados de óxido de estanho de dimensões variadas, dispersos na matriz vítrea (Figura 4).

Figura 4. Peça com parte do vidrado azul-turquesa. (a) Observação do vidrado por MO. (b) Imagem SEM em modo BSE do vidrado. (c) Mapa de composição elemental onde as partículas contendo estanho correspondem às manchas rosadas.

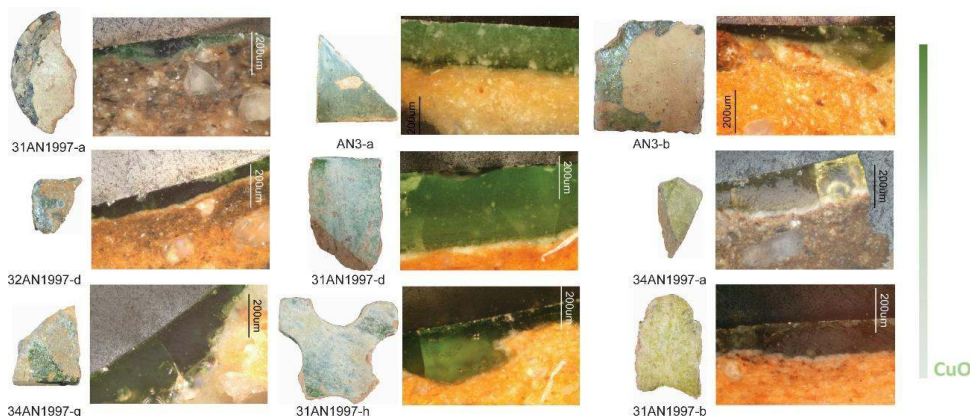


Verde

- 17 A cor verde foi identificada em nove dos 14 ladrilhos estudados (Figura 5). As tonalidades variam de verde escuro a verde amarelado. A cor é obtida pela adição de óxido de cobre (CuO) em percentagens mássicas entre 1–5 %, adicionado a uma matriz plumbífera que é cozida em atmosfera oxidante. Além da percentagem de CuO utilizada, a tonalidade da cor é ainda influenciada pelos teores em óxido de ferro (Fe_2O_3) e também pela quantidade de óxido de estanho (SnO_2) adicionada ao vidrado. Em conjunto com o óxido de cobre, a adição de óxido de ferro confere tonalidades de verde

mais amareladas e/ou acastanhadas, enquanto a adição de óxido de estanho resulta em tonalidades de verde mais claro, uma vez que este óxido atua de modo equivalente à adição de um pigmento branco. Além de alterar a tonalidade da cor, o óxido de estanho atua simultaneamente como opacificante do vidrado. De modo geral, os vidrados verdes apresentam teores elevados de óxido de chumbo (PbO), entre 48 % e 63 %.

Figura 5. Observação por MO das diferentes tonalidades de verde. As imagens estão organizadas, em ordem decrescente (de cima para baixo), consoante a percentagem de CuO.



- 18 A tonalidade de verde mais escura, quase negra, parece dever-se a uma percentagem mais elevada de óxido de cobre (7 %) e a uma camada mais espessa de vidrado aplicado (Figura 6). As tonalidades de verde visualmente mais similares entre si apresentam vidrados com poucas inclusões. Além disso, a proporção entre os óxidos de ferro e cobre são semelhantes, embora as percentagens de Fe_2O_3 variem entre 1 % e 2 % e os teores em CuO sejam ligeiramente superiores, entre 2 % e 4 %. Em três amostras, o óxido de ferro foi quantificado numa percentagem superior à encontrada para o óxido de cobre, o que resultou em tons verde mais acastanhado ($\approx 2 \% \text{Fe}_2\text{O}_3, < 1 \% \text{CuO}$), verde azeitona ($\approx 1,7 \% \text{Fe}_2\text{O}_3, \approx 0,2 \% \text{CuO}$) e verde amarelado ($\approx 1 \% \text{Fe}_2\text{O}_3, \approx 0,15 \% \text{CuO}$) (Figura 6). O ladrilho AN3-a apresenta o vidrado verde mais opaco, o que, de facto, corresponde à maior percentagem mássica de SnO_2 ($\approx 5 \%$) (Tabela 2).

Figura 6. Amostras de três tonalidades distintas de vidrados verdes, observadas por SEM em modo BSE. Os vidrados (parte mais clara da imagem) são homogêneos em todos os casos, embora a amostra 31AN1997-b verde amarelada apresente bolhas e fissuras. Observa-se também que a amostra 31AN1997-a, correspondente ao verde muito escuro, apresenta a camada mais espessa de vidrado.



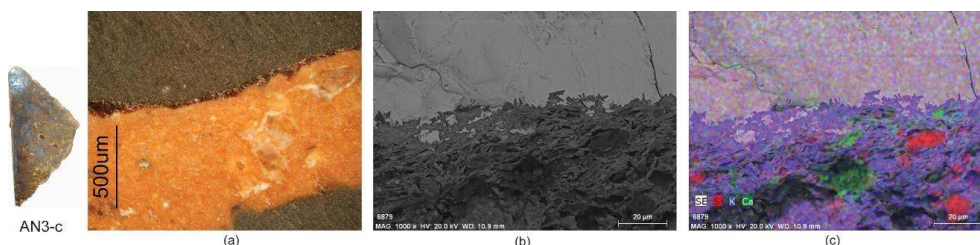
- 19 A composição dos vidrados verdes é coerente com as composições típicas do período medieval, em que a cor é obtida pela adição de óxido de cobre numa matriz plumbífera incolor. No caso de Alcobaça destaca-se, ainda, o uso do óxido de estanho em alguns

verdes, contribuindo com a cor branca para a obtenção de outras tonalidades daquela cor, e influenciando também a opacidade do vidrado.

Castanho

- 20 O vidrado castanho foi amostrado em apenas um dos ladrilhos estudados. Foi aplicado sobre a chacota numa camada irregular e muito fina ($\approx 90,0 \mu\text{m}$), constituindo o vidrado de menor espessura analisado. Ainda assim, apresenta bolhas e fissuras na camada vítrea (Figura 7). De todas as amostras, é aquela que apresenta o maior teor de óxido de ferro ($5,1 \text{ \% Fe}_2\text{O}_3$), o que justifica a tonalidade castanha escura. Este vidrado apresenta alto teor de óxido de chumbo ($\approx 55 \text{ \% PbO}$), sendo este um dos principais componentes, juntamente com o óxido de silício ($\approx 33 \text{ \% SiO}_2$) e a alumina ($\approx 4 \text{ \% Al}_2\text{O}_3$) (Tabela 2).

Figura 7. Vidrado castanho observado por (a) MO; (b) SEM em modo BSE e (c) mapa de composição elementar. O vidrado apresenta uma fina camada aplicada sobre o corpo cerâmico. As imagens de SEM-EDS revelam a homogeneidade da camada vítrea, a presença de fissuras no vidrado e a zona de interface bem definida.



Conclusão

- 21 Os resultados obtidos nas análises dos vidrados são coerentes com outros estudos publicados sobre cerâmica medieval (GONÇALVES, 1989; GRANBOULAN, 1984; LEROUX-DHUIS, 2006; TRINDADE, 2007, 2018), o que é consistente com a hipótese deste conjunto ser efetivamente do século XIII.
- 22 A composição geral dos vidrados também está de acordo com a reduzida paleta de cores das produções medievais. O vidrado base era composto maioritariamente por sílica e óxido de chumbo. Os verdes tinham como óxido colorante o óxido de cobre (CuO), embora nas tonalidades de verde mais quentes (acastanhado, azeitona e amarelado) tenha sido identificado o óxido de ferro (Fe_2O_3) em maiores percentagens do que o óxido de cobre. Destaca-se ainda o uso do óxido de estanho (SnO_2) para obtenção de outras tonalidades de verdes. Para o castanho foi identificado o óxido de ferro como colorante. Mas é o vidrado estanífero aquele que constitui uma das provas mais importantes sobre o contexto medieval de fabrico dos ladrilhos e a difusão do conhecimento islâmico sobre a tecnologia envolvida nesta produção. O vidrado branco estanífero e, sobretudo, o azul-turquesa eram relativamente raros em outras Abadias Cistercienses, ainda no século XIII. No caso de Alcobaça, é importante ressaltar que os resultados indicam o fabrico intencional da cor azul-turquesa, também formulado com óxidos de estanho e óxidos de cobre, adicionados em matriz alcalina. O grande diferencial do pavimento de Alcobaça, fazendo deste um caso único em Portugal, é justamente o facto de que, além da tecnologia de produção de vidrados típica deste período, com vidrados de chumbo transparentes coloridos por óxidos metálicos,

encontram-se também exemplares característicos de uma tecnologia de produção tipicamente islâmica, com os brancos e o azul-turquesa utilizados em contexto cristão. Desta forma, o pavimento cisterciense da Abadia de Alcobaça é, no mínimo, inovador em contexto pavimentar cristão português, sobretudo no que se refere à tecnologia de fabrico.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, F., [et al.]. (2016) – The Cistercian glazed tiles of the Monastery of Alcobaça: characterization of the colour palette. *Journal of Medieval Iberian Studies*. Vol. 8, n.º 2, pp. 196–216.
- COLAÇO, J. (1932, 16 de outubro) – Um Curioso Pavimento de Cerâmica no Mosteiro de Alcobaça. *Diário de Notícias*. © Fundação Calouste Gulbenkian.
- CUNHA, J. A. da. (2005) – A multidisciplinaridade da arquitectura cisterciense: Pistas para o estudo e salvaguarda da sua autenticidade. *Lusitania Sacra*. N.º 17, pp. 439–454.
- DURBIN, L. (2005) – *Architectural Tiles: Conservation and Restoration*. New York: Routledge.
- GONÇALVES, I. (1989). *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: FCSH – Editora da Universidade Nova de Lisboa.
- GRANBOULAN, A. (1984) – Pavements cisterciens. *Bulletin Monumental*. Vol. 142, n.º 4, pp. 458–460.
- JUBAINVILLE, M. H. d'Arbois de., PIGEOTTE, L. (1958) – *Études sur l'État Intérieur des Abbayes Cisterciennes, et principalement de Clairvaux, au XIIe et au XIIIe Siècle*. Paris: Aug. Durand.
- LEROUX-DHUIS, J. F. (2006) – *Las Abadías Cistercienses – Historia y Arquitectura*. Postdam: H. F. Ullmann.
- MARITAN, L. [et al.] (2006) – Influence of firing conditions on ceramic products: Experimental study on clay rich in organic matter. *Applied Clay Science*. Vol. 31, n.º 1–2, pp. 1–15.
- MARTINS, A. M. T. (2011) – «Património Arquitectónico Cisterciense: um contínuo testemunho». In *Simpósio Património Em Construção: Contexto para sua preservação, no cenário da Lei de Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos*. Lisboa: LNEC, pp. 25–32.
- NORTON, C. (1981) – Les carreaux de pavage du Moyen Age de l'abbaye de Saint-Denis. *Bulletin Monumental*. Vol. 139, n.º 2, pp. 69–100.
- RASQUILHO, R., FERREIRA, M. A. P. T. (2007) – *Cister e a Europa. Santa Maria de Alcobaça: aliança entre a espiritualidade e o trabalho manual*. Lisboa: ACD Editores.
- SALINAS, E., PRADELL, T. (2018) – The transition from lead transparent to tin-opacified glaze productions in the western Islamic lands: al-Andalus, c. 875–929 CE. *Journal of Archaeological Science*. Vol. 94, pp. 1–11.
- SIMÕES, S. (1990) – *A Azulejaria em Portugal nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição.

SIPA (s. d.) – *Mosteiro de Alcobaça / Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça* [em linha]. Sacavém: Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico [consult. Em 16 de fevereiro de 2015]. Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4719

STOPFORD, J. (2005) – *Medieval Floor Tiles of Northern England – pattern and purpose: production between the 13th and 16th centuries*. Oxbow Books.

TITE, M. S., [et al.] (1998) – Lead Glazes in Antiquity—Methods of Production and Reasons for Use. *Archaeometry*. Vol. 40, n.º 2, pp. 241–260.

TRINDADE, R. A. A. (1997–1998) – Identificação de Azulejos Figurativos em Técnica de Linha Incisa na Abadia de Santa Maria de Alcobaça. *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. N.º. 2, pp. 144–148.

TRINDADE, R. A. A. (2007) – *Revestimentos Cerâmicos Portugueses - Meados do século XIV à primeira metade do século XVI*. Lisboa: Edições Colibri.

TRINDADE, R. A. A. (2018) – Ceramic flooring from the Cistercian Abbey of Santa Maria de Alcobaça, Portugal (13th and 14th centuries). *Medieval Ceramics*. Vol. 37, pp. 79–85.

VILLAMARIZ, C. P. O. M. M. (2012) – *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o tempo dos Experimentalismos*. Lisboa: UNL. Tese de doutoramento.

RESUMOS

Fundado em 1153, o Mosteiro de Alcobaça reflete os valores originais da Ordem de Cister através da sua arquitetura austera e despojada. Os ladrilhos vidrados que outrora revestiam o pavimento da abside funcionavam, assim, como um raro elemento decorativo através dos padrões criados com as suas diferentes cores e formatos. Considerados peças originais do século XIII, estes ladrilhos serão um dos primeiros exemplos de azulejaria em Portugal. O objetivo deste trabalho foi caracterizar a sua paleta cromática, através do estudo multi-analítico dos vidrados. As técnicas utilizadas foram a microscopia ótica (MO), a micro-espectrometria de emissão de raios-X induzida por partículas (μ -PIXE) e a microscopia eletrónica de varrimento com espectroscopia de raios-X por dispersão de energia (SEM-EDS). As cores identificadas nos ladrilhos, todos monocromáticos, foram o branco, o azul-turquesa, o castanho e diferentes tonalidades de verde. As análises efetuadas permitiram concluir que esta paleta se deve à presença de óxidos de estanho, de cobre e de ferro em vidrados plumbíferos. A identificação de vidrados opacificados por estanho sugere que este é um dos primeiros exemplos do uso desta tecnologia islâmica em pavimentos de cerâmica no Portugal cristão.

Founded in 1153, the Monastery of Alcobaça reflects the original values of the Order of Cister through its elegant architecture. The glazed tiles that once coated the floor of the apse worked as a rare decorative element through the patterns created with their different colours and shapes. Considered 13th-century originals, these are some of the first examples of architectural glazed tiles in Portugal. The main goal of this research was to characterize their colour palette through a multi-analytical study of the glazes. The techniques used were optical microscopy (OM), particle-induced X-ray emission micro spectrometry (μ -PIXE), and electron scanning microscopy with energy-dispersive X-ray spectroscopy (SEM-EDS). The colours identified in the glazed tiles, all monochromatic, were white, turquoise blue, brown and different shades of green. The analyses revealed that this palette was obtained with tin oxide, copper oxide and iron oxide in different amounts mixed with lead glazes. The identification of tin-opacified glazes suggests this

being one of the first examples of this Islamic technology used in ceramic pavements in Christian Portugal.

ÍNDICE

Palavras-chave: ladrilhos, cerâmica, vidrado, paleta cromática, Alcobaça

Keywords: tiles, ceramic, glazed tiles, chromatic palette, Alcobaça

AUTORES

FERNANDA CARVALHO

Autor correspondente

Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia, CENIMAT/i3N

fb.carvalho@campus.fct.unl.pt

SUSANA COENTRO

Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia, VICARTE

scoentro@fct.unl.pt

LUÍS CERQUEIRA ALVES

Universidade de Lisboa / Instituto Superior Técnico, C2TN-IST/UL

lcalves@ctn.tecnico.ulisboa.pt

RUI C. SILVA

Universidade de Lisboa / Instituto Superior Técnico, IPFN-IST/UL

rmcs@ctn.tecnico.ulisboa.pt

CÁTIA RELVAS

Laboratório HERCULES

catia.relvas@gmail.com

TERESA FERREIRA

Universidade de Évora / Escola de Ciência e Tecnologia, DQB, Laboratório HERCULES

tasf@uevora.pt

JOSÉ MIRÃO

Universidade de Évora / Escola de Ciência e Tecnologia, DGEO, Laboratório HERCULES

jmira@uevora.pt

RUI ANDRÉ ALVES TRINDADE

Museu Nacional de Arte Antiga

ruieatridade@gmail.com

ISABEL COSTEIRA

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

icosteira@malcobaca.dgpc.pt

VÂNIA SOLANGE FERREIRA MURALHA†

Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia, VICARTE

De volta aos bancos da escola nos azulejos do século XVIII

Celso Mangucci

NOTA DO EDITOR

O presente texto não segue a grafia estabelecida pelo Acordo Ortográfico de 1990.

NOTA DO AUTOR

O presente texto foi elaborado ao mesmo tempo em que concluía a redacção da minha tese de doutoramento, apresentada ao júri em Dezembro de 2020 (Mangucci, 2020).

Introdução

- ¹ A relação entre as representações nos azulejos e o ensino ministrado nos colégios jesuítas de Évora foi primeiro assinalada pelo historiador José Miguel dos Santos Simões (1945, 91–104), num estudo que pode ser considerado como o de revelação moderna da importância desse conjunto para o conhecimento da prática pedagógica dos inicianos.
- ² No contexto proporcionado pelas celebrações do quarto centenário da fundação da Universidade, em 1959, o estudo do cónego José Filipe Mendeiros voltou a examinar a relação dos azulejos com o contexto de ensino jesuíta, que passou a ser o enfoque principal da maioria dos estudos relacionados com a azulejaria deste edifício.¹
- ³ Desta mesma forma, os estudos mais recentes sobre os conjuntos dos colégios de Évora, Lisboa e também de Coimbra, de Gisela Tobias e Werner Tobias, Olivier Millet, Rosário Salema de Carvalho, Samuel Gessner, Luís Tirapicos, Augusto Fitas e Henrique Leitão, procuraram definir com ainda maior precisão a relação do programa iconográfico expresso nos azulejos com aspectos específicos da poética, da astronomia, da matemática e da física setecentistas.²

- 4 Para construirmos um quadro de apreciação geral, como o ensino jesuíta iniciava-se com o aprendizado do latim e mantinha uma orientação humanista, o nosso primeiro referente serão os dicionários, os manuais e compêndios filosóficos que orientaram os cursos respectivos, guiando-nos numa primeira aproximação ao significado dos painéis.
- 5 Os alunos de Évora podiam acompanhar as suas aulas de latim com um dicionário em formato de bolso, o *Indiculus Universalis* do jesuíta francês François Pomey, publicado pela primeira vez em 1667. Em 1698, a obra do professor francês, pelas mãos de António Franco, que também foi professor de gramática e retórica e patrocinou obras do Colégio do Espírito Santo, ganhou uma versão portuguesa. As sucessivas edições eborenses do *Indiculus Universal* garantiram a sua utilização durante todo o século XVIII, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, sendo impresso, pela última vez, em 1804.
- 6 Ao aprendizado da língua latina, seguia-se o curso de humanidades, e cientes de que havia necessidade de complementar as regras muito genéricas da *Ratio Studiorum*, a décima quarta Congregação dos Jesuítas solicitou ao poeta, historiador e dramaturgo Joseph Jouvancy, professor dos melhores colégios jesuítas de Paris, a elaboração de um manual, publicado pela primeira vez, em 1692, com o título de *Christianis Litterarum Magistris de Ratione discendi et docendi*.³

Figura 1. *Elegia e Épica*, c. 1745. Grande Oficina. Valentim de Almeida e Sebastião Gomes Ferreira. Aula da poética do colégio do Espírito Santo de Évora, c. 1745.



Fonte: Foto © Teresa Verão.

- 7 Com enorme influência em toda a rede escolar jesuíta, também de autoria de Joseph Jouvancy, havia um manual de poética, publicado pela primeira vez em 1685, onde se definiam, em forma de diálogo, as diversas formas poéticas e, com maior desenvolvimento, as diversas questões sobre a estrutura narrativa da epopeia, do poema dramático e da tragédia.⁴

- 8 Neste último manual, encontram-se algumas das frases e ideias utilizadas para, de maneira concisa, definir os diversos estilos literários como expresso nos painéis da aula da poética.
- 9 Essa relativa estabilidade e longevidade dos manuais associados ao curso de humanidades contrasta vivamente com a intensa produção associada ao curso de filosofia e, particularmente, com os temas relacionados com a física aristotélica.

Os desafios das ciências e da teologia jesuítas

- 10 Para o bem e para o mal, o conjunto dos trabalhos filosóficos e científicos desenvolvidos pelos professores jesuítas estiveram submetidos às estratégias e aos valores de uma ordem religiosa que tinha como compromisso fundador a obediência ao Papa e a defesa da ortodoxia católica.
- 11 Num processo de rápida expansão, passados poucos anos da fundação, a ordem uniu o papel missionário de evangelização dos gentios com o da pedagogia escolar dos cristãos para formar uma rede escolar à escala mundial.
- 12 Na sua vocação missionária, acompanhando o processo de expansão das rotas comerciais, os jesuítas foram actores privilegiados na descoberta de um novo mundo que trouxe novos dados e novos desafios para todos os campos de conhecimento, da geografia à antropologia, da filosofia natural à astronomia.
- 13 Em boa medida, a enorme variedade do conhecimento propiciado pela expansão comercial e marítima foi interpretada no quadro da nova escolástica, de que os professores de Coimbra foram, reconhecidamente, uma das vozes mais influentes no contexto europeu (GOMES, 1992, 6–20).
- 14 Ao contrário do que foi muitas vezes propalado pelos seus adversários, os pensadores jesuítas forjaram uma tradição filosófica relativamente dinâmica e flexível, onde a filosofia aristotélica, adaptada pela revisão tomista e considerada como uma sùmula de todas as correntes filosóficas da Antiguidade, era abordada de maneira dialéctica por um conjunto de questões, que ao mesmo tempo interpretavam e fixavam o âmbito do pensamento do estagirita.
- 15 O desafio de ler o Novo Mundo foi abraçado com vigor e optimismo por diversos pensadores jesuítas, que muitas vezes deram continuidade a novos processos de investigação ou propuseram sínteses inovadoras, sempre tendo em conta uma visão instrumental das ciências ao serviço de Deus (FEINGOLD, 2003, 225–284).
- 16 Entre as contribuições mais características desse projecto intelectual, na sua vertente missionária, podemos mencionar a *Historia natural y moral de las Indias* que o padre José de Acosta publicou em Sevilha, em 1590, onde o jesuíta combinou uma visão providencialista da história humana com observações inéditas sobre a história e as sociedades do México e do Peru, de maneira a justificar a inclusão dos indígenas americanos nos planos de Deus para a salvação da Humanidade.⁵
- 17 Em solo europeu, com acesso privilegiado às colecções reais de numerosas expedições científicas, o alemão Juan Eusébio de Nieremberg (1595–1658), professor do Colégio Imperial de Madrid, autor de uma vasta obra de cunho moral, assumiu, nos seus estudos de história natural, que o Novo Mundo era uma verdadeira dádiva divina oferecida à curiosidade dos pensadores modernos:

«Yo el premio que deseo, no es recibir gran gusto, sino darle; para lo qual he alcançado una dicha que los antiguos no tuvieron. Escusase Eliano, si a caso no dio tanto gusto con sus libros, de que el no podia hazer animales nuevos, ni hazer de cera otra naturaleza, y assi que no podia hazer mas, que dezir lo que pudo de los antiguos. Yo no quiero esta escusa, porque otro nuevo mundo se nos ha descubierto: en el ay animales nuevos milagros nuevos, a cuya curiosidad no perdonaré.»⁶

- 18 Em obras como a *Curiosa Filosofía y cuestiones naturales* e a *Historia naturae, maxime peregrinae*, o jesuíta alemão propunha-se a suplantar o pensamento dos autores da Antiguidade e descrever animais exóticos extraordinários, como a ave do paraíso, cuja criação deveria ser correctamente atribuída ao poder, sabedoria e bondade de Deus (MARCAIDA LÓPEZ, 2011, 25–52).

Figura 2. *As propriedades da pedra imã*, c. 1745. Grande Oficina. Valentim de Almeida e Sebastião Gomes Ferreira. Aula de física do colégio do Espírito Santo de Évora.



Fonte: Foto © Teresa Verão.

- 19 Para além dos desafios colocados pela história natural, depois da publicação da influente obra *De Magnete, Magneticisque Corporibus, et de Magno Magnete Tellur*, do inglês William Gilberti, em 1600, os filósofos jesuítas encontraram no magnetismo, associado pela utilização da bússola com a conquista e cristianização dos povos do Novo Mundo, um novo desafio filosófico e científico.
- 20 Entre as numerosas contribuições de diversos pensadores jesuítas, é obrigatório destacar os trabalhos de Athanasius Kircher (1602–1680) e do seu discípulo Gaspar Schott (1608–1666), que procuraram teorizar as forças electromagnéticas como um princípio universal de atracção e repulsão, presente na terra, nos animais e nas plantas (GORMAN, 2004, 239–260).
- 21 O magnetismo, como manifestação de uma força invisível, colocava pelo menos três ordens de problemas para os investigadores jesuítas. O primeiro era o de compatibilidade com os conceitos da física aristotélica. O segundo era o de definir com clareza o âmbito epistemológico para o conhecimento desse tipo de fenómenos que se

situavam na fronteira entre o físico e o espiritual. O terceiro implicava validar a utilização de instrumentos científicos como um auxiliar dos sentidos humanos (BALDWIN, 1985, 155–173).

- 22 Todas essas questões estavam entrelaçadas e eram importantes tanto para o exercício da filosofia natural como para a própria estrutura do curso jesuíta, já que os postulados aristotélicos, como podemos seguir nos *Comentários* de Manuel de Góis, emérito filósofo e professor de Coimbra, faziam uma distinção entre a matéria sujeita às transformações como percebida pelos sentidos e as propriedades intrínsecas e imutáveis da matéria que não pertenciam ao domínio da física:

«De facto, o Filósofo Natural toma em consideração, por exemplo, o homem, na medida em que é constituído pela alma e pelo corpo, afeito a qualidades que caem sob o domínio dos sentidos, a que se chama matéria sensível; mas não perscruta a matéria singular, uma vez que o singular, por si mesmo, não diz respeito à ciência.»⁷

- 23 Como bem demonstrou a arguta análise de Mark Waddell, um dos objectivos fundamentais da obra de Kircher e Schott foi o de incluir os fenómenos não sensíveis no domínio da física, ao mesmo tempo em que excluía fenómenos análogos cuja análise podia comprometer a necessária separação entre os domínios das ciências naturais e a teologia:

«At the same time, however, early modern philosophers came to see some value in marginalizing and diminishing the preternatural; its inherent and growing instability threatened the entire ontological order of things. They could not afford to embrace a boundary between nature and the divine that was so unstable, and increasingly they sought to establish firm distinctions between these two realms even as they rejected claims and ideas that threatened to blur ontological lines.»⁸

A formação moral

- 24 Na melhor tradição estóica, apoiada em releituras dos diálogos de Platão e em máximas inspiradas pelas obras de Séneca, a formação humanista vinculou de maneira indissociável a sabedoria com as atitudes morais.

Figura 3. *Philosophia Moralis*, c. 1745 (detalhe). Grande Oficina. Valentim de Almeida e Sebastião Gomes Ferreira. Aula de história da filosofia do colégio do Espírito Santo de Évora.



Fonte: Foto © Teresa Verão

- 25 O ensino dos jesuítas radica nessa matriz e, acompanhando o ideário contra-reformista, fez da aquisição da virtude uma componente nevrálgica da piedade e do amor a Deus. No *De ratione discendi et docendi*, Joseph Jouvancy (1892, 80), retomando uma ideia presente na *Ratio Studiorum*, relembra que estimular o amor a Deus nos alunos é o objectivo primeiro da prática pedagógica da Companhia de Jesus: «*Un maître chrétien doit enseigner deux choses: la piété et les belles-lettres. Comme la piété tient le premier rang, nous en parlerons d'abord*».
- 26 Ideia central da prática pedagógica inaciana, o ensino da virtude cristã é uma espécie de espinha dorsal dos programas iconográficos das aulas, e determina, por exemplo, que, na aula da poética, se dê destaque a épica, onde triunfam as virtudes do herói predestinado pelos deuses. De maneira mais geral, determina também que a poética deve servir aos princípios de persuasão, sempre em prol da ética cristã.
- 27 Na breve história da filosofia expressa nos azulejos daquela aula, Sócrates apresenta a figura feminina da filosofia moral ao jovem Platão, ao mesmo tempo em que lhe entrega um livro, numa feliz imagem que associa a educação literária com o aprendizado dos princípios éticos.
- 28 Também a escolha dos episódios para a aula da história sagrada foi submissa a esse mesmo desiderato pedagógico. A eucaristia, nos azulejos do Colégio do Espírito Santo, é um sacramento que infunde o conjunto completo de virtudes cristãs, expressos pela caridade, fé, esperança, prudência, justiça, temperança e fortaleza. Do mesmo modo, a vida de José no Egito, nos azulejos da chamada sala do Conselho Universitário, apresenta-se como um espelho de virtudes, particularmente efectivo na denúncia dos

vícios do ódio, da inveja e da insídia como ameaças à boa ordem que deve reger a comunidade escolar.

- 29 Em nenhum momento, a aventura intelectual deve separar-se do caminho para Deus e, como relembra o programa iconográfico do tecto da biblioteca do Colégio do Espírito Santo, realizado em 1708, a Virgem é a casa da sabedoria e a mediadora para todas as ciências ensinadas na escola, assim como Deus é a origem e fim de todo o conhecimento.

Figura 4. *A Virgem Maria como alegoria da sabedoria.* Francisco Lopes Mendes, 1708. Tecto da biblioteca do colégio do Espírito Santo.



Fonte: Foto do autor.

- 30 Na sala da física, numa curiosa e reveladora interpretação do mito de Prometeu, cujo nome é sinónimo da virtude da Prudência, louva-se a persistência do trabalho árduo e contínuo da investigação filosófico-científica e também a ideia de que a investigação dos filósofos naturais conhece os limites adequados do seu âmbito de acção.

A finalidade do discurso de imagens

- 31 O principal objectivo dos programas visuais seiscentistas e setecentistas foi o de conferir uma imagem institucional a um determinado edifício. No caso das bibliotecas e salas académicas, esse objectivo passou por representar a Sabedoria, geralmente através das figuras das artes liberais, acompanhados pelos retratos de filósofos, historiadores e poetas e também com a identificação dos principais mecenas. De maneira constante, estes conjuntos contaram com a representação, em lugar de destaque, da origem divina do conhecimento humano.

- 32 No caso das aulas dos edifícios escolares, que como a sala dos actos ou a biblioteca corresponde a uma unidade especializada do edifício escolar, o programa iconográfico propõe a associação de cada uma das salas com o âmbito específico de cada uma das esferas de conhecimento. Se a biblioteca é a casa de toda a sabedoria e a sala dos actos o da mais alta expressão do conhecimento, as salas de aula são os lugares específicos de cada uma das filosofias.
- 33 Como o dicionário do professor François Pomey (1754, prefácio do autor) pode-nos recordar, o primeiro objectivo do ensino médio dos colégios jesuítas era o de induzir uma contínua utilização da língua latina, nas aulas e nas conversas quotidianas, como a melhor forma de contribuir para o aprendizado dos alunos:
- «Pela qual rezam, nada melhor podem fazer os Mestres de Latinidade, do que induzir, ou com suavidade, ou com rigor aos discípulos, a que uzem della todas as vezes, que fallam; nam somente na classe, ou entre si, mas em caza, e em toda a parte, e com quaisquer, que saibam latim.»
- 34 Ao assumir a utilização de uma linguagem mista entre a palavra e a imagem, com legendas em latim, os painéis de azulejos encenam a presença desta língua erudita universal. Para se alcançar a correcção e a elegância da utilização da língua do lácio, seguia-se o exemplo dos autores clássicos consagrados, citados tanto nos dicionários como nas legendas dos painéis de azulejos.
- 35 Assim como a linguagem escrita foi transposta para o suporte visual de maneira a induzir uma certa familiaridade dos alunos com o latim, também a linguagem matemática foi transposta para o suporte de azulejos, seja em diagramas geométricos seja com a transposição das cartas celestes e terrestres, como no caso das placas cerâmicas realizadas para o colégio de Coimbra a partir da obra de André Tacquet (LEITÃO, 2007, 16–25; GESSNER et al., 2014, 1–5).
- 36 Essa comunhão de linguagens não quer dizer que os azulejos fossem utilizados com fins didácticos durante as aulas, nem que a configuração do programa iconográfico obedecesse a esses objectivos. Como testemunha a própria configuração das salas de aula do Colégio do Espírito Santo de Évora, com os azulejos a servirem de espaldar para o assento dos alunos e com a cátedra elevada no centro da sala, não era possível que servissem de instrumento didáctico durante as aulas, e vários autores apontaram imprecisões e erros seja na língua latina ou nos teoremas matemáticos (MILLET, 1992, 155–157; GESSNER et al., 2015, 1–6).
- 37 Além de representar a organização dos cursos nos seus vários graus de ensino, a apresentação das várias áreas do conhecimento humano num programa iconográfico correspondeu a uma justificação pela forma em que cada uma das ciências, ou filosofias contemplativas, para utilizar a terminologia neo-escolástica, aplicam-se à compreensão de uma determinada área do saber. Desta forma, boa parte do programa foi ocupado em identificar as questões básicas de cada uma das disciplinas, onde a poética tem por fim a definição dos géneros literários; a filosofia moral, os princípios éticos; a física, os fenómenos ocultos do magnetismo e do vácuo; a metafísica, a eternidade e a causa primeira do movimento; e a teologia, as virtudes da eucaristia.
- 38 Dessa mesma forma, o conjunto dos azulejos da Aula da Esfera do colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa é, em primeiro lugar, um enunciado das diversas áreas abrangidas pelo conhecimento matemático, presente na álgebra, na geografia, na astronomia, na arquitectura militar, na balística e na óptica.

- 39 Mas, sem novidade, na pedagogia jesuíta, a curiosidade científica não é um fim em si mesmo. Quando o programa da Aula da Esfera, através da representação da alavanca de Arquimedes para mover o mundo, associa as matemáticas às caravelas das navegações, confere-lhe uma finalidade e torna explícito uma visão instrumental da ciência ao serviço da fé católica. É essa também a justificação para a inclusão da experiência de Arquimedes com os espelhos ustórios na defesa do porto de Siracusa contra os ataques dos romanos. No programa iconográfico expresso nos azulejos, as matemáticas eram o garante da defesa e a expansão da fé cristã por todo o orbe.

Figura 5. *Prometeu aguilhoado como alegoria da física*, c. 1745. Grande Oficina. Valentim de Almeida e Sebastião Gomes Ferreira. Aula de física do colégio do Espírito Santo de Évora.



Fonte: Foto © Teresa Verão.

- 40 Realizado com poucos anos de diferença, o programa de Évora repete essas duas imagens, o que deixa antever uma coordenação superior dos programas para os colégios jesuítas, ainda mais importante porque, como se sabe, os azulejos foram realizados nas olarias de Lisboa.

A construção do discurso de imagens

- 41 Uma parte importante da actividade intelectual humanista faz-se através da *accomodatio*, ou seja, da adequação de um tópico pré-existente a uma nova situação análoga. No período da Contra-Reforma, para auxílio aos *letterati* na composição dos sermões e dos programas iconográficos, foi editado um enorme conjunto bibliográfico, na forma de dicionários de conceitos, muitas vezes sem imagens, onde se elencavam os nexos significantes que uniam a fábula mitológica, os preceitos dos filósofos humanistas e as palavras da Bíblia.

- 42 Este projecto editorial de larga escala, também abraçado pelos jesuítas, foi geralmente informado pelo compromisso ideológico de devolver a cultura humanista ao património cultural cristão, sob o argumento de que todo o conhecimento teria sido transmitido por Deus a Adão, espalhando-se pelo mundo, de maneira desordenada e pouco coerente, em sucessivas gerações.
- 43 Como se pode acompanhar no programa da aula de história da filosofia, esta apropriação parcelar de diversas ideias, sem ter em conta a coerência de cada uma das escolas, favoreceu a criação de uma filosofia essencialmente eclética, que tinha por base a estrutura do pensamento aristotélico, matizado com novas questões, cuidadosamente articuladas num todo coerente.⁹
- 44 Com resultados assinaláveis, a historiografia das últimas décadas elencou e reavaliou o enorme manancial da produção visual associada à prática jesuíta, sublinhando o papel da produção de emblemas, enigmas e epigramas no acompanhamento da produção de hagiografias, da historiografia, das narrativas piedosas e em toda a arte religiosa.¹⁰
- 45 Na prática didáctica, as imagens metafóricas, com o apoio das palavras, tiveram o papel de criar um conceito que seja facilmente memorável pelos alunos (POTTEMAN, 2000, 178–196). A criação de *loci communes* é uma das principais características do pendor didáctico da cultura humanista, e vários emblemas foram adaptados para expressar conceitos fundamentais dos programas das aulas da poética, da física e da metafísica.
- 46 Foi a partir da tradição da emblemática seiscentista que a ave do paraíso passou a conotar a abstracção do pensamento metafísico e foi a partir da emblemática humanista quinhentista que o Prometeu acorrentado passou a simbolizar o corpo da investigação da física.
- 47 A ideia de que os instrumentos científicos são uma arte que, como boa arte, reproduz os fenómenos naturais, como se representa na aula de filosofia natural, é um argumento retirado da *Magia universalis naturae et artis* do jesuíta Gaspar Schott, onde se discutem os fenómenos do magnetismo e se publicou pela primeira vez a experiência com as esferas de Magdeburgo.
- 48 A originalidade não está na criação de novos emblemas ou de novas narrativas, mas na transformação de um discurso erudito num discurso de imagens para formar um conjunto compatível com um determinado contexto arquitectónico. Ao contrário do que ocorreu geralmente com as gravuras, os acréscimos textuais têm um impacto determinante na conformação do novo significado das imagens.

Figura 6. *Quae supra nos nihil ad nos.*



Fonte: Diego López (1670) – *Declaracion magistral sobre los emblemas de Andrés Alciato*, emblema 102. © Creative Commons Attribution (CC BY 4.0).

- 49 Podemos identificar vários emblemas em que a adaptação foi realizada através da modificação do texto do *motto*, ou que o significado da imagem foi adaptado ao programa iconográfico pela adição de uma legenda. Foi assim que *Prometeu aguilhoad*, da *Emblemata* de Andrea Alciato, com a adição da palavra *Physica*, passou a representar a ciência que, de maneira exclusiva, investiga os fenómenos naturais.
- 50 Em casos mais complexos, a narrativa das imagens estabeleceu uma comparação por oposição. Como define o discurso da aula da física, os fenómenos sobrenaturais do unguento armórico (*pulvis sympathicus*) não devem ser analisados pela física, ao contrário do electromagnetismo animal e mineral.
- 51 Em todos estes casos, é evidente que a proposição do significado da imagem é pensada *a priori*, no acto do planeamento do programa iconográfico, e que essa tarefa incluiu também um segundo momento, com a escolha das gravuras ou a descrição escrita da *pictura* que deveria ser representada de maneira a ilustrar o conceito pretendido.

Conclusão

- 52 Os dois núcleos produzidos entre os anos de 1740 e 1750, para o Colégio de Santo Antão e para o Colégio do Espírito Santo de Évora, ao que tudo indica supervisionados pela direcção dos jesuítas em Lisboa, coincidiram com a formação da Grande Oficina, com a aproximação dos pintores de azulejo Nicolau de Freitas, Valentim de Almeida, Sebastião Gomes Ferreira, Sebastião de Almeida, José dos Santos Pinheiro e Joaquim de Brito e Silva, todos assalariados pelo mestre ladrilhador Bartolomeu Antunes.

- 53 Tanto a preponderância da mensagem articulada pelo programa iconográfico quando as condições em que foram realizados no âmbito desta Grande Oficina de Lisboa são uma demonstração da importância de reconhecermos a forma de produção dos azulejos e de se considerar a contribuição dos iconógrafos na concepção do programa, dos arquitectos no planeamento geral dos programas decorativos, dos mestres ladrilhadores na organização da produção e na aplicação dos azulejos no suporte mural e a dos oleiros para o desenvolvimento tecnológico da pintura cerâmica.

BIBLIOGRAFIA

- A.A.V.V. (2010) – *Comentários a Aristóteles do Curso Jesuíta Conimbricense (1592-1606). Antologia de Textos*. Introdução de Mário Santiago de Carvalho com traduções de A. Banha de Andrade, Maria da Conceição Camps, Amândio A. Coxito, Paula Barata Dias e Filipa Medeiros. Coimbra.
- BALDWIN, Martha R. (1985) – Magnetism and the Anti-Copernican Polemic. *Journal for the History of Astronomy*. Califórnia: SAGE Publications, Vol. 16, n.º 3, pp. 155–173.
- CARVALHO, Maria do Rosário Salema de; GESSNER, Samuel; TIRAPICOS, Luís – «Astronomy and “azulejo” panels in Portuguese Jesuit Colleges» In Pimenta, F.; Ribeiro, N.; Silva, F.; Campion, N; Joaquineto, A.; Tirapicos, L. (eds.) – *Stars and Stones*, [no prelo].
- DALY, Peter; DIMLER, G. Richard (eds.) (1997–2007) – *Corpus Librorum Emblematum. The Jesuit Series*. Cinco volumes. Toronto: University of Toronto Press.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1972) – Ecletismo filosófico em Portugal no século XVIII: gênese e destino de uma atitude filosófica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Coimbra. Ano VI, pp. 3–22.
- FEINGOLD, Mordechai (ed.) (2003) – *The new science and Jesuit science. Seventeenth century perspectives*. Boston: Dordrecht.
- FITAS, Augusto José dos Santos – «Os azulejos da sala de aula de Filosofia Natural (Física)» [no prelo].
- GESSNER, Samuel; LEITÃO, Henrique (2014) – Euclid in tiles: the mathematical azulejos of the Jesuit college in Coimbra. *Mathematische Semesterberichte*. Vol. 61, n.º 1, pp. 1–5.
- GESSNER, Samuel; LEITÃO, Henrique (2015) – Una tribus ratio: Ikonographie der Wissensvermittlung und Selbstdarstellung der Jesuiten im Thesensaal des Kollegs in Lissabon. *Mathematische Semesterberichte*. Vol. 62, n.º 1, pp. 1–6.
- GOMES, Pinharanda (1992) – *Os Conimbricenses*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- GORMAN, Michael John (2004) – «The Angel and the Compass: Athanasius Kircher’s Magnetic Geography». In Findlen, Paula (ed.) – *Athanasius Kircher: the last man who knew everything*. Nova Iorque: Routledge, pp. 239–260.
- JOUVANCY, Joseph (1892) – *De la manière d’apprendre et d’enseigner: “De ratione discendi et docendi”: conformément au décret de la XIVe congrégation générale. Ouvrage destiné aux maîtres de la Société de Jésus*. Tradução de H. Ferté. Paris: Librairie Hachette.

- LEITÃO, Henrique (2007) – «Azulejos que testemunham uma tradição de ensino científico». In Duarte, António Leal (coord. científico) *Azulejos que ensinam* (catálogo da exposição). Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro, pp. 16–25.
- LÓPEZ, Diego (1670) – *Declaracion magistral sobre los emblemas de Andrés Alciato, con todas las historias, antigüedades, moralidad, y doctrina, tocante a las buenas costumbres*. Valência: Geronimo Vilagrasa.
- MANGUCCI, António Celso (2020) – *História da azulejaria portuguesa, iconografia e retórica*. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.
- MARCAIDA LÓPEZ, José Ramón (2011) – *Juan Eusebio Nieremberg y la ciencia del Barroco. Conocimiento y representación de la naturaleza en la España del siglo XVII*. Madrid: Universidade Autónoma de Madrid. Dissertação de doutoramento.
- MENDEIROS, José Filipe (1959) – «O Humanismo da Universidade de Évora». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, ano XVI, n.º 41–42, pp. 47–90.
- MENDEIROS, José Filipe (2002) – *Os azulejos da Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora.
- MILLET, Olivier (1992) – «Parole et image dans la représentation allégorique des "arts" à la fin de l'âge baroque. Notes seu quelques azulejos de l'Université d'Evora». In Miranda, Marie Roig (ed.) – *De la Péninsule Ibérique à l'Amérique Latine. Mélanges en l'honneur de Jean Subirats*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, pp. 151–167.
- NIEREMBERG, Juan Eusébio de (1649) – *Curiosa y oculta filosofia: primera y segunda parte de las maravillas de la naturaleza, examinadas en varias questionnes naturales*. Terceira edição acrescentada pelo autor. Alcalá de Henares: Maria Fernandez.
- POMEY, François Antoine (1754) – *Indiculo universal contem distinctos em suas classes os nomes de quazi todas as couzas, que há no mundo, e os nomes de todas as artes, e scienncias*. Évora: Oficina da Universidade.
- POTTEMAN, Katel (2000) – The Use of the Visual in Classical Jesuit Education and Teaching and Education. *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education*. Vol. 36, n.º 1, pp. 178–196.
- PRIETO, Andrés I. (2011) – *Missionary Scientists: Jesuit Science in Spanish South America, 1570-1810*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- SIMÕES, João Miguel dos Santos (1945) – «Alguns azulejos de Évora». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, ano III, n.º 9–10, pp. 91–104.
- TOBIAS, Gisela; TOBIAS, Werner (1987) – *Die Fliesenbilder in der Universitat von Evora. Os azulejos da Universidade de Évora. Um contributo para a concepção das ciências e para a didáctica académica do século XVIII*. Universidade de Osnabruck.
- TOBIAS, Gisela; TOBIAS, Werner (2010) – *Vergil in Évora*. Nordestedt: Herstellung und Verlag.
- WADDELL, Mark A. (2015) – *Jesuit Science and the End of Nature's Secrets*. Surrey: Ashgate Publishing.

NOTAS

1. Mendeiros, 1959, 63–70. Esse primeiro estudo foi reformulado e desenvolvido pelo próprio autor numa monografia, editada pela própria Universidade de Évora: Mendeiros, 2002.

2. Tobias et al., 1987 e 2010; Millet, 1992, 151–167; Gessner et al., 2014, 1–5 e 2015, 1–6; Carvalho, et al. [no prelo]; e Fitas [no prelo]. Agradecemos a estes últimos autores a amável cedência de uma cópia dos artigos ainda em fase de publicação.
 3. Seguimos a tradução francesa de H. Ferté, publicada em 1892.
 4. *Institutiones poeticae ad usum collegiorum Societatis Jesu. Ab uno ejusdem Societatis rhetorices professore*, 1685. A obra, publicada de forma anónima, na melhor tradição jesuíta, conheceu numerosas edições na primeira metade do século XVIII e, depois de um compreensível esquecimento, voltou a ser editada no século XIX.
 5. Para a definição do *ethos* missionário e a sua articulação com a prática científica, de que José da Acosta é um dos melhores exemplos, veja-se Prieto, 2011, 143–168.
 6. Nieremberg, 1649, 35. Tradução livre: «O prémio que desejo não é receber grande prazer, mas dar-lhe; para o qual alcancei uma sorte que os [pensadores] antigos não tiveram. Desculpa-se Cláudio Eliano, se não deu tanto prazer com seus livros, que não podia fazer novos animais, nem fazer de cera outra natureza, e assim que não podia fazer mais, do que dizer o que pode dos antigos. Eu não quero essa desculpa, porque outro mundo novo foi descoberto: nele há novos animais milagres novos, cuja curiosidade não perdoarei.»
 7. Seguimos o *Proémio aos Oito Livros da Física de Aristóteles*, publicado na antologia de textos A.A.V.V., 2010, 86.
 8. Waddell, 2015, 26. Tradução livre: «Ao mesmo tempo, porém, os primeiros filósofos modernos passaram a ver algum valor em marginalizar e diminuir o sobrenatural; sua instabilidade inerente e crescente agitava toda a ordem ontológica das coisas. Não podiam dar-se ao luxo de abraçar uma fronteira entre a natureza e o divino que era tão instável, e cada vez mais procuravam estabelecer distinções firmes entre esses dois reinos, assim como rejeitavam afirmações e ideias que ameaçavam obscurecer essas linhas ontológicas.»
 9. O carácter eclético da filosofia natural aristotélica ensinada pelos jesuítas aprofundou-se no século XVIII, como reacção às obras de Pierre Gassendi, René Descartes e Isaac Newton. Para uma caracterização deste segundo período, em Portugal, veja-se Dias, 1972, 3–22.
 10. Entre a enorme bibliografia disponível, normalmente dedicada à análise de casos específicos, destaca-se o inventário sistemático da emblemática jesuíta coordenado por Daly et al., 1997–2007.
-

RESUMOS

A comparação entre a figuração dos azulejos do Colégio do Espírito Santo e os conteúdos do programa de ensino jesuíta permite-nos compreender melhor a forma de organização dos programas iconográficos setecentistas. Este extenso conjunto, realizado entre os anos de 1744 e 1749, é um espelho congelado dos laços que uniam a cultura humanística, os preceitos cristãos e o universo das ciências, apenas uma década antes da expulsão da Companhia de Jesus, momento que, como é sabido, marcaria o início da reformulação da estrutura de ensino em Portugal. Nos azulejos da Universidade de Évora, a leitura neo-escolástica da filosofia aristotélica, a épica de Virgílio e os preceitos teológicos da eucaristia pretendiam conviver de maneira pacífica com as diversas áreas da física e das matemáticas, que vinham experimentando uma total revolução desde os finais do século XVI. Além do extraordinário interesse iconográfico, os azulejos foram realizados num período em que se unem as duas mais importantes oficinas de Lisboa, lideradas pelos pintores Nicolau de Freitas (1703–1765) e Valentim de Almeida (1692–1779), também

responsáveis por núcleos semelhantes realizados para o colégio jesuíta de Santo Antão-o-Novo e para as aulas dos oratorianos no Convento das Necessidades.

The comparison between the tiles of the Colégio do Espírito Santo with the Jesuit teaching program allows us to understand the structure of the 18th-century iconographic programs. This monumental ensemble, executed during the years 1744 and 1749, is a mirror of the ties that united humanistic culture, Christian precepts and the universe of Sciences just a decade before the expulsion of the Society of Jesus, a moment that, as is well known, would mark the beginning of the reformulation of the educational system in Portugal. On the tiles distributed through classrooms at the University of Évora, the neo-scholastic reading of Aristotelian philosophy, Virgil's epic, and the theological precepts of the Eucharist were intended to live peacefully with the various areas of Physics and Mathematics, which had been experiencing a total revolution since the end of the 16th century. In addition to the exceptional iconographic interest, the tiles were made in a period in which the two best workshops in Lisbon were brought together, led by painters Nicolau de Freitas (1703–1765) and Valentim de Almeida (1692–1779), both responsible for similar ensembles made for the Jesuit College of Santo Antão-o-Novo and the classrooms of the oratorians in the Convento das Necessidades.

ÍNDICE

Palavras-chave: azulejo, iconografia, jesuítas, história da ciência, século XVIII

Keywords: tiles, iconography, Society of Jesus, Science History, 18th-century

AUTOR

CELSO MANGUCCI

CHAIA-HERCULES

cmangucci@gmail.com

Alimentação e quotidianos conventuais

Parte II

O regime alimentar da população monástica em S. Bento de Cástris, uma dieta mediterrânica?

Antónia Fialho Conde

Introdução

- 1 A história do quotidiano e da cultura material encontra uma das suas expressões mais completas na história da alimentação. Respondendo a uma necessidade básica, a sobrevivência do Homem, e que o levou a interrogar e a potenciar os recursos da Natureza, a alimentação compreende não apenas os rituais diários inscritos nas refeições e que diferenciam povos e culturas, como também todo um conjunto de normas e procedimentos que os acompanham, sublimando o seu aspecto social.
- 2 No que concerne a Portugal, a história da alimentação (incluindo o mundo da doçaria) tem vindo a atrair um número cada vez maior de investigadores¹, a um ritmo que se aproxima dos estudos há muito desenvolvidos por franceses, italianos, espanhóis, ingleses e brasileiros², interessados no estudo de regimes alimentares em ambiente regular como secular e sob diversas perspectivas³.
- 3 O cristianismo⁴ consagraria ao longo dos séculos uma alternância entre os períodos sem restrições alimentares e os dias de restrições, podendo estes ser de jejum (apenas uma refeição por dia em hora determinada) ou de abstinência (de alguns consumos, nomeadamente da carne, ou de produtos de origem animal – manteiga, ovos, produtos lácteos) e que deviam ser respeitados especialmente na Quaresma (40 dias) e Advento (30 dias), a que se juntavam as restrições particulares de cada Ordem ou *Regra*, no caso das comunidades monásticas. Criava-se desta forma nos cenóbios regulares a dualidade entre dias gordos (de jantar e ceia) e dias magros (dias de abstinência de carne, a que se poderia juntar o jejum), estes últimos associados à penitência. A *Regra* de S. Bento permitia o consumo da carne (sempre de duas qualidades) durante 120 dias no ano, sendo os restantes de consumo de peixe, em porções distintas se fosse ou não dia de jejum⁵. Na Congregação de Alcobaça jejuar significava não cear, significando o aumento

do consumo de legumes e frutos secos; tanto nos dias gordos⁶ como nos dias magros, abades e abadessas tinham ração dobrada, podendo distribuir o que não consumissem pela restante comunidade.

- 4 A *Regra* beneditina tem, pois, um normativo não só em relação a jejuns, que se juntavam aos determinados pela Igreja (e a que se somavam ainda jejuns por punição da comunidade ou como opção pessoal de sacrifício, por exemplo) como em relação aos horários a cumprir, em harmonia com os Ofícios Divinos, com as pausas para descanso e algum recreio.

Da *victu necessaria* em espaço monástico cisterciense

- 5 Em relação à alimentação, a *Regra* de S. Bento é bastante clara⁷: define duas mesas (dois pratos) para a refeição diária, dando a cada um o direito de opção por um dos pratos, podendo, no caso de haver fruta, juntar-se um terceiro prato. O pão era o principal alimento dos monges, quer fossem dias de uma só refeição, isto é, dias de jejum, quer de jantar e ceia. Nos dias de maior trabalho manual, e logo de maior cansaço, o abade poderia acrescentar algo às refeições, evitando porém a crápula (muito comer e beber), segundo acentua a *Regra*. A refeição devia ainda ser proporcional à idade, não devendo dar-se a mesma quantidade a crianças/jovens que a adultos. A mesma *Regra*, no seu capítulo XXXIX, é ainda bem clara quanto à carne: «De carne de quadrúpedes todos se abstenham em absoluto, tirante os enfermos extremamente fracos». Este rigor não abrangeria, pois, a carne de aves, rigor esse que, em termos de abstinência monástica, foi sendo cada vez mais esquecido, generalizando-se o consumo de carnes nos mosteiros cistercienses (como já aludimos).
- 6 Estes eram os princípios da *Regra* que devia ser observada pelas comunidades de Cister, masculinas e femininas. Apreciar a sua aplicação a uma comunidade feminina em Portugal, como é o caso do mosteiro de S. Bento de Cástris, e compreender os preceitos alimentares da mesma implica considerar as orientações da Igreja, da *Regra* de S. Bento e das *Constituições* (1593) da Congregação Autónoma de Alcobaça (como cabeça da Ordem de Cister em Portugal depois de 1567), além de entender o seu local de implantação e o património fundiário que possuía. De facto, as comunidades estão sujeitas a preceitos físicos (de ordem climatérica, por exemplo) e culturais em relação ao meio que as envolve. Numa comunidade como S. Bento de Cástris, em que a esmagadora maioria da população claustral – religiosas, conversas, criadas e criados – provinha de Évora, do seu termo, ou do Alentejo, os costumes gastronómicos alentejanos também tinham o seu peso: verões quentes pedem comida que refresque, apelando ainda, no verão ou no inverno, ao uso do pão.

Os preceitos da Igreja e da *Regra* beneditina e os condicionalismos definidores do modelo alimentar em S. Bento de Cástris

- 7 O modelo alimentar que identificamos como dieta mediterrânica⁸, hoje reconhecida como património cultural imaterial da Humanidade⁹, revela-se, em traços gerais, na preferência pelo azeite, pão e vinho, pelos produtos hortícolas, especialmente verduras da época, leguminosas (frescas e secas), ervas aromáticas para tempero em substituição

do sal, consumo moderado de laticínios, frutos secos e oleaginosos, maior consumo de peixe que de carnes vermelhas. Esta dieta está ainda muito ligada à questão da comensalidade, a um estilo de vida que preza o convívio à mesa com a família e amigos, propiciadora de diálogos, relacionando a comida com o ambiente¹⁰. Cozinha simples mas protetora dos nutrientes (nas sopas, ensopados, cozidos), ela espelha na habilidade da conjugação das verduras e aromas esse saber-fazer que lhe conferiu a distinção¹¹.

- 8 Até que ponto podemos encontrar algumas destas características expressas nas fontes documentais do mosteiro cisterciense de Évora é o que pretendemos analisar, sempre atendendo ao facto de que nas diferentes comunidades religiosas as refeições eram consideradas testemunho do cumprimento das virtudes da obediência: deviam decorrer no lugar e horas determinados, nunca se deveria comer ou beber fora das horas da refeição ordinária (salvo, naturalmente, por motivos de força maior, como a indicação médica), e obedecendo a costumes que acabavam por se ritualizar:

«(...) Por lo que se refiere a la alimentación, la comida se hacía en el refectorio, único lugar en donde se podía comer en el convento, y habían de ingerir lo mismo todas las religiosas. El procedimiento era mediante el ejercicio de la abadesa de a tres golpes con cuchillo, momento en el que se ponían de rodillas, algunas confesaban ciertas faltas y, una vez expuestas, comenzaban a comer. La ración diaria variaba poco de unos claustros a otros y por término medio estuvo compuesta de una cantidad frugal, mucho ayuno, pan, legumbres, carne (poca, en general), un poco de vino para comer (no en todas las comunidades) y verduras, huevos y fruta para cenar, a veces completado con algo de pescado. Como vemos pues, riqueza y variedad indiscutible, pero pocas cantidades y algunos dulces especiales en Navidad. La reunión en el refectorio significa un momento comunitario, como también tenía su significado la forma de colocarse: la abadesa en el centro, la vicaria a la derecha, religiosas del torno, a la izquierda la hebdomadaria (la que oficiaba en el coro o altar que cambiaba cada semana) y otras monjas. En las últimas mesas, las oficiales, refitoleras, cocineras... que salían con frecuencia, por eso en las esquinas. (...)»¹²

- 9 No mosteiro cisterciense de Évora foram constantes os apelos ao longo dos séculos XVII e XVIII para o uso do Refeitório enquanto espaço comunitário. As religiosas eram admoestadas a comparecer em maior número (de molde a formar comunidade) para a refeição em comum. Em 1681, essa exigência era bem clara: pelo menos seis religiosas de cada Coro aí deviam assistir. Essa exigência manteve-se e, em 1704, foi exigida na visita desse ano a presença de pelo menos doze ou quinze religiosas no Refeitório, devendo ainda ler-se à mesa.
- 10 Em 1691, passou a madre Cantora-mor a ter a responsabilidade de, todos os sábados, fazer uma tábua ou rol do que se havia de ler no Refeitório durante a semana, repartindo as lições por hebdomadários, em que cada religiosa com menos de 20 anos de hábito era «domadaira» de uma lição, exceto as que fossem músicas de canto de órgão. Poucos anos depois, a tábua dos ofícios, exposta na porta do coro alto, era estabelecida à sexta-feira.

S. Bento de Cástris e os preceitos alimentares nos mosteiros cistercienses femininos no período moderno

- ¹¹ Para o período moderno, e nesta comunidade cisterciense feminina, S. Bento de Cástris, as principais refeições, o jantar e a ceia, decorriam em conjunto, presididas pela abadessa. No seu quotidiano cisterciense, a hora de *Prima*, no verão, era por volta das 5 da manhã e no inverno das 6, sendo que passadas cerca de duas horas ocorria o almoço, acorrendo as religiosas ao refeitório de forma individual, sensivelmente a meio dos Ofícios matinais (*Prima*, *Terça*, *Sexta* e *Noa*) a que se seguia a missa maior do dia, entre as 9 e as 10 horas¹³. Após esta missa, normalmente depois da *Sexta*, tinha lugar a refeição mais substancial, o jantar (pelas 11 horas, no inverno, e 12 horas, no verão); a ceia seria pelas 18 horas, no inverno, e pelas 19 horas¹⁴, no verão, o que fazia com que o tempo decorrido entre as duas mais significativas refeições do dia, o jantar e a ceia, fosse preenchido com orações, *Vésperas* e *Completras*, e com um pouco de tempo livre. O uso da carne três ou quatro dias por semana acabou por se instalar nos mosteiros, sendo porém de ter em conta os dias considerados de carne e os dias de abstinência, em que o consumo da carne era interdito, que se situava entre os 68 e os 70 dias/ano¹⁵; acentuava-se aqui o consumo de ovos ou de marisco, mais tarde também proibido. É neste quotidiano, eminentemente contemplativo, que a materialidade dos doces acaba por se instalar, herdeiro de práticas e saberes locais, mas também de saberes oriundos de ambientes sociais distintos, unindo no mosteiro jovens de origem humilde e de classes mais abastadas com práticas domésticas distintas. Essa materialidade nota-se especialmente nos momentos festivos das Casas, celebrando patronos e mecenas, Santos da Casa ou da Ordem, dias da Igreja, a que se juntavam especialmente a música e o canto.
- ¹² Já as *Definições* de 1318 eram bem claras em relação ao jejum a praticar nos mosteiros femininos, mas apenas em relação aos religiosos que se neles se encontravam¹⁶. Monge que fosse achado a comer carne ou estivesse convencido de que o poderia fazer, nos mosteiros das monjas, ou fora dos lugares conventuais da Ordem, estava a agir contra os *Estatutos* papais e do Capítulo Geral de Cister, devendo ser punido de acordo com a pena estabelecida pelo Papa. Porém, podiam ser servidas carnes aos visitantes ordinários das monjas e aos seus comissários. O documento reconhece também que o poder de outorgar aos confessores das monjas que estas pudessem comer carne estava cometido apenas ao abade de Cister e aos quatro primeiros abades. De referir ainda que era interdito o consumo da carne na abadia Cister durante o Capítulo Geral.
- ¹³ Com o surgir da Congregação Autónoma de Alcobaça (1567) e de acordo com as *Definições* (1593), temos que o tempo de Advento era tempo de jejum (quatro semanas anteriores ao Natal), prevendo-se que, nestes dias, as consoadas dos religiosos se baseassem na fruta, verdura e queijo, exceto sexta-feira e sábado, em que não podiam consumir leite ou queijo; nos dias de jejum da Igreja (quartas-feiras e sábados de todo o ano), os religiosos deviam consoar com as cogulas. O Domingo da Quinquagésima (último domingo antes da Quarta-feira de Cinzas, marcando a preparação para a Páscoa) era o último dia em que, nos mosteiros, se podia comer carne.
- ¹⁴ Para os mosteiros femininos, o Capítulo alcobacense definiu no século XVIII, em 1732, que as religiosas que quisessem comer carne «por sua queixa» (isto é, a seu pedido), o

fizessem no refeitório e à segunda mesa; à primeira iriam as religiosas que, por falta de celas, tinham leito na enfermaria, exceto aquelas cujo estado de saúde não o permitisse. Ainda no mesmo século, e procurando evitar transgressões, a Junta de 1748, presidida pelo Geral frei Manuel Soares, foi clara em relação às regras na alimentação, de acordo com normas atualizadas, não podendo ser evocado o costume antigo para o seu incumprimento. Assim, desde a Páscoa da Ressurreição até ao Pentecostes, não havia jejum algum, exceto nas vésperas da Ascensão e do Espírito Santo (sendo evocada prática antiga da Igreja)¹⁷. Nos dois dias iniciais da *Ladainha* devia comer-se peixe, não havendo obrigação de jejuar. Da Santa Cruz de Setembro até à Quaresma, todas as quartas-feiras e sextas-feiras eram de jejum na Ordem¹⁸, e as segundas e sábados de jejum dispensado (havendo apenas meia ceia). Só aqui podemos calcular entre 44 a 52 dias de jejum recomendados¹⁹.

- 15 Os dados acerca dos alimentos consumidos pelas religiosas cistercienses de Évora baseiam-se em 28 volumes dos livros da Feitoria do mosteiro. Abrangem, com consistência, o período compreendido entre 1672 e 1778, reportando-se não apenas à mesa das religiosas como também à dos hóspedes e dos criados²⁰. Porém, recebendo o mosteiro poucos hóspedes, em comparação com outros mosteiros mais ricos ou mais próximos de Alcobaça, tornam-se muito significativas as despesas comunitárias.
- 16 Devemos também atender ao facto de que os produtos recolhidos na horta e na cerca do mosteiro, como os legumes verdes, não sendo adquiridos, não entravam nos livros de contas, tal como os produtos advindos das rendas e as pitanças em géneros das propriedades das religiosas (herdades, hortas, vinhas, ferragiais):

«(..) Quelles que soient les époques, les moniales achètent des denrées alimentaires de base: laitages, viandes, fruits, sucreries. Ces aliments viennent compléter les apports de la ferme qui ne peuvent pas entièrement subvenir aux besoins de la communauté, des hôtes et des domestiques, convives dont le nombre varie chaque jour. Chaque moniale dispose en outre des réserves personnelles acquises ou reçues en cadeau. La communauté se conforme à la règle en respectant les jours "de poissons" et de jeûnes. Ceux-ci sont toutefois moins rigoureux que ne le prévoient les status. Des petites collations en tempèrent l'austérité. L'abbesse bénéficie d'un traitement spécial: elle convive "selon ses inclinations" l'une ou l'autre à partager sa table. Enfin, les jours de fêtes, les repas sont particulièrement soignés; lors des banquets de profession ou d'élection, des cuisiniers extérieurs remplacent les converses et servantes préposées à cet effet. Les cisterciennes consomment quotidiennement du vin et de la bière. (...)»²¹.

- 17 Para análise dos consumos no mosteiro no período moderno, é ainda importante ter conta as restrições e sacrifícios impostos pela Reforma católica. Temos notícias de alguns mosteiros europeus que procuraram uma adesão quase perfeita a essa mesma reforma, de que é exemplo o mosteiro cisterciense feminino francês de Tart:

«(..) L'abstinence de viande, sauf pour les malades, imposée par la réformatrice [Jeanne de Courcelle de Pourlan] lui a-t-elle beaucoup survécu? Cet usage, hautement significatif aux yeux des contemporains, est totalement abandonné au milieu du XVIIIe siècle, à en juger d'après les comptes de dépenses de ces dames que nous avons pu retrouver à partir de 1741. L'abstinence n'est alors pratiquée que pendant le Carême – sauf, comme toujours, pour les malades de l'infirmerie sur prescription médicale –, d'où une chute sensible des achats de viande à cette période. En dehors de celle-ci, non seulement la consommation est notable mais encore les moniales n'achètent que des viandes de qualité, relativement chères, ce qui contribue à leur procurer une nourriture assez variée comme dans la plupart des abbayes cisterciennes et bénédictines de l'époque (...)»²².

- 18 Para S. Bento de Cástris, e neste contexto, a conjugação da análise das determinações capitulares e das decisões das visitas ao mosteiro, confrontadas com as despesas efetuadas no domínio dos bens alimentares (ou em ordenados, nomeadamente ao hortelão, lagareiro, carniceiro) realizadas pela feitoria, fornecem-nos elementos que permitem apreciar a dieta das monjas. A estes elementos juntam-se os privilégios régios obtidos pelas religiosas do domínio dos bens alimentares²³.
- 19 Em 1667, queixavam-se as religiosas eborenses aos visitantes das fracas rações de carne e pão. Só em 1701 temos informação de que os visitantes deram indicação ao padre feitor para assistir à repartição de carne e peixe na ocasião das rações das religiosas, acrescentando que as ditas rações deviam ser dadas a peso, recomendação que se verificou nos anos seguintes. Em 1704 os visitantes reconheciam ainda a limitação no trato das religiosas, numa altura em que o mosteiro registava momentos bons na recolha de rendas e foros; isso foi traduzido na dádiva de um alqueire de azeite em cada ano para cada religiosa, bem como num acréscimo de dois mil réis nas respectivas ceias. Sessenta e dois anos passados (1766), verificando-se também um bom rendimento da Tulha, e o padre feitor recebeu autorização para dar a cada religiosa cinco réis/dia para ajuda da ceia.
- 20 Na visita de 12 de maio de 1709, pelos visitantes gerais frei Francisco Brandão e frei Geraldo de Távora, a primeira recomendação vai para a prática corrente no cenóbio de venda de pão para fora do mosteiro, em detrimento da comunidade monástica, prática essa certamente ligada às forneiras. Essa prática, que conduziria ao consumo de pão de pior qualidade dentro do mosteiro (e não do pão alvo) devia acabar. Três anos mais tarde, 1712, na Visita de frei Bernardo de Castro (Qualificador do Santo Ofício, Examinador Sinodal do bispado de Coimbra e Lente na Universidade de Coimbra) e de frei Bernardo Telles (Qualificador do Santo Ofício, Examinador das Ordens Militares, e também Lente na citada universidade) a questão do pão foi reforçada: ficou estabelecido que não devia vender-se pão alvo para fora do mosteiro sob pena de pecado mortal para a madre forneira, que devia assistir pessoalmente à cozedura do pão. O pão não devia ser cozido de noite e a oficial não podia confiar a chave a nenhuma criada. Testemunha-se, pois, o papel essencial que o pão tinha na alimentação das monjas.
- 21 Em 1725, a alimentação continua a ser tema para interferência dos visitantes: constatarem que às religiosas não era dada a costumada ração de pão, carne e peixe, admoestando mais uma vez o feitor a fornecer as quantidades necessárias, cabendo à Celeireira a repartição igualitária pela comunidade, segundo o ideário beneditino, sendo a mais importante de todas as leis. A ração de pão para cada religiosa, em finais do século XVIII, era de um arrátel ao jantar e três quartas à ceia (tendo a abadessa ração dobrada), visando simultaneamente servir bem as religiosas e não destruir a administração do mosteiro. No mosteiro de S. Bento de Cástris, as madres tulheiras, em 1770, retiravam da Tulha três moios e dezoito alqueires de trigo todos os meses para o pão das religiosas, padres e criados (além do que retiravam para os ordenados de médicos e familiares em trigo, centeio e cevada).
- 22 Em 1767, e mais uma vez por ordens dos visitantes, foi solicitada rápida intervenção do feitor na assistência às religiosas com tudo o que lhes era devido na sua ração ordinária, aumentando, se necessário, a carne. Toda a década demonstra uma preocupação constante com a distribuição dos bens às religiosas pelo feitor: além dos quatro arrátéis por arroba de carne (que acrescentava para a quebra nas rações das

religiosas), fossem acrescentados outros quatro; em relação ao peixe, ovos e legumes, devia ter também o cuidado de os fornecer com tempo, ao menos de véspera (de molde a não impacientar a comunidade, que também não devia ser impaciente); distribuir com equidade as hortaliças da horta; fornecer o peixe determinado, que não podia ser substituído por víveres de outra espécie, salvo em caso de imprevisão; pagamento das ceias individuais que se deviam às religiosas, o que se podia traduzir em trigo, vendido ao preço corrente na altura.

- 23 As religiosas tinham ainda direito, segundo antigo costume do mosteiro, a mimos da cerca e pitanças das herdades. De entre a produção da cerca (e da envolvente do mosteiro, que as religiosas dedicaram desde a Idade Média à implantação da vinha), destacamos as uvas, devendo também manter-se para as religiosas os mimos das demais oficinas respeitantes à alimentação. Sabemos do interesse das monjas bernardas de Évora em garantirem, ao longo do tempo, uma boa recolha das rendas das herdades e respectivas pitanças, e que se traduziam em pão (trigo, centeio, cevada...) para o forno, queijos, canadas (cada canada c. de 9 dl) de leite, e também carne suína, em períodos especiais do ano, especialmente no Natal, na Páscoa, e pelo S. Martinho.
- 24 Apesar de, paulatinamente, as pitanças em géneros serem pagas em dinheiro, nos séculos XVII e XVIII, as religiosas de S. Bento de Cástris puderam ainda escolher a forma de pagamento que mais lhes convinha. Assim, a sua preferência, quando escolhiam as pitanças em géneros, ia para: queijos de ovelha temporãos (isto é, feitos em março e consumidos em maio), ou queijinhos de cabra de boa massa; carneiros já adultos, (pela Páscoa); porcos gordos de montanha para toucinho (pelo Natal); galinhas gordas (normalmente, também pela Páscoa)²⁴. Alguns destes géneros, como os queijos, chegavam a ser vendidos ainda pelo mosteiro, conseguindo algum numerário desses bens.
- 25 Em relação à recolha de pitanças tomemos os dados de 1703²⁵, tanto em relação às herdades com renda a dinheiro como às herdades a pão. A relação regista a recolha em vinte herdades, treze a dinheiro e sete a pão. Num ciclo normal chegavam ao mosteiro 39 exemplares de gado suíno (assinale-se, curiosamente, a exigência de fêmeas), 25 de gado ovino e 166 galináceos, a que se juntavam 116 queijos, 12 coalhadas, duas das quais com requeijão, 9 canadas de manteiga e 50 de leite.
- 26 A preocupação e zelo das religiosas, através do feitor, pela exploração da horta junto ao mosteiro para fornecimento de legumes e fruta, também está patente na documentação. Esta preocupação estendia-se para além dos muros da cerca, exigindo políticas de exploração de hortas, quintas e pomares que possuíam e que se afirmaram ao longo do tempo. Considere-se, em 1623, a renda da Horta das Freiras, no Alandroal, que as religiosas recebiam em fruta, legumes e temperos²⁶. Também não se escusavam à compra de laranjas da China (laranjas doces). Em relação a uma quinta que possuíam, próxima ao lagar do mosteiro, junto ao caminho dos carros que ligava o cenóbio à cidade, as determinações, em 1650, são também esclarecedoras: além de escavar, podar e cavar a citada quinta, que possuía vinha, olival, terras e casas, e de pagar a renda em dinheiro, os rendeiros deveriam ainda pagar de pitanças, em setembro, uma carga de dois cubos bem cheios de uvas mouriscas das melhores, para pendurar. Estes bens também possibilitavam o envio de presentes, como em junho de 1742:

«Pagouse de um presente [sic] que daquy foy para Alcobaça, para com outros mimos se offerecer a ElRey, que estava nas Caldas; a saber caxas [sic] de doces, queijos e

Payos, que com os alugueis das duas bestas gastos das mesmas e dos Mossos, tudo 76.030 réis. »²⁷

- 27 Na década de oitenta do século XVIII (1783), a Junta reconhecia que era muitas vezes solicitada, precisamente pela comunidade bernarda de Évora, para aumentar as rações e propinas das religiosas²⁸. Neste sentido, reconhecendo o melhor estado em que se encontravam as comunidades devido a bons desempenhos sob o ponto de vista administrativo, toma algumas medidas em relação aos mosteiros femininos. Quanto às religiosas de Celas, poderiam ter mais meia arroba de arroz e meio alqueire de azeite/ano. No mosteiro de Cós, onde as vestidorias eram de 6\$400 réis, as religiosas passariam a receber mais meio cântaro de azeite (a juntar ao outro meio que já recebiam). Em Portalegre, as religiosas passariam a ter mais meia moeda de vestidorias, perfazendo uma quantia de 14\$400 réis. As religiosas de Tavira viram a sua vestidorias aumentada de 1\$200 para 1\$500 réis. No que respeita ao mosteiro de S. Bento de Cástris, as determinações do foro alimentar fixaram que nos dias de abstinência *a carnibus*, as religiosas deviam ter ração de peixe, ou quatro ovos por ela, bem como um prato de legumes, e nunca os mariscos, como era costume até aí. Além da ração costumada, cada religiosa passou a contar com mais arroba e meia de carne de porco e uma arroba de figos secos pelo Natal, sendo recomendado especial cuidado na assistência às enfermas.

Os produtos mais consumidos

- 28 Excetuando os dias de abstinência, no mosteiro de S. Bento de Cástris, o consumo da carne era mais significativo que o peixe (quase o dobro). A carne de ovino era a mais consumida, depois a de vaca (implicando ao longo dos tempos quezílias com proprietários de terras circunvizinhas sobre as pastagens e passagens do gado), de porco, a que se seguiam as carnes ditas brancas, importantes na dieta da enfermaria, para assistência às doentes. Por último, o consumo de carne de caça, onde figuravam sobretudo coelhos, lebres e perdizes; ainda pombo e leitão, embora com consumo muito residual.
- 29 O peixe mais consumido era o bacalhau²⁹, sendo também significativo o consumo de pescada³⁰. O mosteiro todos os meses adquiria peixe, embora nem sempre a documentação especifique qual (11 %, num total de 20 % que significava no valor das despesas do mosteiro, o peixe consumido não é especificado); cação, atum ou amêijoas surgem muito raramente referenciados. Para a sardinha, na esmagadora maioria dos anos, havia épocas de maior aquisição, que em relação ao peixe fresco corresponderia a épocas de consumo, e que se situavam, grosso modo, entre outubro e março e, na pescada, de junho a novembro.
- 30 De entre os bens alimentares adquiridos pelo mosteiro, depois da carne e do peixe, os ovos distinguem-se pela sua regularidade. Os gastos em ovos representam 8 % do total das despesas ordinárias do mosteiro, e 20 % do total, excluídos a carne e o peixe. Ao lado de produtos de grande consumo no mosteiro (como os ovos, o vinho, o azeite e o açúcar³¹, bem como o arroz), temos outros com consumos menores, como os queijos, farinha, aletria, tripas, frutos secos (amêndoas, passas, figos, nozes), castanhas (também consumidas piladas), grãos³², lentilhas, leite, favas secas ou verdes, hortaliça (abóboras, cebolas, alhos, cebolinhas, espinafres, couve), bebidas (vinho, aguardente, água-pé, chá, cidra) e as especiarias (para a cozinha, botica e enfermaria). Entre estas, encontramos referência ao consumo de açafraão, açafraão de palhinha de França, âmbar,

algalia, almíscar, pimenta, mostarda (adquirida às canadas), canela, cravo, cravo fino, cravo do Maranhão, gengibre, erva-doce, ruibarbo, cominhos, benjoim e gergelim, este último adquirido às arrobas (enquanto as outras especiarias, cheiros ou adubos se adquiriam à onça, à quarta ou ao arrátel).

- 31 O feijão era muito consumido nos meses de inverno, sendo, em contrapartida, pouco preferido de abril a agosto, altura de maior consumo de favas. O feijão apresenta um ciclo de consumo similar ao do grão. Em finais do século XVIII, os visitantes criticavam ainda no mosteiro o pouco uso dos legumes secos feitos em caldeirão da comunidade³³; foi determinado na Visita que se dessem aos padres e às religiosas o azeite e os legumes em cru: 0,5 alqueires de grão, de feijão branco e de castanhas secas, bem como 1,5 alqueires de azeite. Deveria manter-se o uso do caldeirão para criados e criadas, bem como para as religiosas que quisessem, caldeirão esse que ocorria em dias determinados.
- 32 A compra de fruta também era significativa, associada às ofertas da época: no verão, em especial no mês de agosto, a melancia e o melão, tendendo depois para as uvas em setembro e, na primavera, para figos, maçãs, peras e pêros.
- 33 O mel também tinha valores muito significativos de consumo e ao longo de todo o ano, bem como a manteiga, adquirida com similar regularidade e significado. O leite era um bem de uso mais restrito.
- 34 Estes dados levam-nos a considerar que temos uma realidade de consumos no mosteiro cisterciense de Évora perfeitamente enquadrada no contexto europeu da altura. Refiram-se as abadias de Belmont, Notre-Dame des Isles e Tart, em finais do século XVIII, em que uma parte significativa da alimentação era composta por: «(...) des viandes, du poisson – mais la morue domine –, des oeufs, du fromage, des fruits et à l'occasion du café, du chocolat, des pâtisseries et des «entrées»(...)»³⁴. A realidade é próxima, particularmente nos três primeiros bens consumidos: carne, peixe, especialmente o bacalhau e os ovos. Veja-se que os pastéis e os doces, bem como a fruta, são também uma realidade em Évora, rivalizando as amêndoas e as passas de uva com o café e o chocolate usado pelas comunidades francesas; encontramos referência ao consumo de chocolate no mosteiro já num período muito tardio (abril de 1810³⁵). Os doces produzidos eram apreciados não apenas pela comunidade: funcionavam como presentes e mimos, em caixinhas próprias, tanto para os Dons Abades³⁶ como para o próprio monarca, como aconteceu com as ofertas idas do mosteiro de S. Bento de Cástris para D. João V³⁷. As suas formas, a decoração com enfeites e rendilhados, fruto de um trabalho laborioso e demorado, acabavam por contrastar com a doçaria popular, menos delicada, mas não menos imaginativa. Esta aproximação da doçaria à tradição popular é aliás sobejamente reconhecida:

«(...) No todo fue austeridad y mortificación. La cocina religiosa alcanzó en la época moderna fama de abundancia y refinamiento. No hay que olvidar que muchos monasterios y conventos, sobre todo los femeninos, eran famosos por sus especialidades de repostería, confitería y conservería, destinadas a obsequiar a sus benefactores o a la venta, como ayuda a sus medios de subsistencia. (...) Además, los recetarios monásticos y conventuales no solo nos proporcionan un buen conocimiento de la alimentación y del gusto en las órdenes religiosas, sino que constituyen una interesante vía de aproximación a la realidad de la cocina popular. A diferencia de lo que sucedía con la cocina cortesana, muy alejada de las posibilidades de la gran mayoría de los grupos sociales, los productos y procedimientos de la cocina religiosa se hallaban mucho más cercanos a los de las clases populares. (...)»³⁸

- 35 A questão da inter-relação entre os alimentos consumidos, aliada a uma outra variável, os meses em que ocorre o consumo, conduz a análises interessantes sobre a política do mosteiro no que respeita a gastos alimentares. Um dos exemplos são os gastos com pão (cereais), que devemos entender enquanto compra do mosteiro para os gastos do forno; só adquire especial significado entre os meses de novembro e janeiro, período em que o mosteiro estaria menos abastecido, uma vez que a venda de cereais era também uma das principais fontes de receita da contabilidade nos meses de colheita.
- 36 De acordo com as *Definições* de 1593 e com a autorização para cear, a principal época de dispêndio com as ceias das religiosas situava-se entre outubro e dezembro, com um significado especial também em abril (Páscoa). Meia ceia era praticada nos dois dias iniciais da *Ladainha*, nas quartas-feiras desde a Páscoa até Santa Cruz de Setembro, e desde esta última até à Quaresma, às segundas-feiras e sábados. As ceias estavam associadas a produtos como as passas, os figos e as amêndoas, e desenvolvem um ciclo de consumo mais intenso nos meses referidos. Se no período de julho a setembro a amêndoa e os doces conhecem um período comum de consumo acima da média, entre outubro e dezembro e entre fevereiro e maio, a amêndoa lidera o consumo; novembro era o mês do seu consumo máximo, coincidindo com a curva da ceia das religiosas.
- 37 Em finais do século XVIII, as religiosas, que recebiam uma arroba de figos cada uma, viram a ração ser diminuída para metade, ração essa a que chamavam *comadre*, sendo porém compensada por meia arroba de passas de uvas das melhores. Para a festa de S. Bernardo estavam também reservadas as panelinhas cheias de doces, tapadas com seda e enfeitadas³⁹.
- 38 O mês de dezembro destacava-se nos gastos com bolos: em dezembro de 1699⁴⁰ o padre feitor relatava as despesas feitas pelas madres tulheiras nessa altura com os bolos pelo S. Brás (também designados como fogaças), na festa de S. João Evangelista, a que estava associado o gasto com tigelas de arroz, certamente doce. Aos bolos acabavam por estar associadas outras despesas, como as especiarias, ou, como se nomeia em abril de 1727, com «(...) o cheiro para uns bollos de Forno (...)», onde também era usada, segundo o mesmo documento, água de flor⁴¹. Em 1674, verificara-se a aquisição de confeitos (também designada como confeitada ou confeitados normalmente pela festa de São Bernardo, pelos Santos e nas Endoenças ao longo da documentação), ou ainda a presença em maio de um confeitoiro, João Roiz, nos livros da comunidade⁴².
- 39 Do acima exposto, e centrando-nos nos produtos mais consumidos no mosteiro, consideremos a seguinte afirmação para tópico de análise acerca da presença de produtos considerados como fazendo parte da dieta mediterrânica (reconhecida como património cultural imaterial pela UNESCO em 2010-2011) na comunidade:
- «A «dieta Mediterrânica», enquanto estilo de vida dos povos da Europa do sul e do norte de África, apresenta características particulares que embora variando de região para região possui elementos comuns. O pão, o azeite e o vinho, constituem a «trilogia da dieta mediterrânica», consagrados desde a Antiguidade. Os campos de cereais, os olivais e a vinha fazem parte da paisagem e cultura de todo este espaço de criatividade e civilização. (...)»⁴³
- 40 Desta forma, desde cedo que os testemunhos documentais em S. Bento de Cástris testemunham a importância desses três produtos, o pão (cereais), o vinho e o azeite. Manifestava-se nos consumos internos, refletia-se na preferência das rendas a auferir pela comunidade, na escolha das culturas para ocupar o espaço envolvente do cenóbio (a vinha), na instalação de bens de transformação perto do mosteiro (lagar). A esses três

produtos se juntam frutas e legumes secos ou frescos, uma proporção limitada de peixe, produtos lácteos e carne, muitos condimentos e especiarias, e ainda o vinho ou infusões (de acordo com a cultura e crenças das comunidades). Essa dieta, além da dimensão medicinal também ela cada vez mais estudada, reúne um conjunto de saberes e práticas (cultivo, colheita, conservação⁴⁴, transformação, preparação, consumo) que, naturalmente, radica numa herança milenar, transmitida pelas comunidades. Nos consumos, nas opções, nas exigências que nos ficaram testemunhadas documentalmente, observamos como esta prática alimentar típica do Mediterrâneo hoje reconhecida começou a ser construída – e ao mesmo tempo consolidada (dada a relação das cozinhas religiosas com a cozinha popular, cf. PÉREZ SAMPER, 2012) – pelas comunidades religiosas.

Os jejun voluntários e a *anorexia mirabilis* em S. Bento de Cástris no período moderno

- 41 Uma palavra ainda para as mortificações, castigos impostos pelas próprias religiosas tentando sublimar a alma em relação ao corpo, desprezando necessidades naturais para alcançar a pureza de espírito, e que se podiam traduzir na prática do jejum. Os jejun e a abstinência eram um meio de praticar a mortificação do corpo (se quisermos, na tradição medieval da inédia prodigiosa de Santa Catarina de Sena ou Santa Margarida de Cortona, e que a própria Igreja acabaria por condenar), expressando devoção, atingindo uma dimensão espiritual, lembrando a fome da palavra de Deus. Em S. Bento de Cástris algumas religiosas saíram do anonimato precisamente por práticas rigorosas de vida em religião, como foi o caso de Luísa de Mira. Esta religiosa é apontada como uma *Fénix renascida*⁴⁵ depois da morte de uma irmã, também religiosa no mosteiro:

« (...) Começou pela oração, que he a fragoa de todas as virtudes, para se dar a ella tomou por vivenda propria e mais retirado Lugar do choro; consta que alli viveo, como escondida, tres annos inteiros; estes lhe serviram de noviciado de sua virtude (...). Dali não saia, senão para os actos da Comunidade a que era obrigada. Na oração apprendeo a mortificação: a sua cama era hua taboa, sem admittir achega alguma: as suas disciplinas erão hua cadea de ferro, e as uzava com frequencia; da mesma materia erão quatro cilicios que ordinariamente trasia para andar sempre cercada da aspereza. Os jejun erão continuos e muito estreitos; consta que por espaço de dez annos não provou fructa alguã; nem carne por outros vinte annos, ainda estando achacada. O seu sustento erão so Legumes e algum pouco pexe, quando o havia na Comunidade. (...)»⁴⁶.

- 42 As descrições apontam para monjas com comportamento exemplar, ocupando o corpo e o espírito com exercícios espirituais, isto é, não apenas orando como também jejuando, fazendo vigílias, com rigorosa observância da *Regra*. Tal poderia acontecer também com religiosas conversas, como foi o caso, em S. Bento de Cástris, de Maria Batista⁴⁷ que, através do jejum, da contemplação contínua e da oração ultrapassava as tentações do demónio.

Considerações finais

- 43 Baseando-nos numa abordagem comparativa para a escrita do presente artigo, podemos destacar alguns produtos de grande consumo no mosteiro de S. Bento de Cástris que aproximam o regime alimentar das religiosas daquela que é hoje

reconhecida como dieta mediterrânea. Destaque na presença do pão, dos legumes secos (feijão, grão, lentilhas, favas) e verdes, sobretudo de época (abóbora, couve, espinafres, favas), registando-se também no mosteiro o primado do pescado, presente em 245 dias do ano (c. de um terço destes dias em apenas uma refeição, dado o jejum), e em que o bacalhau era o peixe mais consumido (mas a que não faltavam peixes mais raros, como o linguado, a cação, o atum ou os mariscos); também se regista primazia no consumo da fruta da época.

- 44 Os frutos secos (passas de uva e figo, amêndoas, nozes, castanhas piladas) e as especiarias (distinguindo-se, por exemplo, o açafraão que se destina à cozinha e o que se destinava à botica ou mesmo à enfermaria) apresentam um consumo muito regular, a que se juntavam produtos para temperar (sal, vinagre, cebola, cebolinho).
- 45 Porém, os produtos em que o mosteiro mais despendia eram, além da carne e do peixe, os ovos, o vinho, o azeite e o açúcar. E além do vinho há despesas noutras bebidas (a aguardente, a água-pé, a cidra, o chá) revelando uma maior sofisticação nos consumos, a que se juntavam as grandes despesas em ovos, açúcar, manteiga, a que se associava o arroz, além do azeite (também presente na cozinha e na botica) e do mel. O consumo de distintos queijos, de aletria, a variedade de carnes (quando era permitido o seu consumo) à disposição na cozinha testemunha um regime alimentar que, até pelas quantidades de alguns bens recebidos pelas religiosas, se distinguia, pela variedade e abundância, da mesa da maioria da população que vivia nas cercanias do mosteiro.
- 46 As regras a que a *Regra* obrigava não permitiam naturalmente a comensalidade distintiva da dieta mediterrânea; no mosteiro, tempo de refeição era tempo de comer em comunidade, sim, mas atendendo ao silêncio imperativo da *Regra*, de molde a ouvir a leitura que a acompanhasse.

BIBLIOGRAFIA

ALBALA, Ken (2011) – «PRELUDE: Historical Background to Food and Christianity» [em linha]. In Albala, Ken; Eden, Trudy (eds.) – *Food and Faith in Christian Culture*. New York: Columbia University Press, pp. 7–20 [consult. 31 de março de 2020]. DOI: 10.7312/alba14996.

ALGRANTI, Leila Mezan (2002) – Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no livro de receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729). *Cadernos Pagu* [em linha]. N.ºs 17–18. ISSN: 1809-4449. DOI: 10.1590/S0104-83332002000100017.

ALGRANTI, Leila Mezan (2011) – «“Dias gordos” e “dias magros”: calendário religioso e práticas alimentares católicas em São Paulo e no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)». In Feitler, Bruno; Souza, Evergton Sales (org.) – *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a Vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, pp. 269–288.

BEVILACQUA, Salvatore (2015). La fortune de la diète méditerranéenne: De la médicalisation à la patrimonialisation. *Palaver* 4. N.º 1, pp. 315–48.

BORGES, Nelson Correia (2013) – *Doçaria conventual de Lorvão*. Ed. Câmara Municipal de Penacova.

- BRAGA, Isabel Drumond (2000) – *Portugal à Mesa: alimentação, etiqueta e sociabilidade 1800-1850*. Lisboa: Hugin.
- BRAGA, Isabel Drumond (ed.) (2004) – *ARTE nova e curiosa para conserveiros, confeitadores e copeiros*. Sintra: Colares Editora.
- BRAGA, Isabel Drumond (2008) – Culinária no feminino: os primeiros livros de receitas escritos por portuguesas. *Caderno Espaço Feminino*. Vol. 19, n.º 1, pp. 17–141.
- BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond (2014) – A mesa do Marquês de Viana em meados de oitocentos. *Lusitana. História*. Série 2, n.º 3, pp. 105–123.
- BUESCU, Ana Isabel (2011) – *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri.
- CONDE, Antónia Fialho (2013) – «A opção claustral e a tradição gastronómica local e regional». In *Carta Gastronómica do Alentejo. Monumenta Transtaganae Gastronomica*. Ed. Entidade Regional de Turismo do Alentejo, pp. 66–85.
- CRESPO, Jorge; HASSE, Manuela (1981) – A alimentação no Real Colégio dos Nobres de Lisboa (1766-1831). *Revista de História Económica e Social*. N.º 7, pp. 93–106.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho; RODRIGUES, Fernando Matos (1994) – A Mesa Conventual de Arouca - Valor gastronómico e significatividade social. In *Rurália - Revista da Ruralidade*. N.º 3, pp. 101–121.
- DINET, Dominique (2001) – «Trois abbayes de cisterciennes à l'époque moderne. De la fin du XVIe à la fin du XVIII siècle». In Barrière, Bernadette; Henneau, Marie-Élisabeth (eds.) – *Cîteaux et les femmes*. Paris: Éd, Créaphis.
- FERNANDES, Maria Eugénia Mata (1992) – *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do Século XVIII (1730-80)*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- FIALHO D'ALMEIDA, José Valentim (1924) – *Estâncias d'Arte e de Saudade*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- GRAÇA, Pedro (2014) – Breve história do conceito de dieta Mediterrânica numa perspetiva de saúde. *Revista Factores de Risco*. Vol. 31, pp. 20–22.
- GOMES, Saul António (2009) – Doces obrigações: o exercício abacial no Mosteiro de Jesus de Setúbal-séculos XVI a XVIII. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 9, pp. 43–85.
- GONÇALVES, Iria (1988) – «Acerca da Alimentação Medieval». In Gonçalves, Iria – *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Horizonte, pp. 201–217.
- GONÇALVES, Iria (2017) – *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*. Coleção Estudos monásticos Alcobacenses. Ed. Direção-Geral do Património Cultural/Mosteiro de Alcobaça/Cooperativa Agrícola de Alcobaça/IEM-FCSH-UNL.
- HENNEAU, Marie-Elisabeth Montulet (1990) – *Les cisterciennes du pays du Mosan. Moniales et vie contemplative à l'époque moderne*. Bruxelles: Brepols Publishers.
- INFANTES DE MIGUEL, Víctor (2013) – Letras en la Cocina. El primer recetario femenino: el *Libro de apuntaciones de guisos y dulces* (c. 1740) de María Rosa Calvillo de Teruel. *Revista de Escritoras Ibéricas*. Vol. 1, pp. 31–50.
- LOPES, Manuel (1967) – *Abertura à Alquimia do Açúcar: da meditação provocada pela revelação dos «segredos» do precioso e único manuscrito de receitas de doces do convento de Santa Clara de Évora, 1729*. Lisboa: [s. n.].

- LOPES, Maria Antónia (2012) – «Os alimentos nos rituais familiares portugueses (1850-1950)». In Araújo, Maria Marta Lobo de [et al.] – *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*. Braga: CITCEM, pp. 167–179.
- MAIA, Fernanda Paula F. O. de Sousa (1993) – À mesa com os monges de Bustelo: algumas regras de conduta. *Humanística e Teologia*. Vol. 14, n.º 3.
- MANUPPELLA, Giacinto (ed.) (1986) – *Livro de cozinha da Infanta D. Maria: códice português I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- MANUPPELLA, Giacinto; ARNAUT, S. Dias (1967) – O «livro de cozinha» da infanta D. Maria de Portugal, *Acta Universitatis Conimbrigensis*, CXLV. Coimbra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – *A sociedade medieval portuguesa*, 4.ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1991) – A alimentação. In Marques, A. H. de Oliveira (coord.) – *Portugal da Monarquia para a República (Nova História de Portugal, volume 11)*. Lisboa: Presença, pp. 617–627.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1996) – «Introdução». In Ferro, João Pedro – *Arqueologia dos hábitos alimentares*. Lisboa: Dom Quixote.
- MOTA, Salvador Magalhães (1990) – O regime alimentar dos monges bernardos no final do século XVIII. *Revista de Ciências Históricas*. Vol. V, pp. 271–290.
- MOTA, Salvador Magalhães (2013) – «À Mesa com os Monges Bernardos: contributos para o estudo dos regimes alimentares nas ordens monásticas regulares». In Araújo, Maria Marta Lobo de [et al.] – *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*. Braga: CITCEM, pp. 39–50.
- MOULIN, Leo (1989) – *Les liturgies de la table : une histoire culturelle du manger et du boire*. [Paris]: Albin Michelle.
- ORNELLAS E CASTRO, Inês de (2021) – Alimentar o corpo, despertar os sentidos. *Humanitas* [em linha]. N.º 77, pp. 137–167. DOI: 10.14195/2183-1718_77_7
- PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles (1997) – Los recetarios de mujeres y para mujeres: Sobre la conservación y transmisión de los saberes domésticos en la época moderna. *Cuadernos de historia moderna*. N.º 19, pp. 121–156.
- PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles (1998–2000) – Mujeres en ayunas. El sistema alimentario en los conventos femeninos de la España Moderna. *Contrastes: Revista de história moderna*. N.º 11, pp. 33–80.
- PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles (2012) – Recetarios manuscritos de la España moderna. *Cincinnati Romance Review*. Vol. 33, pp. 27–58.
- PESSANHA, Sebastião (1915) – *Arrufadas de Coimbra: elementos para o estudo da doçaria popular e religiosa em Portugal*. Lisboa: Typ. Annuario Commercial.
- PI CORRALES, Magdalena De Pazzis (2010) – Existencia de una monja: vivir el convento, sentir la Reforma (siglos XVI-XVII). *Tiempos Modernos: Revista electrónica de Historia Moderna* [em linha]. Vol. 7, n.º 20, pp. 1–37 [consult. 12 de janeiro de 2020]. Disponível em <http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/view/221/276>
- QUEIROZ, Jorge (2014) – Dieta Mediterrânica: um modelo cultural. *Revista Factores de Risco*, n.º 31, pp. 8–18.
- RAMOS, Anabela (2013) – *Alimentar o Corpo Saciar a Alma, Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*. Cultura do Norte: Edições Afrontamento.

- REIS, José Pedro Lima (2008) – *Algumas notas para a história da alimentação em Portugal*. Porto: Campo das Letras.
- ROBERTO, Débora Sofia (2018) – *Comensalidade e cozinha no mundo dos mosteiros e conventos: espaços, decoração e funções*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de mestrado.
- SANTOS, Cândido dos (1980) – *Os Jerónimos em Portugal: das origens ao fim do século XVII*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- SARAMAGO, Alfredo (1993) – *Doçaria conventual do Alentejo*. Colares: Colares Editora.
- SILVA, António J. M. da (2015) – «La diète méditerranéenne». In SILVA, António – *Discours et pratiques alimentaires en Méditerranée*. Paris: L'Harmattan. Vol. 2.
- SILVA, António J. M. da (2018) – From the Mediterranean diet to the Diata: The epistemic making of a food label. *International Journal of Cultural Property*. Vol. 25, n.º 4, pp. 573–595.
- SOBRAL, José Manuel; RODRIGUES, Patrícia (2013) – O «fiel amigo»: o bacalhau e a identidade portuguesa. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* [em linha]. Vol. 17, n.º 3, pp. 619–649 [consult. 13 de abril de 2020]. Disponível em https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612013000300010
- SOUSA, Dina Fernanda Ferreira de (2011) – *A Doçaria Conventual de Coimbra: o segredo das madres conserveiras. Contributo para o seu estudo (séculos XVIII-XIX)*. Sintra: Colares Editora.
- TURMO, Isabel G. (2009) – Dieta mediterránea, Patrimonio Cultural Inmaterial de la Humanidad. *Afkar ideas: Revista trimestral para el diálogo entre el Magreb, España y Europa*. N.º 21.
- VALAGÃO, Maria Manuel (2011) – Dieta mediterrânica, património imaterial da humanidade. *Revista da APH*. N.º 105.
- VELOSO, Carlos (1992) – *A Alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Livraria Minerva.

Fontes

- Arquivo Distrital de Évora, Notarial 531.
- Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. 223, Fl. 189.
- Biblioteca Nacional de Portugal, Alc. Mss. 208, n.º 23, *Rendimento e despesas dos mosteiros da Ordem de Cister. Fragmento*.
- Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXI/2–2, Cód. CXXXI/2–23, Cód. CXXXII/1–3, Cód. CXXXII/1–4, Cód. CXXXII/1–10, Cód. CXXXII/1–18, Cód. CXXXII/1–30, Cód. CXXXII/1–48, Cód. CXXXII/2–48.
- Biblioteca Pública de Évora, Livro 14 Fundo S. Bento, docs. 7 a 30.
- Biblioteca Pública de Évora, Livro 31 Fundo S. Bento.
- Biblioteca Pública de Évora, P. Manuel Fialho, *Evora Illustrada*, Cód. CXXX/1–11.
- Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, mss. 104, 106.
- CARDOSO, George. (1764) – *Agiológico Lusitano*. Lisboa: Officina Sylviana e da Academia Real, Tomo 4.
- Regra do Glorioso Patriarca S. Bento* (1951) – Mosteiro de Singeverga, Ed. Ora et Labora, Capítulos XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV.

NOTAS

1. Atente-se no pioneirismo de trabalhos, em Portugal, como os de Gonçalves, 1988; Lopes, 1967; Manuppella et al., 1967; Manuppella, 1986; Marques, 1981, 1991, 1996; Pessanha, 1915.
2. A menor expressão de trabalhos no domínio foi salientada nomeadamente por Braga, 2000, 13–15 e Buescu, 2011, 83–86; para o caso dos investigadores estrangeiros, cf., além dos trabalhos citados ao longo do texto, Algranti 2002; Infantes de Miguel, 2013; Pérez Samper, 1997; Moulin, 1989.
3. Borges, 2013; Braga, 2000, 2004, 2008; Braga et al., 2014; Conde, 2013; Dias et al., 1994; Gomes, 2009; Gonçalves, 2017; Lopes, 2012; Maia, 1993; Mota, 1990, 2013; Ornellas e Castro, 2021; Ramos, 2013; Reis, 2008; Saramago, 1993; Sousa, 2011; Veloso, 1992;
4. Albala, 2011.
5. Para os monges alcobacenses, os dias gordos significariam o consumo de c. de 725 gramas de pão, e os magros 580 gramas, sendo que, em inícios do século XVI, os monges teriam c. de 152 dias de jejum e 245 dias de abstinência de carne (vaca, porco e carneiro, sendo o consumo deste último tipo de carne normalmente complementado com toucinho) por ano; o peixe mais consumido era a pescada nos dias de peixe (os referidos 245), com porções diferentes também em dias de jejum ou não, sendo nestes últimos consumido nas duas refeições. Para as religiosas de Cós o dietário seria similar mas em menores porções, o mesmo se aplicando ao consumo de vinho. Este, nas comunidades cistercienses era mais consumido em dias de festa, ocasiões em que os pratos também eram confeccionados de maneira mais sofisticada. Cf. Gonçalves, 2017.
6. Para este conceito, cf. Algranti, 2011.
7. Capítulos XXXIX, XL, XLI, XLII, XLIII, XLIV da *Regra* de S. Bento.
8. Para apreciação desta dieta, conferir os trabalhos de António J. M. da Silva, especialmente os citados de 2015 e 2018.
9. Reconhecida como tal pela UNESCO em Baku a 4 de dezembro de 2013, numa inscrição que reuniu sete estados e comunidades com um património milenar similar no que toca também à alimentação. Nos dias de hoje, a Organização Mundial de Saúde reconhece-a como um padrão alimentar saudável e sustentável.
10. Turmo, 2009, 27. Aplicando este conceito às instituições monástico-conventuais, cf. Roberto, 2018.
11. Cf. Valagão, 2011, 24; Graça, 2014.
12. Pi Corrales, 2010, 29.
13. Para os mosteiros femininos, cf. Dias et al., 1994, 101–121.
14. Segundo as *Definições de 1593*, desde a Páscoa até Santa Cruz de Setembro, a ceia deveria ocorrer às 5 horas da tarde, a que se seguia um intervalo para os monges fazerem exercício, passado o qual se tangeria a *Completa*.
15. Em Espanha, as clarissas da *Regra* primitiva deveriam praticar, depois da profissão, jejum perpétuo, exceto dia de Natal. O jejum viria a ser mitigado: desde a Festa de Todos os Santos ao Nascimento do Senhor, todas as sextas-feiras do ano, e na Quaresma Maior ou da Igreja. Também jejuavam nas tēmporas e vigílias e na Vigília de Santa Clara. Cf. Pérez Samper, 1998–2000, 37.
16. Biblioteca Nacional de Portugal (doravante, B.N.P.), Alc. 223, Fl. 189.
17. De facto, esta prática estava de acordo com as *Definições de 1593*, segundo as quais entre a Páscoa e a vigília de Pentecostes se podia cear, e deste período até à Santa Cruz de Setembro havia somente consoadas, exceto quartas e sextas-feiras. No demais tempo, não se devia cear, exceto nas festas de S. Mateus, S. Simão e S. Judas, Todos-os-Santos, Santo Amador, nas oitavas do Natal, dias da Circuncisão, Epifania, Purificação e S. Matias Apóstolo, mesmo que esses dias calhassem em sexta-feira ou sábado.
18. Como indicação para toda a Congregação, o Capítulo de 1756 lembrou a necessidade de, nos mosteiros de religiosas, ser cumprido o jejum de quarta-feira da Ordem, de não comer carne,

guardando a regra e forma das consoadas nos respectivos dias; o mesmo se estendia às mesas dos mosteiros de religiosos.

19. Num total de cerca de seis meses, temos 26 semanas, com dois dias de jejum recomendado para cada uma.

20. Revestem-se de especial interesse as despesas com refeições e «mimos» em dias ou épocas específicas e festivas como o dia do Espírito Santo, o dia do Patriarca, a Quaresma, a Quinta-feira Santa, o Domingo de Páscoa, o dia de Todos os Santos, o Advento, o Natal, o dia de Reis e o dia de S. João. Os mimos eram os doces feitos pelas religiosas para oferta a diferentes pessoas (confessor, sacristão, médico, cirurgião, familiares, etc.). A mesma prática se verificava noutras comunidades religiosas como o mosteiro de Santa Clara de Coimbra; cf. Sousa, 2011, 78. No Colégio de São Jerónimo na mesma cidade, no século XVII, o procurador tinha a obrigação de dar a todos os religiosos do Colégio, na véspera de Natal, «sua collação de doces, como se lhes costuma dar em suas cazas», o que estava determinado nas próprias *Constituições* do Colégio de 1639; cf. Santos, 1980, 348.

21. Henneau, 1990, 586.

22. Dinét, 2001, 288.

23. De que são exemplo o sal e o peixe (e do açúcar, como adiante referiremos). No caso do sal, em 1594 as religiosas obtiveram, por Alvará régio, autorização para comprarem sal e o transportarem em suas carretas para o mosteiro para consumo da Casa e para produção de azeite no seu lagar (não para depois o venderem ou levarem para fora do reino), informando para tal o contratador do sal e o provedor da comarca. Cf. B.P.E., Livro 31 Fundo S. Bento, Pasta 7. No abadesado de Catarina de Almeida, as religiosas haviam obtido privilégio de Filipe I, por Alvará de 1597, de que quando os compradores de S. Bento chegassem à praça do peixe ou ao açougue, e pedissem carne ou pescado, logo seriam servidos mesmo antes de almotaçados; no caso peixe, 2 arrobas de peixe. Cf. B.P.E., Pasta de Pergaminhos de S. Bento Pergaminhos, doc. 104 (é uma confirmação, datada de 1626, do citado Alvará). Na mesma Pasta, doc. 106, existe uma cópia do Livro de Juízo da Almotaçaria, em que as religiosas pediram para terem Provisão comprovativa para os picadeiros e almocreves lhes darem o peixe antes de almotaçado; no treslado, lembram os dias de jejum. Alegavam também a meia légua da cidade, e que os almocreves passavam perto do mosteiro (quando os seus compradores chegavam à praça quase não havia peixe); lembram os dias de jejum do mosteiro: dias da Quaresma e de jejum ordinário da Igreja de sexta-feira e sábado de cada semana, bem como os da Ordem e *Regra*: os do Advento da Igreja, e segundas e quartas-feiras de cada semana – pelo que a maior parte do ano não comiam carne.

24. Biblioteca Pública de Évora (doravante, B.P.E.), Livro 14 Fundo S. Bento, docs. 7 a 30. De referir ainda que algumas vezes as pitanças, além de não serem pagas em dinheiro, também não eram pagas em géneros alimentícios. Algumas herdades tinham de dar, em agosto, rodadas de palha para a cavalaria do mosteiro, velos de lã dos carneiros, couros das vacas, ou carradas de lenha de azinho, a armazenar para o inverno.

25. B.P.E., Cód. CXXXII/1–30.

26. Concretamente, 200 peras e 200 peras de Rio Frio, 200 marmelos, 200 pêros d'El Rei, 200 maçãs camoesas ou maçãs da Guarda, 12 cabos de cebolas, 12 cabos de alhos, 2 alqueires de favas, 2 alqueires de grãos e 2 alqueires de feijões B.P.E., Cód. CXXXI/2–2, Fl. 287v.

27. B.P.E., Cód. CXXXII/1–8, fl. 40.

28. B.N.P., Alc. Mss. 208, n.º 23, *Rendimento e despesas dos mosteiros da Ordem de Cister. Fragmento*.

29. O bacalhau passou a ser muito consumido em Portugal desde o século XVI (havendo notícia da sua pesca por pescadores portugueses na Terra Nova desde o século XV, intensificando-se durante a monarquia dual), afirmando-se como peixe predileto, a par da sardinha; nos séculos XVII e XVIII surgia nas mesas monásticas, nomeadamente dos cistercienses de Alcobaça (Mota, 1990) ou no Colégio dos Nobres (Crespo et al., 1981). O seu consumo não pode também ser dissociado da matriz cristã da cultura e da história portuguesas, testemunhando também o

legado judaico. Estas questões podem ser apuradas em Sobral et al., 2013. Sublinhemos ainda que juntamente com o toucinho, o grão, o azeite e o biscoito seria muito consumido nas naus logo desde o século XVI.

30. No triénio de 1720–1723, de entre as dívidas que se deviam ao mosteiro constava uma, de Amaro Simões da vila de Estói, no Algarve. Esta dívida poderia ser saldada com a entrega de pescada no mosteiro, na altura com setenta e três religiosas, e não fora ainda porque o devedor estava doente; conhecedoras da situação, as religiosas aceitavam o pagamento da dívida por altura da feira de S. João, quando Amaro Simões se deslocasse à cidade. B.P.E., Cód. CXXXII/2–48, Fl. 58v.

31. Além do açúcar conseguido por privilégio régio (por D. João III), ele é despesa regular ao longo do ano, sendo o mês de agosto o do seu consumo por excelência, naturalmente associado à festa de S. Bernardo. Lembremos que o açúcar na história de Évora está presente em testemunhos muito diversos, de que destacamos o dote de casamento de Jerónima Ferreira da Fonseca, para casar com Aires Gonçalves de Sampaio, sobrinho de um arcediogo na Sé de Évora, em 22 dezembro de 1644. A noiva apresenta-se como emancipada, fazendo autodote de 9000 cruzados. O valor incluía uma quinta, olivais e herdades no termo de Évora, casas, dinheiro, cobrança de dívidas, vestidos, sendo que tinha que haver 600.000 réis de 17 caixas de açúcar, 13 branco e 4 mascavado, que estavam para se vender no porto de Lisboa e 180.000 réis que esperava virem-lhe da Baía de Todos os Santos, produto também da venda de açúcar. Arquivo Distrital de Évora, Notarial 531, Fl. 77v. Em março de 1760, o mosteiro comprou 12 arrobas de açúcar que, com a condução desde Lisboa, implicou uma despesa de 36.100 réis. B.P.E., Cód. CXXXII/1–10, fl. 8.

32. Em relação aos legumes secos, o feijão tinha a primazia, completado certamente pelos grãos e pelas favas, ervilhas e lentilhas.

33. B.P.E., Cód. CXXXI/2–23, Fl. 55.

34. Dinot, 2001, 289.

35. B.P.E., Cód. CXXXII/1–18, fl. 1.

36. Em junho de 1669 foi pago o aluguer de «(...) aluguei uma besta para levar o presente a Alcobaça (...)», sendo que em setembro do mesmo ano se pagou «(...) fruta para oferta ao nosso Padre que lhe dão de mimo as Religiosas (...)». B.P.E., Códice CXXXII/1–3, fls. 10 e 22v., respetivamente.

37. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXXXII/1–8, fl. 40.

38. Pérez Samper, 2012, 21–22.

39. A imaginação das Casas religiosas femininas ficou descrita em alguns discursos, como o de Fialho d'Almeida, numa altura em que essas Casas caminhavam já para a extinção. Vejamos parte do relato sobre o convento do Paraíso, de Évora: «(...) Os doces do Paraíso são no Alentejo tão célebres como entre Douro e Beiras os de Celas; tão célebres como as rezas das suas freiras e milagres dos seus santos; tão célebres como a tradição dos seus bordados! Há-os de todas as frutas, massas, combinações, formas e espécies. Grandes, enchendo prato, feitos de uma espécie de pão-de-ló de amêndoa e ovos, ligeiro como esponja, olorante ao olfacto, e vaporoso e fresco ao paladar – coberto de pasta de açúcar, com granulações vermelhas e rosadas – e chama-se o bolo real, centro de mesa de todas as bodas ricas e pobres da província. Há-os pequenos, de amêndoa e açúcar, com um filão de compota, ou uma surpresa de licor escondida no bojo, e que imitam queijos (queijinhos do céu), presuntos, conchas, frutas, emblemas, ferramentas e edifícios.» Fialho d'Almeida, 1924, 211–212.

40. B.P.E., Cód. CXXXII/1–3, Fl. 37v.

41. B.P.E., Cód. CXXXII/1–4, Fl. 26.

42. B.P.E., Códice CXXXII 1–2 fl. 36v. Curiosamente, essa despesa mantém-se em julho de 1701: «paguei um Rol a Pero Roiz de açúcar e manteiga e canela e cheiros». B.P.E., Códice CXXXII/1–3, Fl. 96.

43. Queiroz, 2014, 12.

44. Bevilacqua, 2015.
 45. B.P.E., P. Manuel Fialho, *Evora Illustrada*, Cód. CXXX/1-11, Fl. 32.
 46. Idem, Fls. 33, 33v.
 47. Cardoso, Tomo 4, 53.
-

RESUMOS

A temática do regime alimentar de uma comunidade monástica de clausura estrita no período moderno levanta numerosas questões, sendo que destacaremos na presente abordagem as desigualdades nos alimentos servidos dependendo do estatuto das religiosas na comunidade ou do seu estado de saúde; o enquadramento das principais refeições com as horas canónicas e a *Regra* de S. Bento; a presença dos dias de abstinência e a dieta em dias festivos perante o determinado das *Definições* de 1593; os alimentos mais consumidos e os alimentos preteridos e a matriz mediterrânica da comunidade em estudo; a sazonalidade dos consumos; as alterações na alimentação em virtude das determinações da Igreja. Atente-se ainda que a compreensão das opções alimentares destas comunidades não deve ser dissociada da gestão de recursos próprios (herdades, vinhas, quintas, gado), da obtenção de alguns privilégios e da influência do regime alimentar das populações de origem das religiosas (em termos geográficos, sociais e culturais), situação similar em distintos contextos geográficos de amplitude diversa (nacional, ibérico, europeu).

A closed monastic community dietary regime in the modern period as a subject raises numerous questions. In this approach, we will highlight: the inequalities in foods served depending on the status of religious women in the community or their health state; the framing of the main meals with the canonical hours and the Rule of Saint Benedict; the presence of abstinence days and festive days diet under the *Definitions* of 1593 terms; the most consumed and depreciated foods and the Mediterranean matrix of the community under study; the seasonal consumption; the diet changes due to the Church's determinations. It should also be noted that the understanding of the dietary options of these communities must not be dissociated from the management of their own resources (estates, vineyards, farms, cattle), from obtaining some privileges and from the dietary regime influence of the nuns' origin (in geographic, social and cultural terms), and finally, from similar situations in various geographical contexts of different amplitude (national, Iberian, European).

ÍNDICE

Palavras-chave: S. Bento de Cástris, comunidade monástica, regime alimentar, dieta Mediterrânica

Keywords: S. Bento de Cástris, monastic community, nuns' diet, Mediterranean diet

AUTOR

ANTÓNIA FIALHO CONDE

Universidade de Évora / CIDEHUS
mconde@uevora.pt

Abstinência alimentar: uma opção ou uma regra?

O que nos dizem as análises de isótopos estáveis sobre a dieta das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra

Ana Ribeiro, Anne-France Maurer, Cláudia Relvado, Cristina Barrocas Dias, Teresa Fernandes, Cleia Detry e Cláudia Umbelino

NOTA DO AUTOR

As autoras gostariam de agradecer o apoio dado a este trabalho pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT grant IF/01661/2015, e pelo projeto TRANSCULTURAL (POCI-01-0145-FEDER-031599) IC&DT – AAC n.º 02/SAICT/2017. Gostaríamos igualmente de agradecer à Doutora Lúcia Gambini pelo fornecimento de informação relativa aos documentos históricos do mosteiro.

A dieta nas casas monásticas portuguesas

- 1 As fontes históricas sobre a alimentação de vários mosteiros portugueses (séculos XVII e XVIII) sugerem uma dieta rica e variada. Incluiria carne (carneiros, bois, ovelhas, cordeiros, leitões, galinhas), peixe (pescada, salmão, bacalhau, sardinha), cereais (trigo), pão, arroz, hortaliças, legumes e leguminosas, castanhas, batata, frutas, compotas, vinho, temperos e especiarias (FERNANDES, 1992, 175–177; SANTOS, 2015, 61–70; SILVA, 2015, 10–13).
- 2 É de referir a prática recorrente de jejum, que consistia na redução ou mesmo privação do consumo de alimentos. No caso das monjas clarissas de Coimbra, estas deveriam jejuar desde o dia 8 de setembro até à Páscoa (à exceção dos domingos e do dia de Natal) e às sextas-feiras desde a Páscoa até ao nascimento da Virgem, dia 8 de setembro (SANTOS, 2015, 47). Distingue-se este, regulado por regras religiosas, do jejum dito voluntário, uma prática que por vezes poderia ser mais extrema e de longa duração,

associada ao sacrifício e à purificação espiritual (HARRIS, 2014, 1212–1213; DELL’OSSO et al., 2016, 1652).

- 3 Durante a abstinência, as religiosas deveriam abster-se de comer carne, com exceção das freiras que se encontrassem doentes, das noviças e das freiras mais idosas (SANTOS, 2015, 48), sendo dada preferência ao consumo de peixe, considerado pela Igreja como um símbolo de regeneração, enquanto a carne era encarada como um símbolo de impureza (CÔRTE-REAL, 2009, 53; SANTOS, 2015, 47). Podiam, no entanto, comer produtos derivados de animais como ovos e produtos secundários como o queijo e os laticínios (CÔRTE-REAL, 2009, 53), a não ser durante os jejuns quaresmais (CONDE, 2013, 403). Existiriam assim os chamados dias magros de jejum e de abstinência, onde era apenas permitido o consumo de peixe (BRAGA, 2014, 3–4; COELHO, 2015, 355).
- 4 O jejum e a abstinência fariam parte da realização da mortificação do corpo, onde as autoflagelações eram recorrentes, demonstrando, assim, devoção e associando-se à «fome da palavra de Deus» (CONDE, 2013, 402–403).

As clarissas

- 5 Por volta de 1258, instalam-se em Portugal as primeiras seguidoras de Santa Clara, tendo-se edificado para tal o mosteiro de Lamego (MOURÃO, 2004, 48–49), onde a comunidade, por ordem do Papa Alexandre IV, seguiria a Regra do Cardeal Hugolino, organizando-se como convento da Ordem de São Damião, mas seguindo a invocação de Santa Maria e Santa Clara (ANDRADE, 2011, 78–79). Nesse mesmo ano instala-se outra comunidade de clarissas, em Entre-os-Rios (MOURÃO, 2004, 48–49), recebendo do mesmo Papa a *formula vitae* do Cardeal Hugolino (ANDRADE, 2011, 154). Só a partir de 1261–1262 é que a maioria das casas religiosas erguidas em honra de Santa Clara terá adotado a Regra de Urbano IV, menos rígida nos termos de pobreza do que a própria Regra de Santa Clara (aprovada anteriormente em 1253), estabelecendo as propriedades e as rendas como o sustento principal destas comunidades (MOURÃO, 2004, 50).
- 6 Em 1283, é autorizada a fundação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra a pedido de Dona Mor Dias, uma senhora de grandes posses que estaria recolhida no Mosteiro das Donas, anexado ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e que teria grande devoção por Santa Clara (VASCONCELOS, 1993, 96; MOURÃO, 2004, 53). Por motivos de conflitos vários com os cônegos de Santa Cruz, e após a morte de Dona Mor Dias, o mosteiro foi extinto (MOURÃO, 2004, 54). Foi refundado pela Rainha Santa Isabel em 1314 (Figura 1), tendo a missa de sagração da igreja sido realizada apenas em 1330 (CÔRTE-REAL, 2009, 23–25).
- 7 A comunidade religiosa do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha seguiria a Regra de Urbano IV e estava regida pela assistência espiritual dos frades do seu vizinho Convento de S. Francisco (ESPERANÇA, 1666, in MOURÃO, 2004, 59), seguindo os princípios da clausura e da renúncia à posse de bens (NÚÑEZ, 1995, 94 e 97). Para a sua entrada no mosteiro as freiras teriam de entregar um dote, garantindo assim sua subsistência pessoal (MOURÃO, 2004, 56), sendo muitas vezes aceites ainda jovens para receberem educação e poderem depois professar (SANTOS, 2011, 47). Jovens com um elevado estatuto social entravam neste convento, aspeto comprovado pelos apelidos de família (CÔRTE-REAL, 2009, 43). No mosteiro era igualmente aceite o sepultamento de indivíduos que expressassem essa vontade nos seus testamentos (SANTOS, 2011, 47).

- 8 O mosteiro contou desde os seus primórdios com as consequências que a proximidade ao rio lhe traria: cheias constantes que foram deteriorando o edifício (VASCONCELOS, 1993, 97). Estas foram piorando entre os séculos XV e XVI e, em 1647, o rei D. João IV expediu um alvará para a construção de um novo mosteiro, possibilitando a mudança das religiosas em 1677 (VASCONCELOS, 1993, 99). Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o mosteiro ficou praticamente ao abandono, sendo muitas vezes utilizado como quinta agrícola (VASCONCELOS, 1993, 99).

Figura 1. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra.



- 9 Desde 1995 até 2000, foram realizados trabalhos de escavação, com a intervenção arqueológica a cargo do Doutor António Nunes Pinto, sob a responsabilidade do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (CÔRTE-REAL, 2001, 23), e a intervenção antropológica coordenada pela Professora Doutora Eugénia Cunha, juntamente com uma equipa de antropólogos do então Departamento de Antropologia, atual Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (MOURÃO, 2004, 4), na qual participou uma das investigadoras do presente estudo, a Professora Doutora Cláudia Umbelino.
- 10 Esta intervenção efetuada pelos investigadores acima referidos resultou na escavação de 80 sepulturas, cuja cronologia se insere entre os séculos XV a XVII (LOPES, 2001, 13–14; MOURÃO, 2004, 6). As sepulturas localizavam-se maioritariamente no coro, tendo sido algumas identificadas no claustro; apresentavam, no geral, uma orientação Oeste–Este, com os corpos depositados maioritariamente em decúbito dorsal (LOPES, 2001, 18).
- 11 O espólio encontrado, nomeadamente contas, terços, figas e medalhas, forneceu alguns dados sobre a sua vida quotidiana, mais concretamente sobre o seu mundo religioso (MOURÃO, 2004, 81–88). Os trabalhos domésticos de costura e fiação foram atestados pela presença de agulhas e dedais, assim como pela grande quantidade de alfinetes que foram encontrados em contexto funerário, associando-os à utilização do sudário (MOURÃO, 2004, 75–77).

Análises de isótopos estáveis de carbono e azoto e a dieta humana

- 12 Através das análises de isótopos estáveis de carbono e azoto no colagénio ósseo é possível inferir sobre a dieta humana nos últimos anos de vida ou nas últimas duas décadas, dependendo do tipo de osso analisado. Os ossos constituídos maioritariamente por osso trabecular, como as costelas, fornecem-nos informações sobre a dieta dos últimos anos de vida, pois apresentam uma remodelação mais rápida que a dos fémures, por exemplo, maioritariamente constituídos por osso compacto, podendo apresentar informações até duas décadas (MANOLAGAS, 2000, 116; JØRKOV et al., 2009, 202), no entanto este princípio ainda está em discussão (FAHY et al., 2017).
- 13 Os isótopos estáveis de um elemento químico têm o mesmo número de eletrões e protões, mas diferem no número de neutrões (DENIRO, 1987, 182). Quando ocorre uma reação química ou uma transformação de estado físico, os isótopos de um mesmo elemento não se comportam de forma igual e o produto final tem uma composição isotópica (razão entre os diferentes isótopos) diferente da dos produtos de partida, ocorrendo assim um processo que se designa por fracionamento isotópico (DENIRO, 1987, 182; SCHOENINGER, 1995, 83; UMBELINO, 2006, 64). Essas diferenças são muito pequenas e são representadas como a diferença relativa delta (δ) entre a razão isotópica do elemento a considerar na amostra e a razão isotópica desse mesmo elemento num dado padrão de referência internacional, que para o carbono é *Vienna Pee Dee Belemnite* e para o azoto é o ar atmosférico ou *Ambient Inhalable Reservoir*, sendo expressas em permilagem (‰) (SCHOENINGER, 1995, 86).
- 14 Para discriminar o tipo de alimentos ingeridos, que envolvem proteína (vegetal ou animal) terrestre, marinha ou de recursos de água doce, são utilizados os valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$. De um modo geral, é observado um aumento nos valores de $\delta^{13}\text{C}$ de aproximadamente 5 ‰, entre a dieta e o colagénio dos ossos, tendo em conta os processos metabólicos para a fixação de carbono nos tecidos dos herbívoros (CHISHOLM et al., 1982, 13), contando ainda com um fracionamento adicional de 1 ‰ de acordo com o nível trófico (DENIRO et al., 1978, 501). No caso do $\delta^{15}\text{N}$ ocorre um aumento por nível trófico de 3 ‰ a 4 ‰ (SCHOENINGER et al., 1984, 202).

Materiais e métodos

Seleção das amostras

- 15 Tendo por base o estado de preservação do material osteológico, foram selecionados para análise 28 esqueletos humanos de adultos do sexo feminino a partir da coleção osteológica de 80 esqueletos, tendo sido dada preferência às costelas, exceto em três casos em que foram usados ossos longos. Foram igualmente analisados restos faunísticos, essenciais para a compreensão dos valores das análises isotópicas dos esqueletos humanos, tendo sido selecionadas três amostras das espécies *Bos taurus* (vaca), *Sus sp.* (porco ou javali), *Ovis/Capra* (ovelha/cabra) e *Gallus gallus domesticus* (galinha) e duas amostras de *Oryctolagus cuniculus* (coelho), todas recolhidas na área da escavação do Mosteiro. A espécie *Cervus elaphus* (veado), com duas amostras, foi selecionada a partir dos restos faunísticos do Criptopórtico do Museu Machado de

Castro, inserido na cidade de Coimbra e com cronologia idêntica à de Santa Clara-a-Velha.

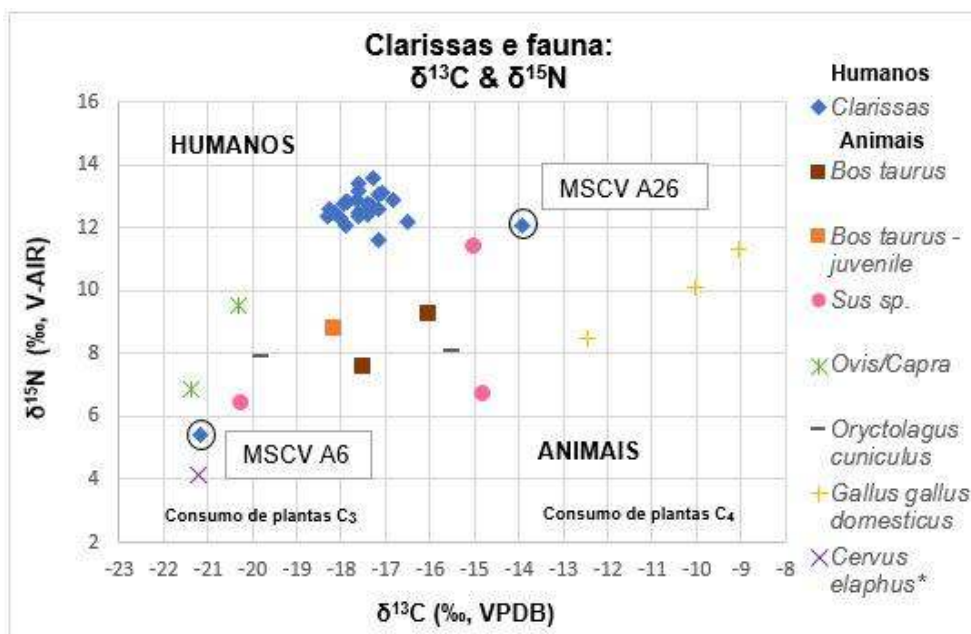
Extração de colagénio e análise de isótopos

- 16 Os trabalhos de preparação e análise de isótopos estáveis de carbono e azoto foram realizados, pelas autoras deste estudo, entre 2018 e 2019, no Laboratório HERCULES da Universidade de Évora. A metodologia aplicada para a extração do colagénio ósseo foi adaptada de Longin (1971). Entre 0,5 a 0,7 mg de colagénio ósseo foi pesado em cápsulas e queimado em CO_2 e N_2 num Analisador Elemental (Flash HT 2000) e os valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ foram obtidos num espectrómetro de massa de razão isotópica *Delta V Advantage* e acopladas ao Analisador Elemental através da interface *ConFlo IV*.

Os valores de $\delta^{13}\text{C}$ e de $\delta^{15}\text{N}$ e a alimentação das clarissas

- 17 Os valores obtidos¹ para os humanos (Figura 2) de $\delta^{13}\text{C}$, que variam entre $-18,3\text{‰}$ e $-16,5\text{‰}$ (média de $-17,6\text{‰}$), e de $\delta^{15}\text{N}$, que variam entre $11,6\text{‰}$ e $13,6\text{‰}$ (média de $12,6\text{‰}$), demonstram que a dieta destas freiras era bastante homogénea, à exceção de dois casos.

Figura 2. Gráfico de dispersão com os valores de $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$ no colagénio ósseo das freiras clarissas e da fauna encontrada no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. É feito destaque às amostras que têm valores muito díspares: MSCV A6 e MSCV A26.



- 18 No que respeita à fauna, os valores $\delta^{13}\text{C}$ observados para as galinhas indiciam o consumo de plantas do tipo C_4 , como o milho e o milho painço, e o elevado valor de $\delta^{15}\text{N}$ o consumo de outro tipo de alimentos, como as minhocas. Os valores de $\delta^{13}\text{C}$ para as ovelhas apontam para o consumo de plantas C_3 e há registos que atestam que este gado pastava nas imediações do mosteiro (comunicação pessoal de L. GAMBINI), nomeadamente no espaço da cerca do mosteiro (CÔRTE-REAL, 2009, 31–33). Para os porcos, destaca-se um que seria doméstico, com um $\delta^{15}\text{N}$ elevado, o que pode significar

que lhe seriam dados restos alimentares, e um cujos valores baixos de $\delta^{13}\text{C}$ são típicos de animais herbívoros que comem plantas C_3 (SCHOENINGER et al., 1984), podendo tratar-se de um javali. Já os valores de *Bos taurus* estão dentro dos valores observados para os animais domésticos, com um $\delta^{13}\text{C}$ pouco negativo, podendo indicar a introdução de plantas C_4 , para além do pasto normal (plantas C_3). Os registos históricos indicam a existência de vários boieiros a trabalhar nos currais do mosteiro (comunicação pessoal de L. GAMBINI).

- 19 As análises carpológicas, anteriormente realizadas por QUEIROZ et al. (2007), indiciam uma dieta concentrada em plantas C_3 , destacando-se as árvores de fruto, referindo-se neste ponto a existência de uma horta e de um pomar (CÔRTE-REAL, 2009, 54). As análises faunísticas já efetuadas (DETRY et al., 2008; MORENO-GARCÍA et al., 2010; DETRY et al., 2014) destacam os animais terrestres, nomeadamente a ovelha, a vaca, o porco e a galinha-doméstica (DETRY et al., 2014, 8-9; MORENO-GARCÍA et al., 2010, 50-52). Os registos históricos do mosteiro, particularmente os livros de despesas (inseridos nos documentos do fundo do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra entre 1399 e 1669, do Arquivo da Universidade de Coimbra), indicam que a galinha, o capão, o porco e o carneiro teriam sido os géneros animais mais comprados (comunicação pessoal de L. GAMBINI).
- 20 A dieta das monjas seria, então, tipicamente terrestre, tendo por base as plantas do tipo C_3 (como exemplo temos o trigo, o arroz, os feijões e os tubérculos) e proteína de animais terrestres, com a contribuição de plantas C_4 (milho, sorgo, milho painço e cana-de-açúcar), envolvendo também recursos marinhos e de água doce. Nomeadamente, foram recuperadas grandes quantidades de *Cerastoderma edule* (berbigão) entre os restos faunísticos. Não obstante a grande homogeneidade observada na dieta das clarissas através das análises de isótopos estáveis, é de destacar dois casos, o MSCV A6 e o MSCV A26. No primeiro caso, os valores isotópicos ($\delta^{13}\text{C}$ de $-21,2\text{‰}$ e de $\delta^{15}\text{N}$ de $5,4\text{‰}$) demonstram que esta clarissa seguiria uma alimentação baseada, quase exclusivamente, em plantas C_3 , enquanto no segundo os valores ($\delta^{13}\text{C}$ de $-13,9\text{‰}$ e de $\delta^{15}\text{N}$ de $12,1\text{‰}$) indicam um maior consumo de alimentos marinhos e/ou de animais que consumiam plantas C_4 (galinhas que consumiriam milho e/ou milho painço). Curiosamente, estas clarissas são mais novas (teriam entre 20-35 anos) do que as restantes, pelo que se pode colocar a possibilidade de terem eventualmente entrado recentemente na ordem, estando ainda num processo de adaptação à alimentação vigente. Porém, não podemos descartar a hipótese de se tratar de uma simples escolha das mesmas em seguir uma alimentação diferente.
- 21 Após a análise de vários dados foi possível perceber, a partir dos valores isotópicos, a grande homogeneidade na dieta das monjas, existindo apenas duas religiosas que seguiriam uma alimentação diferente, e a grande variedade do regime alimentar destas religiosas, a partir dos dados da fauna, carpologia e fontes históricas. A questão, porém, impõe-se: a abstinência alimentar seria uma opção ou uma regra? Talvez fosse uma exceção à regra, mas que envolve uma explicação razoável: as condições do mosteiro. As sucessivas cheias provocadas pelo rio, e que iam deteriorando o mosteiro, afetariam também a saúde das freiras. Para fazer face às condições deploráveis que se foram prolongando, as monjas pediram às autoridades religiosas para não seguirem as restrições alimentares do consumo de carne durante a maior parte do ano. Assim, foi decretada uma bula papal em 1507 pelo Papa Júlio II onde estaria indicado que as clarissas de Santa Clara de Coimbra estariam autorizadas a comer carne durante o ano

inteiro, exceto durante o Advento e às quartas-feiras (MORENO-GARCIA et al., 2010, 53). As clarissas de Coimbra não seguiram, então, as regras religiosas da alimentação, em que se destacaria um maior consumo de peixe, como foi referido anteriormente.

- 22 As fontes históricas sugerem que as condições de vida no mosteiro moldaram as suas opções no que toca ao regime alimentar. Noutros casos de casas religiosas, onde também foi já realizado um estudo isotópico, e apesar das diferentes cronologias, é possível perceber que as opções alimentares poderiam seguir ou não as regras religiosas, mas também poderiam estar relacionadas com o tipo de recursos disponíveis, situação económica ou até mesmo o estatuto social. Como exemplo apresentamos a igreja de São João de Almedina (séculos XII a XV), em Coimbra, onde a sua população (clero e nobreza) seguiria uma dieta predominantemente terrestre, justificada talvez pelo estatuto social e pelo acesso a variados recursos terrestres (LUXTON, 2015, 78–79). Já no Convento de São Francisco de Santarém (séculos XIII a XVI), na alimentação da população (nobreza e talvez clero) denota-se um grande consumo de proteína marinha, talvez devido ao cumprimento das regras religiosas (LUXTON, 2015, 79), sendo de referir a proximidade ao rio, que possibilitaria a sua comercialização.

Conclusões

- 23 O regime alimentar das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, envolvia uma dieta tipicamente terrestre, com plantas C_3 e animais terrestres, e talvez a inclusão de algumas plantas C_4 , alguns recursos marinhos e de água doce.
- 24 Através da combinação dos estudos faunísticos, carpológicos e dos registos históricos com as análises isotópicas, foi possível perceber que podem ter existido vários fatores que moldaram as opções alimentares de várias casas monásticas: as condições de vida, a situação económica, os recursos alimentares disponíveis e/ou estatuto social.
- 25 Neste caso específico foi interessante analisar que as condições de vida insalubres no mosteiro podem ter induzido as clarissas a optar por uma alteração na sua alimentação, convertendo a abstinência alimentar, com autorização da Igreja, num regime mais leve.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. F. P. C. (2011) – In oboedientia, sine próprio, et in castitate, sub clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (Sécs. XIII-XIV). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de doutoramento.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2014) – A Doçaria num Receituário Conventual Masculino. O Caderno do Refeitório de 1743. I Jornadas de Doçaria Conventual. Investigação, História e Certificação, Tibães, 30 de maio – 1 de junho de 2014. Braga: pp. 1–22.

CHISHOLM, Brian; NELSON, David; SCHWARCZ, Henry (1982) – Stable-carbon isotope ratios as a measure of marine versus terrestrial protein in ancient diets. *Science*. Vol. 216, n.º 4550, pp. 1131–1132.

COELHO, Maria Helena da Cruz (2015) – A Vida Quotidiana Medieval Portuguesa. *Percursos Historiográficos. Imago Temporis. Medium Aevum* [em linha]. Vol. IX: pp. 343–359 [consult. 10 de maio 2022]. Disponível em https://repositori.udl.cat/bitstream/handle/10459.1/57037/Imago_Temporis_9_2015.pdf?sequence=1

CONDE, Antónia Fialho (2013) – Das Penas do Purgatório à Punição no Quotidiano Claustal Feminino em Portugal. In Carreiras, José. Albuquerque (dir.). *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Tomo II. Actas do Congresso, Alcobaça, 14–17 de junho de 2012. Alcobaça, JORLIS: pp. 397–412.

CÔRTE-REAL, Artur (2001) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Novos dados para o seu conhecimento. Operação arqueológica 1995–1999. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.

CÔRTE-REAL, Artur (coord.) (2009) – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade. Coimbra: Direcção Regional de Cultura do Centro.

DELL’OSSO, Liliana [et al.] (2016) – Historical evolution of the concept of anorexia nervosa and relationships with orthorexia nervosa, autism, and obsessive-compulsive spectrum. *Neuropsychiatric Disease and Treatment* [em linha]. Vol. 12: pp. 1651–1660 [consult. 10 de maio de 2022]. DOI: 10.2147/NDT.S108912.

DETRY, Cleia; GAMBINI, Lígia; CÔRTE-REAL, Artur (2014) – At table with the nuns: the mammals of 17th century Santa-Clara-a-Velha Monastery (Coimbra, Portugal). *British Archeological Reports*. Vol. 2662, pp. 117–128.

DETRY, Cleia; MORENO-GARCÍA, Marta (2008) – Análise preliminar dos materiais arqueofaunísticos recuperados no mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra): sondagem 41. *Trabalhos do CIPA*. N.º 119: pp. 1–31.

DENIRO, Michael (1987) – Stable Isotopy and Archaeology. *American Scientist*. Vol. 75, n.º 2, pp. 182–191.

DENIRO, Michael; EPSTEIN, Samuel (1978) – Influence of diet on the distribution of carbon isotopes in animals. *Geochimica et Cosmochimica Acta*. Vol. 42: n.º 5, pp. 495–506.

FAHY, Geraldine [et al.] (2017) – Bone deep: Variation in stable isotope ratios and histomorphometric measurements of bone remodelling within adult humans. *Journal of Archaeological Science* [em linha]. Vol. 87: pp. 10–16 [consult. 29 de fevereiro de 2020]. DOI: 10.1016/j.jas.2017.09.009.

FERNANDES, Maria Eugénia (1992) – O mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730–80). Porto: Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

HARRIS, James C. (2014) – Anorexia Nervosa and Anorexia Mirabilis. Miss K.R. – and St Catherine of Siena. *JAMA Psychiatry* [em linha]. Vol. 71, N.º 11, pp. 1212–1213 [consult. 10 de maio de 2022]. DOI: 10.1001/jamapsychiatry.2013.2765.

JØRKOV, Marie.; HEINEMEIER, J.; LYNNERUP, Niels (2009) – The petrous bone - a new sampling site for identifying early dietary patterns in stable isotopic studies. *American Journal of Physical Anthropology* [em linha]. Vol. 138, n.º 2, pp. 199–209 [consult. 22 de fevereiro de 2019]. DOI: 10.1002/ajpa.20919.

LONGIN, R (1971) – New method of collagen extraction for radiocarbon dating. *Nature* [em linha]. Vol. 230, pp. 241–242 [consult. 10 de novembro de 2018]. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/230241a0>

LOPES, Célia (2001) – As Clarissas de Coimbra dos séculos XIV a XVII: paleobiologia de uma comunidade religiosa de Santa Clara-a-Velha. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.

LUXTON, Sarah (2015) – Exploring the relationship between diet and osteoporosis in Medieval Portugal using stable isotope analysis. Alaska: University of Alaska Fairbanks. Dissertação de mestrado.

MANOLAGAS, Stavros (2000) – Birth and death of bone cells: basic regulatory mechanisms and implications for the pathogenesis and treatment of osteoporosis. *Endocrine Reviews*. Vol. 21, n.º 2, pp. 115–137.

MORENO-GARCÍA, Marta; DETRY, Cleia (2010) – The dietary role of hens, chickens and eggs among a 17th-century monastic order: the Clarisse of Santa Clara-a-Velha, Coimbra (Portugal). In PRUMMEL, W.; ZEILER, J. T.; BRINKHUIZEN, D. C. (eds.) – *Birds in Archaeology. Proceedings of the 6th Meeting of the ICAZ Bird Working Group in Groningen*. Groningen. Vol. 6, pp. 45–55.

MOURÃO, Teresa (2004) – Entre murmúrios e orações: aspectos da vida quotidiana do Convento de Santa Clara-a-Velha captados através do espólio funerário (séculos XVI e XVII): proposta de exposição. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.

NÚÑEZ, Clara Cristela Rodríguez (1995) – El conventualismo femenino: las Clarissas. *Actas VI. Semana de Estudios Medievales*, 31 de julho – 4 de agosto de 1995. Nájera.

QUEIROZ, Paula; MATEUS, José; RUAS, José (2007) – Santa Clara-a-Velha: o quotidiano para além da ruína – frutos e sementes recolhidos nos trabalhos de escavação arqueológica (1996-2001). *Trabalhos do CIPA* [em linha]. Vol. 111, pp. 1–17 [consult. 16 de dezembro de 2018]. DOI: 10.13140/RG.2.2.11101.00480.

SANTOS, Maria José Azevedo (2011) – D. Isabel de Aragão, Rainha Santa, 1270(?)–1336. Vila do Conde: QuidNovi e Autores.

SANTOS, Maria José Azevedo (2015) – As regras da Regra Santa Clara: Códice do século XVI. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SCHOENINGER, Margaret. (1995) – Stable isotope studies in human evolution. *Evolutionary Anthropology*. Vol. 4, n.º 3, pp. 83–98.

SCHOENINGER, Margaret; DENIRO, Michael (1984) – Nitrogen and carbon isotopic composition of bone collagen from marine and terrestrial animals. *Geochimica et Cosmochimica Acta*. Amesterdão. Vol. 48, n.º 4, pp. 625–639.

SILVA, Ricardo (2015) – Os hábitos alimentares das religiosas do convento dos Remédio de Braga (século XVIII). *Hábitos Alimentares e Práticas Quotidianas nas Instituições Portuguesas. Da Idade Moderna ao Período Liberal* [em linha]. Vol. 1, pp. 9–16 [consult. 26 de novembro de 2018]. Disponível em https://www.academia.edu/21427405/H%C3%A1bitos_Alimentares_e_Pr%C3%A1ticas_Quotidianas_nas_Institui%C3%A7%C3%B5es_Portuguesas.Da_Idade_Moderna_ao_Per%C3%93do_Liberal

UMBELINO, Cláudia (2006) – Outros sabores do passado: as análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolítico final e do Neolítico final/Calcolítico do território português. Coimbra: Universidade de Coimbra. Dissertação de doutoramento.

VASCONCELOS, António (1993) – Dona Isabel de Aragão, reprodução fac-similada da edição de 1891-1894. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra.

NOTAS

1. Excluíram-se três amostras, uma amostra humana e duas de fauna (ovelha e veado), por não estarem dentro dos parâmetros de qualidade do colagénio definidos por DeNiro (1985) e Ambrose (1990).

RESUMOS

A dieta das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (séculos XIV a XVII) foi caracterizada através da realização de análises de isótopos estáveis de carbono ($\delta^{13}\text{C}$) e de azoto ($\delta^{15}\text{N}$) no colagénio ósseo de 28 esqueletos humanos. Confrontaram-se os resultados obtidos com dados históricos, carpológicos e zooarqueológicos. Os valores observados de $\delta^{13}\text{C}$ (entre $-18,3\text{‰}$ e $-16,5\text{‰}$) e de $\delta^{15}\text{N}$ (entre $11,6\text{‰}$ e $13,6\text{‰}$) sugerem uma alimentação homogénea, baseada em alimentos terrestres, sobretudo plantas C_3 e animais que consomem essas plantas, provavelmente complementada com plantas C_4 , incluindo também alimentos marinhos e/ou recursos de água doce. O grande contributo de proteína animal revela que esta comunidade não terá seguido as regras de abstinência alimentar, algo corroborado historicamente pela prévia autorização dada pelas autoridades religiosas, aparentemente como forma de contornar as condições precárias do mosteiro, consequência das constantes cheias do rio Mondego.

The diet of the clarisses of the Santa Clara-a-Velha Monastery of Coimbra (14th to 17th centuries) was characterized by the analysis of stable isotopes of carbon ($\delta^{13}\text{C}$) and nitrogen ($\delta^{15}\text{N}$) on 28 human skeletons. The results were compared with historical, carpological and zooarchaeological data. The values observed of $\delta^{13}\text{C}$ (between -18.3‰ and -16.5‰) and $\delta^{15}\text{N}$ (between 11.6‰ and 13.6‰) suggest a homogeneous diet, based on terrestrial foods (C_3 plants and terrestrial protein), including marine foods and/or freshwater resources and likely some C_4 plants. The community had a varied diet, with a high intake of animal protein, evading the rules of food abstinence. This option, with prior authorization given by the religious authorities, was taken due to the precarious conditions of the monastery, a consequence of the constant flooding of the Mondego River.

ÍNDICE

Palavras-chave: clarissas, mosteiro, isótopos, dieta

Keywords: clarisses, monastery, isotopes, diet

AUTORES

ANA RIBEIRO

Universidade de Coimbra, Departamento de Ciências da Vida,
ana_sofia5@outlook.pt

ANNE-FRANCE MAURER

Laboratório HERCULES, Universidade de Évora
annefrance.maurer@gmail.com

CLÁUDIA RELVADO

Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour, Universidade do
Algarve
claudia.relvado@gmail.com

CRISTINA BARROCAS DIAS

Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora
cmbd@uevora.pt

TERESA FERNANDES

Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora
Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra
tmf@uevora.pt

CLEIA DETRY

UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa
cdetry@letras.ulisboa.pt

CLÁUDIA UMBELINO

Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra
umbelino@antrop.uc.pt

Do Documento à Arqueologia

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo

Francisco José Baião

NOTA DO EDITOR

O presente texto não segue a grafia estabelecida pelo Acordo Ortográfico de 1990.

NOTA DO AUTOR

O autor agradece à Senhora Professora Antónia Fialho Conde, da Universidade de Évora, as simpáticas e utilíssimas sugestões para a redacção deste trabalho.

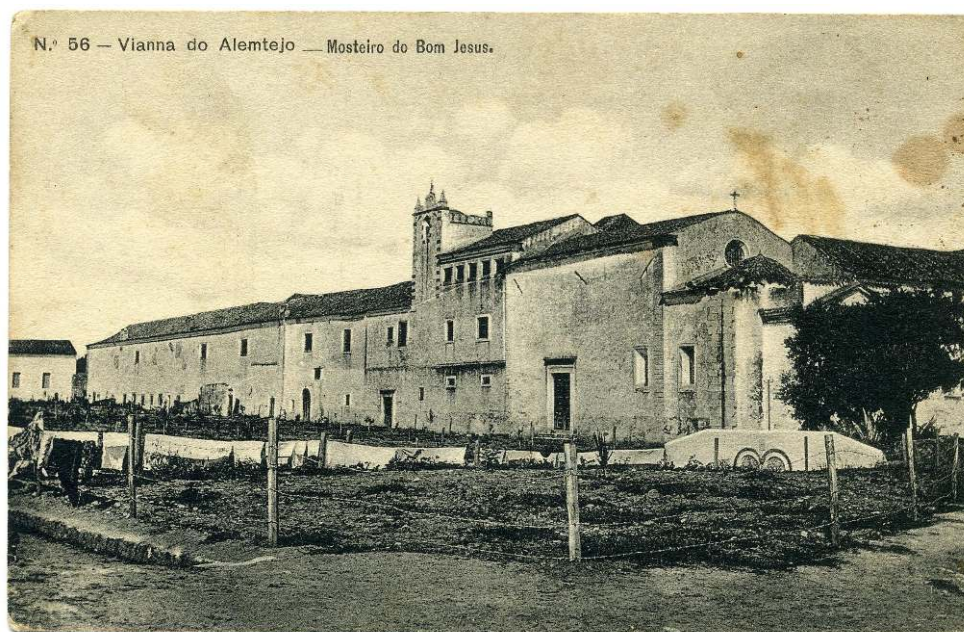
Introdução

- 1 Localizada no Alentejo Central, a escassos trinta quilómetros a sul da cidade de Évora e bem à sua vista, a vila de Viana do Alentejo terá sido uma fundação *ex-nihilo* de meados do século XIII, sendo seu primeiro senhor Gil Martins, dos Riba de Vizela. O primeiro foral tê-lo-á recebido de D. Dinis, em 1313, desconhecendo-se, contudo, o seu paradeiro; ¹ mais tarde, em 1516, D. Manuel I concedeu-lhe novo foral.
- 2 O convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi fundado em 1548 por um grupo de senhoras beatas da vila, lideradas por Brites Rodovalho, filha de uma das mais abastadas e influentes famílias vianenses da altura. Terá sido por sugestão da Infanta D. Isabel – mulher do Infante D. Duarte, um dos filhos do rei D. Manuel I – que a novel congregação se inscreveu na Ordem de S. Jerónimo,² tendo sido, em Portugal, o único convento feminino dessa corporação. Foi a primeira congregação religiosa regular a instalar-se na Viana transtagana. Seria seguida, poucos anos depois (1578–1580) e por acção da mesma família Rodovalho, pelo Convento de Nossa Senhora da Piedade ou de S. Francisco, o qual, até 1834, acolheu um cenóbio de frades franciscanos, da ordem terceira regrante.³ Nele funciona, desde meados do século passado, o Centro

de Assistência Infantil do Imaculado Coração de Maria, sob a regência das irmãs hospitalleiras das Trinas de Mocambo, de Lisboa.

- 3 Mas antes já a vila teria conhecido duas comunidades de cariz religioso, ainda que não regrentes. A primeira, de natureza eminentemente eremítica, foram os «*homens da pobre vida*», movimento que, no Alentejo, se difundiu a partir de um grupo sediado na Serra de Ossa.⁴ Em Viana, sabemos que estiveram instalados nos ermos da serra de S. Vicente, numa zona que, ainda hoje, dá pelo nome de *Provenças*.⁵ Deles apenas conhecemos um documento da Chancelaria de D. Duarte, datado de 1436, solicitando autorização ao monarca para vender a propriedade onde então residiam, de nome *Zarco*, uma vez que a mesma era desprovida de água.⁶ A segunda comunidade é de existência muito mais incerta. Apenas podemos deduzir a sua presença na vila através de três pequenas referências expressas num documento da Misericórdia local, produzido por volta de 1534, onde se enumeram e descrevem, com as respectivas confrontações, os bens que na altura foram nela integrados e que tinham pertencido à extinta Confraria dos Homens Bons Ovelheiros de Viana do Alentejo.⁷ Seria uma irmandade de mulheres *beguinas*,⁸ que teriam vivido numas casas da antiga Rua da Chafurda, hoje Rua João Chagas.⁹

Figura 1. Alçado principal do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, por volta de 1905. Bilhete postal n.º 58 da edição de Alberto Malva, cliché de Viriato Campos (1878–1937).



Fonte: Autor.

Elementos para a história do convento do Bom Jesus de Viana

- 4 Depois de ter conhecido umas primeiras e provisórias instalações perto do centro da vila, na Rua do Poço Novo (agora Rua António Isidoro de Sousa), a novel comunidade hieronimita vianense instalou-se nos terrenos do então chamado Rossio da Fonte Coberta, onde, em 1554, começou a ser construído o actual edifício (Figura 1). Por volta

de 1560 já as freiras jerónimas ocupavam as instalações, se bem que, sabemo-lo agora, ainda desprovidas do claustro central e de parte dos edifícios que o envolvem, restringindo-se os cómodos da altura à chamada *cerca velha*. A fundadora, que em religião tomou o nome de *madre Brites da Coluna*, não chegou a ver concluída a obra, uma vez que faleceu em 1555, tendo sido enterrada sob a coluna que suporta a abóbada do coro baixo.¹⁰

- 5 Emergindo num tempo em que o Concílio de Trento (1545–1563) procurou combater as práticas desviantes de uma parte do rebanho católico, assumiram-se os conventos ditos *reformados*, entre eles os Jerónimos, como modelos de boa conduta, locais moralmente prestigiados onde, por vezes, os prevaricadores ou prevaricadoras de outras congregações menos cumpridoras iam expiar as suas culpas.¹¹
- 6 Convento de vida relativamente folgada,¹² nele estanciaram alguns elementos do alto clero eborense, talvez atraídos a Viana pelos bons ares da terra e pela doce gastronomia conventual. Em 1804, aquando da segunda consagração do novo Santuário de Nossa Senhora de Aires, aqui se acomodou o arcebispo de Évora, Frei Manuel do Cenáculo. Outros prelados eborenses já por cá tinham passado, sobretudo durante as chamadas *Visitações*.¹³ Sendo que o Convento do Bom Jesus estava sob a tutela da *Mitra* de Évora, cabia ao arcebispo *visitá-lo*, isto é, fazer ou mandar fazer-lhe inspecções, normalmente de três em três anos, com o propósito de aferir o bom governo da casa, tanto no que dizia respeito aos assuntos espirituais, como aos temporais. Dessas *Visitações* eram produzidas actas, por vezes muito ricas em detalhes, que hoje nos permitem ter uma ideia de como seria a vida das freiras hieronimitas nas suas mais variadas facetas. Alguns desses livros de actas lograram chegar aos nossos dias,¹⁴ tendo a sua leitura e análise sido preciosa para, em sede de acompanhamento arqueológico da empreitada de requalificação, se identificarem e interpretarem algumas das estruturas do complexo monástico.
- 7 Contrariamente ao que se poderia supor, no apogeu da sua existência, o dia-a-dia da Casa seria muito complexo e, por vezes, bastante conflituoso. Pensemos que em determinados momentos terão vivido dentro das paredes do Bom Jesus de Viana do Alentejo mais de setenta mulheres, entre freiras de véu negro e véu branco, criadas da casa ou particulares, meninas do coro, senhoras recolhidas e mesmo, por vezes, crianças do sexo feminino. Mulheres que, não raras vezes, ingressavam no cenóbio, não por vocação ou vontade própria, mas sim por imposição familiar. Mulheres oriundas de condições sociais distintas e que, por isso mesmo, não abdicavam de prolongar no espaço claustral essas mesmas diferenças. Um artigo da acta de uma *Visitação* feita em Março de 1726 pelo Cónego da Sé de Évora, Manuel Guerreiro de Brito, tentava colocar ordem numa disputa entre as freiras – quem ficava à frente e quem ficava atrás na assistência ao Coro Alto:

«Mando que as cadeiras do Coro se distribuão segundo a antiguidade das religiosas e que cada hua se assente na que lhe couber no ser turno, não uzurpando para si a cadeira que compete de outras. E só quando Deos levar alguma religiosa para a melhor vida, poderão mudar de cadeira, ocupando a que ficar imediata na antiguidade a cadeira que vagar.»¹⁵
- 8 Mas era difícil fazê-las aceitar a decisão do visitador. Porque uma religiosa moça, oriunda da aristocracia de primeira ou segunda linha da corte lisboeta, nunca aceitaria ficar atrás de uma outra que, embora sendo muito mais velha em idade ou em anos de casa, poderia não passar de uma mera filha da fidalguia menor de província...

- 9 A vida interna do mosteiro era organizada por uma *Constituição* ou *Regra*, neste caso a Regra de Santo Agostinho, que impunha às suas monjas uma vida de clausura e de contemplação.¹⁶ A partir da chamada porta claustral, a que se acedia pela *casa da portaria de fora*, entrava-se num espaço privado e de silêncio, pleno de interdições a que até não escapavam os padres do cenóbio. Com efeito, parece não ter existido ligação interna entre as áreas onde estes se movimentavam – igreja, sacristia pequena e parte dos confessionários – e as diversas instalações das freiras, sendo a comunicação efectuada sempre através de grades de ferro ou do *torno*, uma espécie de janelinha dispondo de uma plataforma giratória, ou *roda*, pela qual se podia passar os objectos que não coubessem nos intervalos das grades. Existiam dois *tornos*: um na *casa da portaria de fora*, ligando esta com a *casa da portaria de dentro*; outro na *sacristia pequena*, ligando-a ao espaço que pensamos ter sido a *sacristia grande*. Mesmo o médico da casa, quando chamado para acudir a alguma aflicção, tinha de se sujeitar a um severo protocolo, como nos dá conta um outro artigo da mesma *Visitação*:

«E sendo necessario applicar-se ainda algum remedio à agonizante, para o que seja preciso ser vizitada pello medico, entrará o mesmo na clausura, e indo em direitura aonde estiver a enferma, acompanhado ao menos de tres religiosas das mais anciaens do Convento: E tanto que tiver receitado, ou applicado os remedios convenientes, sairá da clauzura com o mesmo acompanhamento via recta (...)»¹⁷

- 10 São também os textos das *Visitações* que nos permitem enxergar a dieta alimentar das monjas,¹⁸ intrinsecamente ligada aos recursos decorrentes dos rendimentos dos bens fundiários possuídos pela congregação, muitas vezes pagos em produtos da terra:

«Por ser muito justo se tratem as doentes com toda a charidade. Mandamos a Reverenda Madre Priora Presente e Futuras em virtude de obediência e sob pena de suspensão de seu officio por dois meses que sempre que alguã Religiosa adoecer e o medico lhe mandar comer galinha se lhe faça dar ao jantar hum quarto de galinha em especie feita e cozida na cozinha da enfermaria. e a noite se lhe dará alguma dieta de ervas saudaveis como chicoria alface, borragens, ameixas passadas etc. e a galinha se lhe dará tambem no tempo da convalescencia enquanto o medico disser que lhe he necessaria.»¹⁹

- 11 A Ordem Jerónima distinguiu-se em vários domínios do saber. Geralmente os seus membros eram bastante cultos, conhecedores de línguas estrangeiras, sobretudo das chamadas *línguas mortas*, ligadas ao estudo dos textos sagrados. Esse já tinha sido um atributo do seu patrono, S. Jerónimo, ele próprio responsável pela fixação, no latim, dos textos bíblicos – a chamada *vulgata*, usada pela igreja durante séculos. Mas era a música o principal predicado artístico da congregação hieronimita. No reinado de D. José chegaram as freiras vianenses a possuir, para entretenimento de residentes e convidados, um *afamado quarteto de instrumentos de cordas*, ao que parece oferecidos por uma Duquesa de Cadaval.²⁰
- 12 O declínio da casa começou com a revolução liberal de 1820. Em 1834 foram encerrados todos os mosteiros masculinos e proibidas novas entradas (ou *profissões*) nos femininos, que também foram sendo fechados à medida que as suas últimas freiras iam morrendo. Expropriadas da maioria dos recursos que as alimentavam, as monjas vianenses passaram a viver com grandes dificuldades, começando também o edifício a reflectir os apertos financeiros das suas habitantes, que começaram a descurar a sua manutenção.
- 13 À morte da última priora, Maria Miquelina de Vasconcelos, em 4 de Janeiro de 1902, a casa foi encerrada e parte dos seus bens móveis vendidos em hasta pública. Antes dessa venda foi feita uma escolha, destinando-se algumas das melhores peças de mobiliário,

tapeçarias, jóias e paramentaria ao Museu Nacional de Belas Artes (o actual Museu Nacional de Arte Antiga), os livros e demais documentação à Torre do Tombo, Biblioteca Pública de Évora e Inspecção Geral das Bibliotecas. Alguns outros artefactos foram entregues à arquidiocese eborense e às paróquias de Viana e de Alcáçovas.

- 14 Depois de várias vicissitudes, o Convento acabou vendido, em 1917, a Elías Balesteros,²¹ o então chefe da estação de caminho-de-ferro de Viana do Alentejo. Ao longo de todo o século XX, o edifício foi vítima das maiores atrocidades, umas provocadas pelos elementos naturais, outras pelo homem, tendo ruído uma parte substancial dos pisos superiores da zona mais antiga, principalmente os do lado nascente e do lado norte, confrontando com a cerca velha. Por volta de 1920, o seu proprietário mandou arrancar todos os azulejos que guarneciam algumas das paredes, sobretudo as da igreja (Figura 2a), tendo-os depois vendido a Rui Sommer de Andrade. Este acabou por oferecer parte deles à paróquia do Entroncamento, que os mandou colocar na sua Igreja Matriz, onde, ainda hoje, podem ser vistos (Figura 2b).²² Em 1937, na sequência da morte de Elías Balesteros, o prédio foi seccionado em dois cadastros. Os herdeiros da parte ocidental, a mais pequena e recente, mandaram retalhar e adaptar o quinhão recebido em cerca de dezena e meia de pequenas habitações familiares, para arrendamento. Para tal, foi praticamente demolido todo o interior do primeiro piso, onde tinha estado instalado o *dormitório novo*, e rasgadas algumas das abóbadas do piso térreo para a instalação de lanços de escadas.

Figura 2. a) Aspecto parcial da Igreja do Convento, vendo-se os negativos resultantes do arranque do revestimento azulejar. Em baixo, à esquerda, parte de uma roda de oleiro, do tempo em que ali funcionou uma olaria. **b)** Igreja Matriz do Entroncamento, onde se encontra grande parte dos azulejos retirados, nos inícios do século XX, do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo. **c)** Reconstituição do padrão, a partir de um azulejo de tipo sevilhano de arestas (inícios século XV?) encontrado durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da empreitada de reabilitação do Convento do Bom Jesus.



Fonte: Autor.

- 15 Em meados do século passado, viviam e trabalhavam, em todo o Convento, perto de uma centena de pessoas, algumas delas em condições de verdadeira miséria. A igreja foi transformada em olaria, explorada durante largas décadas por Américo Augusto Alves, mais conhecido por *António Laranjo*.²³ Nas sacristias, depois de terem ruído por completo as construções de primeiro piso que se lhes sobrepunham, foram construídos dois fornos para a cozedura da loiça (Figura 7a). No coro baixo, sala anexa à igreja que durante séculos funcionou como necrópole da comunidade, habitaram famílias cujos filhos, alegremente, brincavam com os ossos humanos que, a pouco e pouco, iam sendo postos a descoberto nos buracos do pavimento de terra batida... Nos claustros passeavam galinhas e ovelhas, a um canto do pátio principal nasceu um belíssimo

loureiro. Nessa altura poucos acreditavam que o Convento não estivesse destinado à pura e simples demolição.

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo no século XXI

- 16 O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo entrou no século XXI já quase totalmente esvaziado de habitantes e em avançado estado de ruína (Figura 3). Situado no flanco setentrional da zona de expansão urbana da vila, tudo indicava ser o camartelo o seu destino, dando lugar a mais uma *moderna urbanização*. Tê-lo-á salvo a crise económica que, logo no final da primeira década deste século, afectou sobretudo o sector da construção civil. Estando nas mãos de um empreiteiro a parte do prédio maior e mais antiga, a de nascente, aquele, ao entrar em incumprimento bancário e fiscal, viu a mesma ser levada a hasta pública pela Autoridade Tributária. Adquirida por um particular, este acabou, dois ou três anos mais tarde, por também comprar a parte restante, ainda nas mãos de descendentes de Elias Balesteros.
- 17 Os trabalhos de consolidação e reabilitação do edifício iniciaram-se em Janeiro de 2018. O respectivo projecto de arquitectura e engenharia foi precedido de sondagens geológicas e arqueológicas que tiveram como objectivo determinar a solidez dos seus enrocamentos e a existência, ou não, de elementos patrimoniais e/ou arqueológicos eventualmente presentes nos solos. O programa reconstrutivo previa a demolição de algumas estruturas do complexo conventual, que já estavam praticamente derruídas, sobretudo os anexos do alçado norte. Todas as divisões *áulicas* do imóvel – sala do capítulo, refeitório, sacristias pequena e grande, igreja, coros alto e baixo, claustros e as portarias de fora e de dentro – manteriam as suas primitivas geometrias e volumetrias, prevendo-se também o restauro dos respectivos elementos decorativos.

Figura 3. Aspecto de uma das salas da ala NE, em 2018, antes do início das obras.



Fonte: Autor.

- 18 Uma vez que o complexo monástico não estava protegido por qualquer tipo de classificação, não foi imposto ao seu novo proprietário qualquer obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico para os trabalhos de reabilitação. Contudo, este – caso raro – entendeu por bem que todas as acções que envolvessem movimentação de terras, desmontagem de pavimentos, paramentos e outras estruturas, assim como a picagem e remoção de rebocos, fossem objecto de registo por parte de técnico habilitado em arqueologia, de forma a poder-se salvaguardar a informação neles contida e identificar estruturas e artefactos, porventura ainda desconhecidos, sobretudo os jazentes sob as camadas de entulhos resultantes da derrocada de paredes e abóbadas. E, nos casos em que daí resultasse uma real mais-valia patrimonial para o conjunto edificado, o seu restauro e reintegração.
- 19 Tendo-se conservado, oriundo do arquivo e livraria do Convento, um acervo documental de alguma relevância, propôs-se uma prática arqueológica na qual, partindo-se da sua leitura e análise crítica, se tentasse compreender as vivências da Casa ao longo dos séculos e, a partir daí, deduzir as estruturas físicas que lhes estariam assignadas. Quando em obra, o arqueólogo estaria, assim, de *olhar afinado*, atento aos mínimos vestígios de determinados artefactos e estruturas que sabia terem de facto existido, mas que, na ausência dessa informação documental prévia, lhe poderiam facilmente escapar. Se, é certo, algumas divisões do edifício lograram chegar aos nossos dias conservando os sinais inequívocos da sua utilidade monástica – por exemplo, o refeitório, com o seu púlpito onde se faziam as leituras que acompanhavam as refeições da comunidade –, outras há onde esses sinais são mais ténues ou simplesmente inexistentes, subsistindo a dúvida quanto à sua função.

- 20 De especial relevância para a percepção do funcionamento da casa hieronimita vianense e reconhecimento das suas estruturas foram, como já atrás referimos, as actas das *Visitações*, que se acharam repletas de informes sobre os quotidianos das monjas, as suas práticas religiosas, a complexa logística de suporte de vida, enfim, os próprios conflitos internos. Por elas ficamos a saber, por exemplo, que a casa possuía uma enfermaria, que nos finais do século XVI estaria situada perto das escadas que acediam ao primeiro piso:

«Mando so pena d obediencia á Madre Priora que dentro de 15 dias mande fazer huma porta mui forte no pe da escada que vai pera o dormitório ou no cimo della (de maneira que possão as freiras ir do dormitorio pera a **enfermaria**) com huma fechadura mui forte cuja chaue terá a Madre Priora, e ella mesma a fechará ou a sua vigaira».²⁴

- 21 Esta informação permitiu a identificação de uma ampla divisão do piso superior da ala norte como a muito provável enfermaria, que se encontrava já sem telhado e com parte do pavimento abatido. Provida de uma grande janela olhando o setentrião e a cerca velha, esta sala estava dotada de um pequeno altar que se encostava ao paramento nascente, cuja função seria a indispensável assistência religiosa às doentes. Este altar, construído em alvenaria e já em grande parte destruído, estava encimado por uma cruz central esgrafitada, ladeada por dois pequenos nichos sobre o vertical, destinados à colocação de imagens de santos. Ao lado de um dos três vãos que acedem a essa divisão podem-se ainda observar os vestígios de um pequeno recipiente embutido na parede, em forma de vieira, obrado em cerâmica local vidrada e destinado a pia de água benta. Muito embora a comunidade possuísse boticária e *partido médico*, o principal *equipamento hospitalar* era metafísico, pois acreditava-se que a cura advinha mais da graça divina que da medicina.²⁵

Breve síntese de alguns trabalhos arqueológicos efectuados

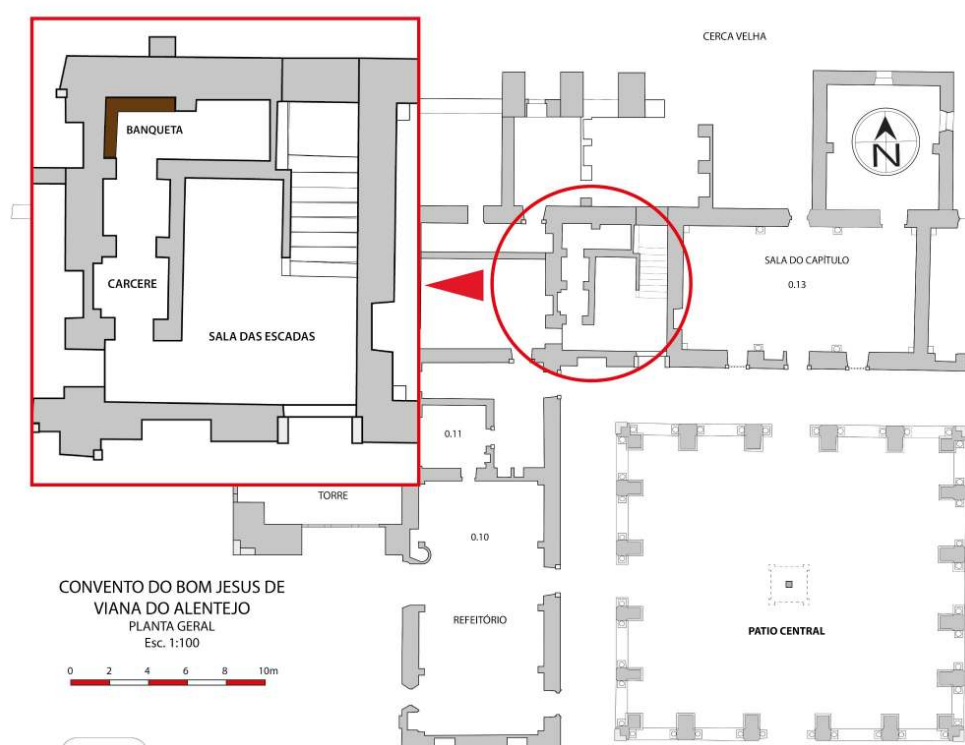
- 22 Na impossibilidade de aqui darmos conta da totalidade dos resultados de perto de dois anos de trabalho no acompanhamento das obras do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, onde reiteradamente usámos a metodologia que, sumariamente, podemos descrever como «exegese documental/prática arqueológica» – conjugada, obviamente, com outros métodos próprios da arqueologia, como o estratigráfico²⁶ ou a chamada *arqueologia da arquitectura*²⁷ –, ir-nos-emos circunscrever a mais dois exemplos cujos resultados, de certa forma, consideramos paradigmáticos da aplicação da referida metodologia.
- 23 Observemos, então, o primeiro. Os comportamentos individuais das monjas e criadas da casa eram, com frequência, objecto de controlo do *visitador*, que estabelecia penas não só para as prevaricadoras, mas também para aquelas outras cuja função era, precisamente, fazer cumprir o normativo vigente. Muitas vezes a sanção era a inibição de voz *activa e passiva*, isto é, do direito das freiras em eleger ou ser eleitas. Para as recalcitrantes existiam, contudo, penas mais pesadas, como a do cárcere:

«E toda a religiosa que for achada nas mesmas [grades] sem licença da Prelada ao depois de dadas as Ave Marias, será privada por tempo de dous mezes de tornar às grades e nos mesmos jejuará todas as Sextas feiras a pão e agoa e irá dizer a culpa ao refeitorio; Se alguã não quizer cumprir esta penitencia a Reverenda Madre Priora

a recolherá no **carcere**, e dará conta ao Prelado com toda a individuação para prover de remedio.»²⁸

- 24 Munidos desta informação, colocava-se o desiderato de localizar a prisão da casa, caso ela ainda fosse passível de ser identificada. E pensamos ter sido bem-sucedidos. O escadório que, a partir de uma divisão do canto NO do claustro, conduz ao piso superior assenta sobre um vão, em forma de «Γ», com pouco mais de um metro e meio de largura, totalmente praticável no seu interior. A sua localização e o facto de, na parte interna que faz ângulo recto, se encontrarem vestígios bem claros de uma banqueta corrida, também em forma de «Γ», construída em tijolo e manifestamente antiga, sugerem poder ser este o local onde terá estado instalado o cárcere da comunidade (Figura 4).

Figura 4. Localização do cárcere sobre parte da planta do piso térreo.



Fonte: Desenho do autor.

- 25 Servida por uma desaparecida porta, da qual restam vestígios da respectiva aduela, esta estreita masmorra recebia luz de cinco pequenas frestas verticais, abertas nas suas paredes. O que significa que a iluminação da enxovia seria muito escassa, uma vez que o próprio espaço onde está a escada, desprovido de vãos para o exterior, era, ele mesmo, fracamente iluminado.
- 26 No exterior do cárcere, na parede do lanço maior das escadas, pode ainda ler-se uma inscrição esgrafitada, aberta em caracteres capitais, mas já muito erodida. Recorda o episódio bíblico da *escada de Jacob*:

Ω

I.H.S.

LENBRENSE.DA DE IACOB. PELLA QVAL

ANIOS.SOBIAM

E DECIAM

Ω

I.H.S.

LENBRENSE.DA DE IACOB. PELLA QVAL

ANIOS.SOBIAM

E DECIAM²⁹

- 27 Acreditamos que este letreiro possa ser duplamente significativo: por um lado, procurava dar alento às velhas monjas para a subida das escadas. Por outro, recordava a quem sob elas cumpria pena o quão árduo e difícil é o caminho para se atingir o céu. Revestido de profundo simbolismo seria também o facto do calabouço se localizar num local onde, freiras e criadas, eram obrigadas a passar por cima, pois seria a única escada de acesso ao primeiro piso (Figura 5a). Apenas mais um pormenor: no interior do cárcere, debaixo de camadas de caiação mais recente, podem observar-se pelo menos dois grupos de riscos verticais feitos com objecto aguçado, marcas prováveis da contagem dos dias ali passados, feitas por uma ou mais das suas reclusas (Figura 5b).

Figura 5. a) Escadas de acesso ao primeiro piso: assinala-se o local da inscrição, podendo ver-se também algumas das frechas de ventilação do cárcere. **b)** No interior do vão das escadas / cárcere, alguns locais apresentam, debaixo de camadas de cal, riscos verticais que sugerem a contagem de tempo.



Fonte: Autor.

- 28 O segundo exemplo dos resultados produzidos pela metodologia seguida tem como pano de fundo as chamadas *casas da grade*. À Madre Priora competia autorizar conversas das freiras com o exterior, que podiam ocorrer no parlatório ou *ralo* – um vão de geometria quadrada, protegido por um gradeamento muito apertado em ferro,

ligando a *sala da portaria de dentro* à *sala da portaria de fora*. Ou nas *casas das grades*, duas divisões localizadas imediatamente ao lado da sala da *portaria de fora*. Mas essas conversações tinham de ser acompanhadas e ouvidas por outras religiosas, as *Madres Escutas*, cargo ou *ofício* reservado apenas às mais velhas. Somente haveria dispensa da sua presença quando a conversa fosse tida com familiares directos, pais ou irmãos:

«Nas grades assistirão sempre as escutas conforme o grande Patriarcha São Geronimo (...) Pello que conformando me com a Regra e Disposições de muitos Consilios, Mando debaxo de preceito de obediencia que se não dê grade a Religioza alguã sem escuta, e só a Reverenda Madre Priora poderá permittir a não tenham as que fallarem com Pays e Irmãos, não levando estes consigo pessoa de sospeita, porque levandoa, ou dando occasião a que alguã religiosa fique só com qualquer pessoa estranha de qualquer estado que seja se lhe não dará mais grade sem escuta, porque os Santos Concilios não exceptuão a ninguém.»³⁰

- 29 Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico do levantamento das cargas das abóbadas antigas foram recolhidas, em algumas delas, grande quantidade de peças de cerâmica utilitária, misturadas nos entulhos de carrego³¹ (Figura 6a). Trata-se, na sua maioria e a julgar pela qualidade do barro e da cozedura, de loiça de fabrico local, muita dela ainda em bom estado de conservação. Grande parte são peças fechadas – bilhas, infusas, cântaros, panelas, asados, potes, alcatruzes de nora –, mas também escudelas, fogareiros, coelheiras e até vasos de *noite* e calhandras. Também foram encontrados dois pequenos covilhetes em cerâmica vidrada, utilizados para a confecção de doçaria. Foram recolhidas, tratadas e inventariadas cerca de trezentas e cinquenta unidades, sabendo-se também, pela documentação que alude às obras nos locais onde estavam depositadas, que terão bem mais de quatrocentos anos de idade. Esta será, estamos em crer, a maior e melhor colecção de cerâmica antiga produzida em Viana do Alentejo, a qual, de alguma forma, atesta a excelência e a antiguidade da olaria local. Parte desse acervo será musealizado no próprio Convento, em sala que o proprietário pretende destinar para esse fim.

Figura 6. a) Loiça encontrada depositada na carga da abóbada da casa da grade nova. **b)** Aspecto parcial das peças de cerâmica local, retiradas das cargas das abóbadas das divisões do piso térreo.



Fonte: Autor.

- 30 A utilização da loiça nas cargas das abóbadas teria múltiplos intuitos, como o de lhes diminuir o peso, criando em simultâneo bolsas de arejamento. E também, segundo alguns autores, melhorar a acústica das salas sobre as quais era depositada. Esta técnica foi especialmente estudada na Sinagoga de Tomar, em 1943, por Santos Simões,³² sendo também referida por Mário Barroca:

«A Sinagoga de Tomar beneficia, ainda, de um engenhoso sistema acústico, comportando oito peças de cerâmica embutidas, duas a duas, nas esquinas do edifício, a cota elevada, o que permitia que as palavras proferidas pelo Rabi no espaço central do templo – onde se localizava a bima – fossem distintamente ouvidas em qualquer ponto da construção.»³³

- 31 Curiosamente, um dos locais onde se recolheu mais loiça foi na abóbada da principal e maior *sala da grade*. Ocorre-nos uma possível e simples explicação para tal: escolhidas as *Madres Escuta*, como atrás já referimos, entre as freiras mais idosas, estas seriam também as que maiores dificuldades auditivas teriam. Sendo assim, era necessário dotar os locais onde exerciam o seu mister com as melhores condições acústicas possíveis.

Figura 7. a) O antes e o depois. À esquerda, a zona da sacristia grande, podendo ver-se os dois fornos de coser loiça a que o texto faz referência. b) Ao centro, a mesma sala depois da reconstrução, praticamente total, do seu sistema de abóbadas nervuradas. c) À direita, o seu aspecto actual (2022), quando já se iniciaram os trabalhos das especialidades.



Fonte: Autor.

Considerações finais

- 32 Atendendo ao avançado estado de degradação em que se encontrava o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, estes serão, sem qualquer dúvida, os trabalhos de reabilitação patrimonial mais ambiciosos, complexos e dispendiosos que alguma vez decorreram no concelho de Viana do Alentejo. A sua concretização, nos moldes em que estão a ser feitos, apenas tem sido possível pelo empenho do seu proprietário – repitamo-lo, exemplo raro em Portugal –, mas também pela excelência das equipas de arquitectura, de engenharia e de construção que os têm vindo a realizar. Tratada com frequência, em sede de obra pública ou privada, como uma *obrigação dispensável*, a arqueologia tem aqui mostrado a sua relevância na identificação, registo, interpretação e valorização de estruturas e artefactos, alguns deles integrados no projecto final que, para tal, se tem mantido aberto.
- 33 Passados cento e vinte anos desde a data do seu encerramento, o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, única casa de monjas Jerónimas em Portugal, pode agora ter assegurado um futuro mais tranquilo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos Alberto F. de; BARROCA, Mário (2002) – *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- BEIRANTE, Maria Ângela (2011) – *Territórios do Sagrado – Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (1998) – *A Ordem das Ordens Religiosas – Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*. Lisboa: Caleidoscópio.
- DIAS, João José Alves (org.) (1998) – *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, vol. I, tomo II, 1435-1438*. Lisboa: Edição do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova.
- ESPANCA, Túlio (1978) – *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. Vol. I.
- FARRICA, Fátima (2015) – *No Espaço e no Tempo – Contributo para a História das Instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FARRICA, Fátima; BAIÃO, Francisco (2017) – *Os Forais Manuelinos de Aguiar e de Viana do Alentejo – 500 anos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FIGUEIREDO, Paulo (2004) – *Dicionário de Termos Arqueológicos*. Lisboa: Prefácio.
- FONTES, João Luís Inglês; SERRA, Joaquim Bastos; ANDRADE, Maria Filomena (2010) – *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*. Lisboa: Edições Colibri.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1998). Lisboa: Página Editora. Vol. 4.
- REMÉDIOS, Mendes dos (1928) – *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. II.
- SANTOS, Cândido dos (1996) – *Os Jerónimos em Portugal – Das origens aos fins do Século XVII*. Porto: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- SERRÃO, Vítor (2002) – *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*. Lisboa: Editorial Presença.
- SIMÕES, Santos (1943) – *Tomar e a sua Judiaria*. Tomar: Museu Luso-Hebraico.
- SOUSA, D. António Caetano de (1744) – *Agiologio Lusitano, dos Santos, e Varões Ilustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana. Tomo IV.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1989) – «Instituições de Assistência e de Culto». In Tavares, Maria José Pimenta Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fontes**
- A.M.F. (Arquivo do Ministério das Finanças), Fundo Documental da Direcção-Geral da Fazenda Pública – *Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo*, PT/ACMF/DGFP/RP/EVO/VDA/CONVF /002, 1911–1943.
- A.N.T.T. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 2.

A.N.T.T. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) – *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, c. 1534, PT/TT/FC/5/273, fl. 11.

B.P.E. (Biblioteca Pública de Évora) – *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso*, Livro 123, 1901, 1902.

B.P.E. (Biblioteca Pública de Évora) – *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, transcrição de Fátima Farrica.

NOTAS

1. Baião, 2017, «O Nascimento de Viana», in Farrica et al., 2017, 44 e seguintes.
2. Sousa, 1744, 333.
3. Campos, 2017, 288.
4. Campos, 2017, 91–92.
5. «Os eremitérios eram vulgarmente designados por *oratórios* ou *provincias* (...)» Cf. Beirante, 2011, 133. Trabalhos recentes de prospecção arqueológica realizados na zona, tendo em vista a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Viana do Alentejo, detectaram alguns vestígios de estruturas que se poderão relacionar com a presença da comunidade eremítica.
6. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. I, tomo II, 1435-1438, 1998, 307: item [1037]. Essa propriedade seria outra que não a actual herdade das *Provenças*, pois esta possui água em abundância. O que poderá significar que a pretensão dos eremitas foi atendida e que, depois da venda do *Zarco* – cuja localização se desconhece – aqueles se mudaram para este último lugar.
7. Acerca desta Confraria, uma das mais antigas no sul do país e ainda pouco estudada, veja-se: Tavares, 1989, 101 e seguintes.
8. Depois dos actos piedosos, a principal missão das beguinas era cuidar dos enfermos. Não eram uma ordem religiosa pois não faziam votos solenes. Em Portugal as beguinas ainda existiam no reinado de D. Manuel, muito embora, nos seus tempos finais, fossem vistas como um movimento quase herético. Cf. «Beguinas», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 4, 1998, 419.
9. «E parte as ditas casas da parte do norte cõ casas e quyntal de luyz pyz carpinteyro e da parte do levante parte o dito quintal cõ quintal **da braguinas**. (...)» – A.N.T.T. – *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, PT/TT/FC/5/273, c. 1534, p. 11. O negrito é nosso.
10. Sousa, 1744, 339.
11. Para o ilustrar, não resistimos em reproduzir um extracto de um rol de delitos, redigidos pela Inquisição de Évora por volta de 1620, transcritos e publicados em 1928 pelo académico Mendes dos Remédios (1928, 35–36):
«LIBELLOS E PROCESSOS DE TODO O GENERO DE DELICTOS DE QUE SE CONHECE NESTA INQ.AM PERA SE PODEREM POR ELLES FAZER OUTROS E PROCESSAR E JULGAR OS CASOS SEMELHANTES
LVIII – Dos que não crem que N. S.or Jesu Xp.º está no S.mo Sacram.to da Eucharistia
190 – Izabel Goes, freira professa de S. Monica desta cidade de Evora no ano de 1571. A qual quando comungava tirava de boca o S.mo Sacra.to e o metia atado em hü lenço nos peitos...*
Confessou seus erros por hü escrito que mandou á Mesa desta Inq.am de Evora; foi-lhe tomar sua confissão judicialm.te ao dito mosteiro o Inq.or Jer.º de Sousa, a qual foi vista e sentenciada nesta Inq.am. Foi-lhe lida sua sentença no mesmo mostrº diante do mesmo Inq.or e Notº e do Arcebpº desta cidade e abjurou em forma. **Foi mandada mudar... pº o Mostr.º de Viana deste Alemtjejo que he de Jeronimas...**»
Mendes dos Remédios introduziu ainda uma nota de rodapé em *: «Adivinhe o leitor o que a fria impassibilidade dum esbirro pode escrever, mas que a nossa pena se recusa a reproduzir.». O negrito é nosso.

12. O património fundacional, descrito em documento datado de 1553, era constituído por rendas provenientes de diversas herdades localizadas no termo do concelho e fora deste – normalmente pagas em moios de cereal –, por olivais, courelas, vinhas e por casas na vila. Também fazia parte desse património cabeças de gado e dinheiro. Cf. Farrica, 2015, «Instituir um Mosteiro no Século XVI – A fundação do Mosteiro do Bom Jesus», in Farrica, 2015, 72–73. Já no século XVIII, um artigo da *Visitação* feita em 1742 pelo arcebispo D. Frei Miguel de Távora admoestava as religiosas a «distractar» uma soma de capitais, que totalizavam mais de um conto e seiscentos mil réis, que traziam emprestado, «à razão de juro», a cerca de uma dezena de indivíduos de dentro e fora do concelho. Cf. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 22v e 23.
13. Tais foram os casos de D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora entre 1578 e 1602, ou ainda do já referido D. Frei Miguel de Távora, arcebispo entre 1751 e 1759. Eles mesmos *visitadores* da Casa em 1594 e 1742, respectivamente.
14. Parte dos livros de actas das *Visitações* estão hoje distribuídos por dois fundos documentais: na Torre do Tombo, em «PT/TT-MBJVA» e na Biblioteca Pública de Évora, em «BPE-RES Bom Jesus de Viana do Alentejo».
15. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 2.
16. De facto, «a chamada regra de Santo Agostinho não é mais do que um pequeno conjunto de princípios muito gerais, consignados em sete capítulos (...) Assim, a par da Regra, nasceram os Estatutos ou Constituições. Por elas se regulava o governo da Ordem (...)» Cf. Santos, 1996, 20–21.
17. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 10.
18. Leia-se, sobre este assunto, Farrica, 2015, «A Alimentação no mosteiro do Bom Jesus na Época Contemporânea», in Farrica, 2015, 91–121.
19. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 19v. Esta disposição da *Visitação* de Dezembro de 1742 tem ainda a particularidade de nos chamar a atenção para a existência, pelo menos à data da sua redacção, de um local específico para a confecção da alimentação das doentes, a «cozinha da enfermaria».
20. Espanca, 1978, 434.
21. Elias Balesteros, natural de Evoramonte, era filho de um espanhol, de Sevilha. O Convento foi à praça por 3.000\$00, tendo sido adjudicado por apenas 3.030\$00. Cf. A.M.F., Fundo Documental da Direcção-Geral da Fazenda Pública – *Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo*, PT/ACMF/DGFP/RP/EVO/VDA/CONVF/002, 1911–1943, Documento 3892/6, de 30 de Outubro de 1943.
22. Espanca, 1978, 430.
23. A este respeito, veja-se o interessante documentário titulado *Olaria de Viana do Alentejo*, conduzido por Fernando Russell Cortez e exibido pela RTP em 1 de Janeiro de 1973, acessível através de <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/olaria-de-viana-do-alentejo/>.
24. B.P.E. – *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, transcrição de Fátima Farrica. O negrito é nosso.
25. Um outro documento, desta vez produzido em 1901 e que faz o rol dos bens móveis da casa, identifica na enfermaria um conjunto assinalável de imagens e quadros de santos. Da leitura deste documento pode ainda inferir-se que a enfermaria se mantinha no mesmo espaço em que estava em 1594. Cf. B.P.E. – *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso*, Livro 123, 1901.
26. Horizontal, decorre da «disposição espacial de elementos, que permitem fazer uma estimativa da sucessão dos momentos» em que essa disposição ou dispersão de estruturas e/ou artefactos ocorreu. Cf. Figueiredo, 2004, 110.
27. A Arqueologia da Arquitectura, de prática relativamente recente entre nós, está representada em Portugal, tanto quanto julgamos saber, pelos trabalhos de Luís Fontes, da Universidade do

Minho e de Maria Magalhães Ramalho, da D.G.P.C. Mas é na vizinha Espanha que a prática deste tipo de arqueologia – e a concomitante produção de literatura teórica e metodológica – tem vindo a conhecer um apreciável desenvolvimento. Vejam-se, a este respeito e apenas a título de exemplo, os trabalhos de Ana María Núñez Martínez, María de los Ángeles Utrero Agudo ou de Pablo Latorre González-Moro.

28. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 6. O negrito é nosso.

29. O carácter Ω está muito sumido, razão pela qual Túlio Espanca, quando copiou o letreiro, não o viu. Pensamos que por cima dessa letra poderá também estar o símbolo α , que só os próximos trabalhos de limpeza poderão pôr a descoberto. Alfa e ómega, o princípio e o fim.

30. A.N.T.T. – *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726–1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl. 6.

31. O enchimento ou carregamento do extradorso das abóbadas, era normalmente feito com entulhos provenientes de anteriores demolições, constituídos por cal de obra, fragmentos de cerâmica de construção e pedra miúda. Estes carregamentos, que em algumas abóbadas do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo chegam a ter perto de um metro de altura, dão consistência às mesmas e base de assentamento ao pavimento do piso que se lhes sobrepõe.

32. Simões, 1943.

33. Almeida et al., 2002, 132–133.

RESUMOS

A austera fachada do edifício domina todo o antigo *Rossio do Mosteiro*. Triste e abandonado, o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo esconde-se, como que envergonhado, por detrás do arvoredado do jardim. Passados cento e vinte anos desde o dia do seu encerramento, sofreu, ao longo de todo o século XX, as mais variadas e cruéis agressões que em muito lhe sumiram a sua primitiva beleza. Infligidas pela inclemência do tempo, algumas. As mais atrozes, porém, pela incúria, ignorância, quiçá mesmo estupidez dos homens. Mas como *não há mal que sempre dure...*, a recente mudança de proprietário veio trazer uma nova esperança àquele que é, seguramente, o maior imóvel com interesse histórico e patrimonial de todo o concelho de Viana do Alentejo. O edifício está, desde os inícios de 2018, a sofrer importantes, cuidadas e dispendiosas obras de reabilitação e restauro, num processo julgado por muitos dos locais como improvável, se não mesmo impossível de alguma vez poder acontecer.

The austere building façade dominates the entire old *Rossio do Mosteiro*. Sad and abandoned, the Convent of the *Bom Jesus de Viana do Alentejo* hides, as if ashamed, behind the grove of the nearby garden. After almost a hundred and twenty years since the day of its closure, it has suffered, throughout the 20th century, the most varied and cruel aggressions that have largely erased its primitive beauty. Inflicted by the inclement weather, some were. The most atrocious, however, by the negligence, ignorance, perhaps even stupidity of men. But as there is *no harm that always lasts...*, the recent change in ownership has brought new hope to what is surely the largest property with historical interest in the entire municipality of Viana do Alentejo. The building has been, since the beginning of 2018, undergoing important, careful, and costly rehabilitation and restoration works, in a process that many of the local inhabitants considered unlikely, if not impossible, ever to happen.

ÍNDICE

Palavras-chave: convento, Jerónimos, Viana do Alentejo, reabilitação

Keywords: convent, Hieronymites, Viana do Alentejo, rehabilitation

AUTOR

FRANCISCO JOSÉ BAIÃO

xico.baiao@sapo.pt

Azulejo e futuro

Parte III

«Projeto SOS Azulejo»

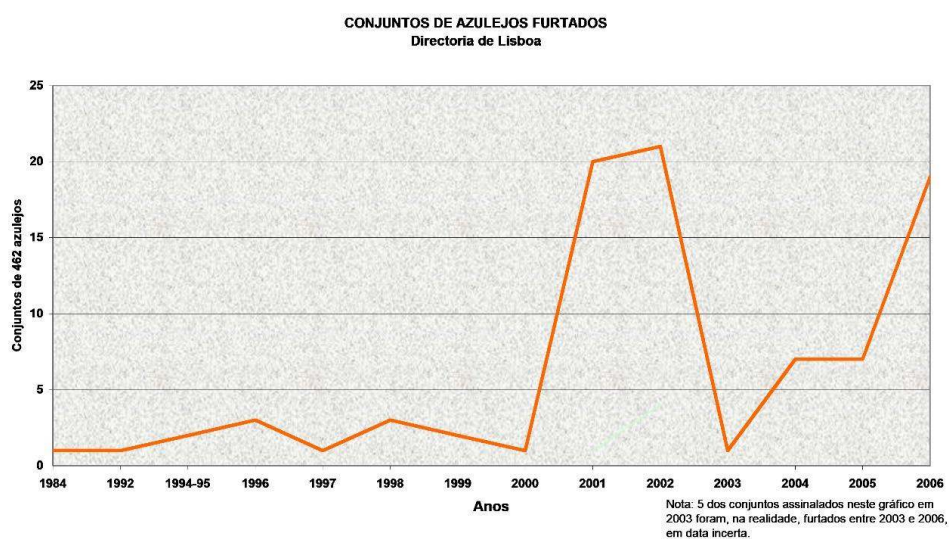
Virar uma página na salvaguarda e valorização global do património azulejar português

Leonor Sá

Introdução

- 1 A partir de 2002, e como resposta a um quadro extremamente negativo e de grande desequilíbrio valorativo do património azulejar português na passagem do séc. XX, para o XXI – além de pouco denunciado ou até discutido¹ –, o Museu de Polícia Judiciária (MPJ) ponderou criar o «Projeto SOS Azulejo». A génese deste projeto radicava nas seguintes ordens de razões:
- 2 Em primeiro lugar, na segunda metade do séc. XX e início do séc. XXI registara-se uma grave e crescente delapidação do património azulejar português, nomeadamente por furto e vandalismo, mas também por ausência de cuidados de conservação e falta de valorização. Sendo dificilmente mensurável a totalidade deste fenómeno negativo, foi no entanto possível quantificar os furtos de azulejos históricos e artísticos registados na região de Lisboa e o número aproximado desses azulejos furtados a partir dos anos 80 do séc. XX. Vejamos o quadro estatístico correspondente até ao período imediatamente anterior à criação do «Projeto SOS Azulejo», ou seja, até 2006:

Figura 1. Azulejos históricos e artísticos furtados (com registo) na região de Lisboa, 1984–2006.



Fonte: Museu de Polícia Judiciária.

- 3 O gráfico mostra-nos claramente um acentuado aumento do número de azulejos furtados em Lisboa e áreas circundantes sobretudo a partir de 2000. No entanto, importa aqui frisar que estes dados se referem apenas a furtos *registados*, ou seja, furtos que foram alvo de queixa apresentada na Diretoria da Polícia Judiciária (PJ) desta região, existindo fortes indícios que apontam para um número elevado de cifras negras.
- 4 Em segundo lugar, refira-se que o MPJ possui, no seu espólio muito eclético e diferenciado, uma coleção de azulejos históricos furtados² recuperados pela PJ mas que, por mais inacreditável que nos possa parecer, não foi possível devolver aos legítimos proprietários, por não se ter logrado a sua identificação³. Este facto é, em si, muito significativo e revelador, pois aponta para a já afluída falta de valorização da azulejaria portuguesa no nosso país, não tendo os lesados apresentado queixas de furto, o que lhes permitiria tentar recuperar os azulejos furtados. Eis uma imagem de parte desta coleção azulejar do MPJ, que já tem sido exposta por diversas vezes pelo seu interesse pedagógico e de prevenção criminal.

Figura 2. Coleção azulejar do MPJ (parcelar).



Fonte: Museu de Polícia Judiciária.

- 5 Estas últimas preocupações expositivas estão ligadas, precisamente, à terceira ordem de razões que levaram à criação do «Projeto SOS Azulejo»: o facto de o MPJ ter escolhido, desde a sua génese, em 1993, a «Prevenção criminal» como sua «função social»⁴, exercendo-a através de exposições e projetos extramuros. Deste modo, o MPJ presta um serviço de utilidade prática à comunidade, já que cidadãos informados estarão mais aptos a defender-se, prevenindo uma série de situações potencialmente criminosas, neste caso no âmbito do património azulejar. Esta opção radica no facto de que, entre as várias competências da PJ, se destaca por um lado a competência reservada dos crimes ligados ao património cultural e bens históricos e artísticos⁵ e, por outro, a competência da prevenção criminal⁶. De facto, e muito antes de surgir o «Projeto SOS Azulejo», já a Polícia Judiciária atuava a nível da investigação criminal neste tipo de crimes, através de brigadas especializadas em bens culturais, desvendando muitos dos furtos ocorridos, e recuperando e devolvendo muitos azulejos históricos e artísticos aos seus proprietários. Agora, porém, tratava-se de tentar uma ação complementar à investigação criminal, prevenindo um tipo de crimes que, como vimos, nos últimos tempos teimava em aumentar.

Interdisciplinaridade e necessidade de parcerias

- 6 Como instituição museológica, o MPJ muito cedo teve a perceção de que o problema que afetava o património azulejar português não se cingia ao âmbito criminal, abarcando também a ausência de conservação e de valorização. Na realidade, assistia-se a um profundo desequilíbrio valorativo do património azulejar português: apesar de deter um museu nacional próprio e de ser estudada e apreciada por uma elite⁷, a azulejaria

portuguesa continuava a ser ignorada por grande parte da população portuguesa que, vivendo quotidianamente rodeada de azulejos, não lhes conferia valor especial nem o carácter culturalmente diferenciador que, no outro prato da balança, a maior parte dos estrangeiros, a referida elite ou os «amigos do alheio» lhes atribuíam, num quadro que assim favorecia a falta de proteção e a consequente delapidação.

- 7 O MPJ considerou, assim, que o problema exigia uma abordagem interdisciplinar e, portanto, parcerias que lograssem abarcar o espectro geral de competências requeridas, sobretudo no domínio da prevenção criminal, da conservação preventiva e da valorização do património. Após um longo e acidentado processo de obtenção de parcerias, as instituições que seguidamente se enumeram assinaram em 2007 um protocolo com a então Escola de Polícia Judiciária, hoje Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (que tutela o MPJ), formalizando assim o início do «Projeto SOS Azulejo»⁸:

- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Direção Geral do Património Cultural (DGPC);
- Instituto Politécnico de Tomar (IPT);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Polícia de Segurança Pública (PSP).

- 8 A estas se juntaram, em boa hora e por iniciativa própria, a «Rede de Investigação em Azulejo» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (RIA-FLUL) em 2010 e, em 2014, a Universidade de Aveiro. Neste quadro, o MPJ assumiu, além da iniciativa, também a coordenação do projeto. De notar que o projeto não possui orçamento próprio, dispondo-se todos os parceiros a entabular tarefas que, no quadro das competências e valências de cada um, possam contribuir para um objetivo comum.

Iniciativas, ações, resultados

- 9 Apesar dos inúmeros obstáculos e dificuldades, o «SOS Azulejo» logrou ao longo do tempo, através das suas múltiplas iniciativas, resultados positivos marcantes dos quais apresentaremos apenas os mais visíveis e mensuráveis. Em primeiro lugar, refiramos a página www.sosazulejo.com. Esta página marcou o arranque mais visível do «SOS Azulejo» e funcionou como uma poderosa ferramenta que permitiu a disseminação de uma assinalável quantidade de informação da maior relevância e utilidade no campo desta problemática, com máxima otimização de recursos. Da totalidade de dados informativos aí acessíveis destacamos a entrada «Azulejos furtados»: aí se pode aceder às imagens de azulejos figurativos furtados e procurados pela polícia, com o objetivo de possibilitar e facilitar a sua identificação, dificultar a sua circulação nos mercados e exercer um papel dissuasor e preventivo. Os efeitos imediatos desta disseminação de informação não podiam ter sido mais rápidos e positivos: logo no dia seguinte ao lançamento do site deu-se a primeira recuperação de um painel figurativo de azulejos furtados. Eis o painel em questão:

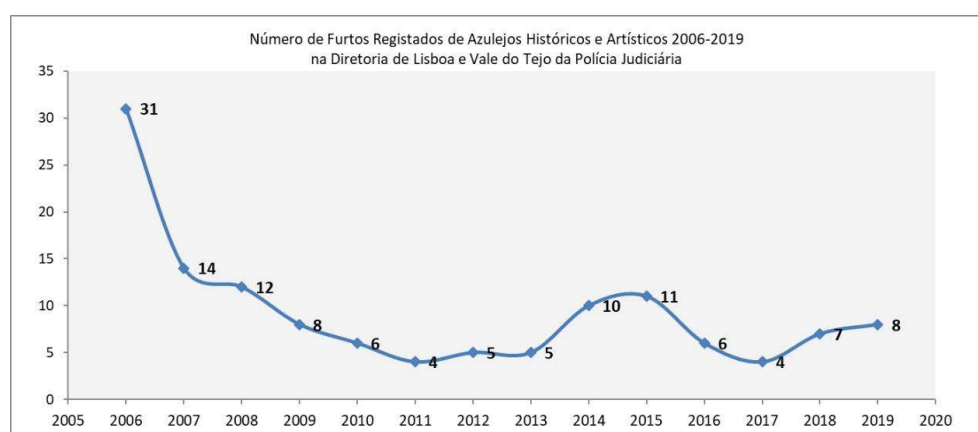
Figura 3. Painel de azulejos do início do séc. XX da autoria de Leopoldo Battistini, furtado em 2001 do Palácio da Rosa, Lisboa, e recuperado através do site www.sosazulejo.com.



Fonte: Museu de Polícia Judiciária.

- 10 Será também na sequência da referida disseminação de imagens de azulejos figurativos furtados no site do «SOS Azulejo» – e da dissuasão que implicam – que se poderá compreender a dramática diminuição de furtos registados de azulejos na região de Lisboa a partir do momento em que o «Projeto SOS Azulejo» foi criado, conforme se pode ver no quadro estatístico que se segue:

Figura 4. Número de Furtos Registados de Azulejos Históricos e Artísticos 2006–2019 na Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo da Polícia Judiciária.



Fonte: Museu de Polícia Judiciária.

- 11 Verificamos que de facto a acentuada diminuição dos furtos registados em causa começou logo após a criação do «SOS Azulejo», em 2007, atingindo 87,1 % em 2011

e 2017, patenteando algum acréscimo nos anos intermédios e seguintes, e apresentando o valor de 74,2 % em 2019. Um problema que subsiste deve-se ao furto de azulejos de padrão, que se repetem em muitos edifícios e cidades diferentes e não podem ser identificados por imagem, como os azulejos figurativos disseminados no site do projeto. Nesta sequência, e considerando ser necessário adotar outro nível de medidas que logrem resolver o problema, o «SOS Azulejo» apresentou em 2016 uma proposta ao Parlamento no sentido de limitar e controlar a venda de azulejos antigos, a que adiante voltaremos a aludir.

- 12 Todavia, e como referido, o MPJ tinha a noção de que a delapidação azulejar não se devia apenas a um problema criminal, mas também à falta de conservação e valorização, patentes na degradação de grande número de fachadas azulejadas e, sobretudo, na frequente remoção de azulejos e demolição de prédios azulejados. Assim, logo a partir de 2008, foram desenvolvidos contactos junto da Câmara Municipal de Lisboa (CML), cidade aparentemente mais afetada pelo problema, no sentido de alertar para a imperiosa necessidade de criar mecanismos específicos e concertados para estancar e reverter a tendência de destruição progressiva do património azulejar da capital. Em maio de 2009, conseguiu-se um seminário conjunto e a assinatura de um protocolo entre a CML e a PJ, com vista à salvaguarda do património azulejar lisboeta, que em 2010 teve como consequência indireta a constituição, no departamento da cultura da CML, do «Programa de Investigação de Salvaguarda dos Azulejos de Lisboa» (PISAL, entretanto extinto) e a primeira inserção de uma verba destinada à salvaguarda dos azulejos de Lisboa no orçamento camarário de 2011. Foi, porém, através do departamento de urbanismo da CML que o «SOS Azulejo» conseguiu uma alteração estrutural de enorme impacto e alcance, quando o novo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL) de 2013 adotou a proposta do projeto de interdição de demolição de fachadas azulejadas e de remoção de azulejos das mesmas (salvo em exceções de diminuto valor patrimonial devidamente avaliadas pela própria CML)⁹. Esta medida significou, verdadeiramente, uma viragem de 180° na abordagem do património azulejar da cidade, que pela primeira vez foi visto como um todo. De facto, a continuar a demolição de prédios azulejados e a remoção azulejos da capital ao ritmo dos últimos 40 anos, Lisboa rapidamente deixaria de ser, nas palavras do eminente especialista José Meco, «a cidade com mais azulejos do mundo».
- 13 Lisboa, contudo, constituiu apenas o início da batalha contra a vaga de destruição legal do património azulejar português dos últimos tempos. Através do parceiro ANMP, o «SOS Azulejo» procurou sensibilizar os restantes municípios para a adoção de regulamentação semelhante à do RMUEL em todo o território nacional, protegendo assim a totalidade do património azulejar português externo. Dado que em três anos apenas três dos mais de 300 municípios aderiram¹⁰, o «SOS Azulejo» mudou de estratégia: em fevereiro de 2016 apresentou no Parlamento¹¹ várias propostas legislativas, uma das quais transpõe as supra referidas medidas do RMUEL para todo o território português, interditando a nível nacional a demolição de fachadas azulejadas e a remoção de azulejos das mesmas (salvo em exceções de diminuto valor patrimonial). As restantes propostas legislativas visavam a criação do Dia Nacional do Azulejo e, como já referido, a limitação e controlo da venda de azulejos antigos. Estas propostas

foram discutidas e parte delas foram unanimemente aceites no Parlamento a 24 de março de 2017, fazendo hoje parte da legislação portuguesa, a saber:

- Resolução da Assembleia da República n.º 144-2017 de 6 de julho: Cria o Dia Nacional do Azulejo (6 de maio)
 - Resolução da Assembleia da República n.º 145-2017 de 6 de julho: Recomenda ao Governo a proteção e a valorização do Património Azulejar Português, mediante medidas concretas.
 - Lei 79/2017, de 18 de agosto: Protege o património azulejar, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na prática interditando a demolição de fachadas azulejadas e a remoção de azulejos das mesmas em todo o território nacional, salvo em «casos devidamente justificados, autorizados pela Câmara Municipal em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante destes».
- 14 A partir do verão de 2017, Portugal passou, assim, a dispor de legislação específica e determinante para a proteção do património azulejar português proposta pelo «Projeto SOS Azulejo». O resultado implicou o estancamento gradual da verdadeira «sangria» de demolições e remoção de azulejos até aí ativa no país inteiro, assim como uma sensibilização anual para o tema e o encorajamento de medidas de salvaguarda como a inventariação e a conservação do património azulejar português. Para facilitar a nova implementação legal, o «SOS Azulejo» criou também um grupo de trabalho que elaborou um documento intitulado «Critérios de orientação para avaliação de fachadas azulejadas por parte dos municípios para aplicação da Lei 79/2017 de 18 de agosto», que distribuiu por todos os municípios e colocou *online* no seu site, onde pode ser acedido.
- 15 Das muitas outras iniciativas do «SOS Azulejo», não poderemos deixar de mencionar aqui também o Movimento «SOS Azulejo» para a Salvaguarda do Património Azulejar dos edifícios alienados dos Hospitais Cívicos de Lisboa¹², o protocolo assinado com a então REFER (hoje IP) em 2014¹³ e duas iniciativas com carácter anual, a «Ação Escola SOS Azulejo» e os «Prémios SOS Azulejo». Estes últimos, cuja primeira edição teve lugar em 2010, pretendem dar visibilidade e encorajar as boas práticas ligadas ao património azulejar português que, na maior parte dos casos, passavam despercebidas.
- 16 Assim, o «SOS Azulejo» tem vindo a premiar, em prestigiadas cerimónias que decorrem anualmente no Palácio Fronteira, um crescente número de trabalhos de excelência ligados ao estudo, proteção, conservação, valorização, divulgação e produção artística azulejar, que julgamos contribuírem de modo extraordinariamente positivo para o incremento desses mesmos vetores de ação ligados ao património azulejar português. Momentos altos desta iniciativa constituíram, logo no primeiro ano, a atribuição do «Prémio Excecional Contributo SOS Azulejo» à atual figura central dos estudos de azulejaria José Meco, e o «Prémio Boas Práticas» aos municípios de Aveiro, Porto e Ovar, pelos seus «Bancos de Azulejos»¹⁴, assim como os «Prémios Obra de Vida SOS Azulejo» aos artistas plásticos Eduardo Nery (2011), Maria Keil (2012), Querubim Lapa (2013), Júlio Pomar (2014), Manuel Cargaleiro (2015), Graça Moraes (2016) e ao arquiteto Álvaro Siza (2017), assim como os «Prémios Personalidade» conferidos a Fernando de Mascarenhas (2011) e João Castel-Branco Pereira (2018)¹⁵.

Figura 5. Em maio de 2014, no Palácio Fronteira, Júlio Pomar recebe o Prémio SOS Azulejo «Obra de vida» das mãos do premiado do ano anterior, Querubim Lapa. Na retaguarda, ao centro, Fernando de Mascarenhas.



Fonte: Museu de Polícia Judiciária. Foto de Paulo Fernando.

- 17 Quanto à «Ação Escola SOS Azulejo»: esta iniciativa anual pretende semear o gosto e o orgulho pela azulejaria portuguesa sobretudo nas camadas mais jovens da população. Esta ação pedagógica iniciada em 2011 apela à criatividade de alunos e professores e tem contado com uma adesão crescente, tendo atingido, em 2019, 163 escolas e quase 18 000 participantes, de todas as faixas etárias e todos os níveis de ensino, do pré-escolar ao universitário (incluindo universidades sénior e ensino especial). O nível dos trabalhos apresentados e o entusiasmo têm ultrapassado todas as expectativas, esperando-se assim que esta tão frutuosa sensibilização dê frutos e que as novas gerações estimem e passem a melhor cuidar do património azulejar português.

Figura 6. «Ação Escola SOS Azulejo 2017» em Ovar, com a participação de centenas de crianças, respetivos professores e o empenhado apoio da respetiva Câmara Municipal.



Fonte: Câmara Municipal de Ovar.

Figura 7. O resultado de três «Ações Escola SOS Azulejo» sucessivas (2014, 2015, 2016) numa das muitas escolas que têm participado repetidamente, a *International Preparatory School* de Bicesse: três pares de painéis de azulejos representando uma laranjeira, um limoeiro e uma macieira – e respetivos dísticos relativos ao projeto – elaborados pelos alunos da escola, sob orientação dos professores, e aplicados no pátio do recreio.



Fonte: International Preparatory School, Bicesse.

- 18 No âmbito das mais importantes iniciativas deste Projeto, serão também de mencionar a sessão e exposição comemorativas dos 10 anos do «SOS Azulejo» realizadas em 2017 na nova sede da Polícia Judiciária em Lisboa e, no mesmo ano, a criação do «SOS Azulejo Brasil», a partir da Universidade Federal da Baía com a parceria da Universidade

Federal do Pará. Nos anos seguintes (2018 e 2019), foi lançado a todos os municípios (através do parceiro ANMP) um questionário a nível nacional sobre inventários azulejares municipais, com vista à elaboração da «Carta nacional do Azulejo».

Figura 8. A Secretária de Estado da Justiça visita a exposição alusiva ao 10.º aniversário do «SOS Azulejo» (2007–2017) acompanhada pelo Diretor Nacional da PJ e pela coordenadora do Projeto.



Fonte: Museu de Polícia Judiciária.

- 19 Finalmente, a nível internacional, o «Projeto SOS Azulejo» tem obtido bastante repercussão, e não só por parte dos órgãos de comunicação social (sobretudo televisão e imprensa). Mencionemos apenas alguns pontos de referência: em 2013, foi-lhe atribuído o «Grande Prémio da União Europeia para o Património Cultural / EUROPA NOSTRA» (nunca antes nem depois atribuído a Portugal); em 2014, o projeto foi convidado a integrar o prestigioso grupo «The Best in Heritage»¹⁶; em dezembro de 2015, um número especial do Boletim do ICOM dedicado ao novo conceito «Museus e paisagens culturais»¹⁷ publicou um artigo sobre o «SOS Azulejo» com o título «Azulejo awareness: towards the protection of a unique Portuguese cultural landscape»¹⁸; e, em 2018, uma publicação *online* da organização EUROPA NOSTRA intitulada *Awareness-Raising & Advocacy* alusiva ao ano europeu do património cultural dedicou um capítulo ao «Projeto SOS Azulejo» como sendo um de oito exemplos de boas práticas «que valem a pena partilhar»¹⁹.

Figura 9. Entrega do Grande Prémio da União Europeia para o Património Cultural / EUROPA NOSTRA 2013' categoria 4 à mentora do «Projeto SOS Azulejo», por parte de Plácido Domingo e da Comissária Europeia para a Cultura, em Atenas.



Fonte: EUROPA NOSTRA.

- 20 Por último, e na sequência de tudo o que ficou dito, gostaríamos de pensar que o «Projeto SOS Azulejo» tem contribuído de forma decisiva para o recente e inegável aumento da valorização generalizada da azulejaria portuguesa no nosso país, muito visível, por exemplo, nas redes sociais, no design, na moda, na opinião pública no geral, no aumento de estudos específicos e de recuperações azulejares, etc., interesse esse absolutamente vital para a salvaguarda, valorização e projeção futura deste património cultural identitário único no mundo. Tal conclusão não invalida que o «SOS Azulejo» continue os seus esforços no mesmo sentido, pois o património azulejar português está ainda longe de se encontrar totalmente valorizado e protegido.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA BASTOS, Margarida; LOPES, Fernando (2007) – *A Salvaguarda do Património Azulejar de Lisboa – O exemplo dos Registos de Santos*, Santo António Exposição de Registos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Carta de Siena (2014) [em linha]. ICOM Italy [consult. 12 de julho de 2022]. Disponível em https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/Carta_di_Siena_EN_final.pdf

CARVALHO, Rosário Salema (2007) – A investigação em Portugal na área da azulejaria. O inventário e classificação (1972–2006). In Henriques, Paulo (coord.) – *João Miguel dos Santos Simões 1907–1972*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 237–254.

Declaração de Santiago do Chile (1972) [em linha]. Mesa-Redonda ICOM [consult. 12 de julho de 2022]. Disponível em <https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-icom-unesco-santiago-do-chile-1972.pdf>

Declaração do Quebec, Princípios de Base de uma Nova Museologia (1984) [em linha]. IBERMUSEUS [consult. 18 julho de 2023]. Disponível em <http://www.bermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-quebec-1984/>

FLOR, Susana (coord.) (2014) – *A Herança de Santos Simões, Novas Perspectivas para o Estudo da Azulejaria e da Cerâmica*. Lisboa: Colibri.

HENRIQUES, Paulo (coord.) (2007) – *João Miguel dos Santos Simões 1907–1972*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, Instituto dos Museus e da Conservação.

MECO, José (2007) – E depois de Santos Simões? In Henriques, Paulo (coord.). *João Miguel dos Santos Simões 1907–1972*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 23–28.

NERY, Eduardo (2007) – *Apreciação estética do azulejo*. Lisboa: Inapa.

Recomendação da UNESCO relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade (2015, novembro) [em linha]. Paris [consult. 26 de julho de 2016]. Disponível em http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL). Diário da República, 2.ª série, n.º 74, 16 de abril de 2013.

SÁ, Leonor (1992 & 2005) – “Programa Museológico – Museu Criminalístico de Polícia Judiciária”, documentos policopiados, INPCC.

SÁ, Leonor (2014) – Turning a Social Problem into a Cultural Opportunity: «SOS Azulejo Project», an Interdisciplinary Approach towards the Protection of Portugal’s Historic and Artistic Tiles’ Heritage. In Sola, Tomislav (ed.). *The Best in Heritage*, Dubrovnik, Croatia, in partnership with EUROPA NOSTRA under special patronage of ICOM, Zagreb: The Best in Heritage, pp. 88–91

SÁ, Leonor (2015) – Azulejo awareness: towards the protection of a unique Portuguese cultural landscape. *ICOM NEWS Special Issue Museums and Cultural Landscapes*. Vol. 68, n.º 3–4, pp. 14–15.

SÁ, Leonor (2018) – «Projeto SOS Azulejo»: um projeto interdisciplinar para a proteção e a valorização do património azulejar português. *ARTIS Revista de História de Arte e Ciências do Património*. 2.ª série, n.º 6, pp. 96–101.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1961, 29 de abril) – «Azulejos», Diário de Notícias. In Lopes, Vitor Sousa (org.) (2001) – *Estudos de Azulejaria*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 233–234.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1964) – «O azulejo como factor de atracção turística», comunicação apresentada ao I Congresso Nacional de Estudos Turísticos, Lisboa. In Lopes, Vitor Sousa (org.) (2001) – *Estudos de Azulejaria*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 283–284.

NOTAS

1. Santos Simões denunciou a delapidação do património azulejar português já nos anos 60 do séc. XX, cf. Simões, 1961, 233; Simões, 1964, 283–284. Porém, só voltamos a encontrar registos

denunciando esta situação a partir do ano da criação do «SOS Azulejo», em 2007 (Nery, 2007, 101–105; Almeida Bastos et al., 2007).

2. Rececionada pelo MPJ em 2001.

3. No final do processo judicial, os referidos azulejos foram declarados «perdidos a favor do Estado» e sujeitos – por proposta do tribunal – a uma seleção e incorporação parcial, em primeiro lugar por parte do Museu Nacional do Azulejo e, em segundo lugar, por parte do MPJ.

4. O conceito de «função social dos museus», que surge da «Declaração de Santiago do Chile» (1972, Mesa-Redonda ICOM) e da «Declaração do Quebec, Princípios de Base de uma Nova Museologia» (1984), dissemina-se posteriormente na ação e bibliografia museológicas, sendo recentemente enfatizada na «Recomendação da UNESCO relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade» (2015). Sobre a escolha da «Prevenção Criminal» como «Função social» do MPJ (ex. MAHP – Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária), veja-se: Sá, 2005, 5 (a partir de Sá, 1992): «Sob esta nova perspetiva conceptual, o museu já não se “limita” à sua função clássica de recolher, conservar, estudar e divulgar determinados testemunhos culturais ou naturais – por mais fundamental que tal função permaneça e mais trabalhosa que se apresente – mas, seguindo a especificidade da sua área temática, poderá escolher uma Função Social que lhe permita estabelecer uma ponte privilegiada com a comunidade, funcionando como interveniente ativo e impulsionador positivo de reflexão, evolução e mudança. / Nesta perspetiva, o MAHPJ não teve dúvidas em escolher a “Prevenção Criminal” como sua Função Social. De facto, a par da Investigação Criminal complexa, a Prevenção Criminal constitui uma das principais competências da Polícia Judiciária, e o museu, ao seleccioná-la como sua função social, poderá (...) exercer a Prevenção Criminal de modo assertivo, pedagógico e lúdico, constituindo uma ponte privilegiada da PJ com a comunidade».

5. Art. 7.º da Lei 49/2008, de 27 de agosto.

6. Art. 4.º do Decreto-Lei n.º 137/2019 de 13 de setembro.

7. Para uma visão geral da evolução destes estudos, ver Meco, 2007, 23–28; Carvalho, 2007, 237–254; Flor, 2014.

8. As designações das instituições aqui registadas são as designações atuais, sendo que algumas se alteraram desde a sua adesão ao «SOS Azulejo».

9. Artigos 13.º e 14.º do RMUEL, Diário da República 2.ª série, n.º 74, 16 de abril de 2013.

10. São eles: Coruche, Santa Comba Dão, Vale de Cambra e, parcialmente, Carrazeda de Ansiães.

11. A apresentação do projeto e das suas propostas legislativas de salvaguarda e valorização do património azulejar português foi feita à 12.ª Comissão para a Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto no dia 10 de fevereiro de 2016.

12. Este «Movimento» desenvolveu três níveis de ações preventivas:

a) Visitas guiadas, sensibilizando a administração e o público em geral para o elevado risco a que estará sujeito este património azulejar quando os edifícios ficarem devolutos e para a necessidade de medidas preventivas adequadas;

b) Inventariação de todo o espólio azulejar de quatro hospitais, por parte do Parceiro RIA-FLUL; este inventário é importantíssimo a nível científico e também, nomeadamente, por ser altamente dissuasor de furto, já que torna estes azulejos conhecidos, identificáveis e muito difíceis de escoar nos mercados;

c) Contactos com o novo proprietário destes edifícios, a empresa Estamo/Parpública, catalisando um plano de segurança já implementado no 1.º e único hospital até agora devoluto. Até à implementação deste plano de segurança, atuou o parceiro PSP, com vigilância acrescida ao recinto em questão. O «SOS Azulejo» pretende replicar estes procedimentos se e/ou quando os restantes edifícios ficarem devolutos.

13. Os resultados mais importantes deste protocolo consistiram em:

a) afixação de placas de prevenção criminal em todas as estações ferroviárias azulejadas;

- b) vigilância por parte do Parceiro GNR de apeadeiros desativados e em risco;
- c) aceleração do inventário azulejar.

14. Os «Bancos de Azulejos» municipais recolhem, inventariam e classificam azulejos oriundos de obras e demolições que são depois disponibilizados aos municípios que deles necessitem, para preencher lacunas azulejares.

15. Pode-se aceder às listas de todos os premiados em <http://www.sosazulejo.com/?p=579>

16. Sá, 2014.

17. O tópico «Museus e paisagens culturais» foi também o tema escolhido pelo ICOM em 2016 não só para presidir ao «Dia Internacional dos Museus», como também à sua 24.^a Conferência Geral, em Milão, tornando-se assim notória a sua atualidade e importância. O conceito de «Paisagem cultural» é relevado pela *Carta de Siena*, adotada em 2014 pelo ICOM, que defende um novo modelo de responsabilidade e ação para os museus, que vá para além das suas coleções e abranja o território e as «paisagens culturais». Consideramos que, ao criar o «SOS Azulejo» e outros projetos, o MPJ seguiu estas ideias *avant la lettre*.

18. Sá, 2015.

19. Sá, 2018.

RESUMOS

Este artigo apresenta a história do «Projeto SOS Azulejo», criado pelo Museu de Polícia Judiciária em 2007, como reação – mas também agindo pró-ativamente – contra um cenário extremamente negativo de delapidação do património azulejar português. Com a parceria de entidades muito diversificadas, este projeto levou a cabo uma série inovadora de ações pragmáticas e de sensibilização para a salvaguarda, valorização e estudo deste património cultural único e identitário português, obtendo resultados extremamente positivos, como a dramática diminuição dos furtos registados de azulejos históricos e artísticos portugueses, o estancamento da vaga de demolições de fachadas azulejadas e remoção de azulejos das mesmas em todo o território nacional (através de proposta de nova legislação específica, aprovada no Parlamento em 2017) e, finalmente, a atribuição em 2013 do «Grande Prémio da União Europeia para o Património Cultural / Europa Nostra» (nunca antes nem depois atribuído a Portugal).

This article presents the history of the «SOS Azulejo Project» created by the Judicial Police Museum in 2007 as a reaction – but also acting proactively – against an extremely negative and destructive scenario of Portuguese historic and artistic tile heritage. With the partnership of several different entities, the project carried out an innovative series of pragmatic and awareness-raising actions to safeguard, enhance and study this unique and identity Portuguese cultural heritage, achieving extremely positive results, such as the dramatic reduction in registered thefts of Portuguese historic and artistic tiles; stopping the demolition wave of tiled facades and removal of tiles from the same facades in the whole Portuguese territory (through the proposal for a new specific legislation, approved by Parliament in 2017); and the attribution in 2013 of the «European Union Grand Prix for Cultural Heritage / Europa Nostra» (never before or after attributed to Portugal).

ÍNDICE

Palavras-chave: património azulejar português, salvaguarda ativa, valorização, legislação

Keywords: Portuguese tile heritage, active safeguard, valorisation, legislation

AUTOR

LEONOR SÁ

Museu de Polícia Judiciária / «Projeto SOS Azulejo»

leonor.sa@pj.pt

Zulejo: novas tecnologias ao serviço do Património Azulejar

Ana Catarina Pinheiro e Mathilda Amélia Larsson

NOTA DO EDITOR

O presente texto não segue a grafia estabelecida pelo Acordo Ortográfico de 1990.

NOTA DO AUTOR

Catarina Pinheiro e Mathilda Larsson são financiadas através da Fundação para a Ciência e Tecnologia com os contratos CEECIND/02598/2017 e CEECIND/00349/2017, respectivamente, e através do UIDB/04449/2020 e UIDP/04449/2020 no Laboratório HERCULES, Universidade de Évora.

O azulejo de padrão

- ¹ O azulejo e a sua aplicação na arquitectura constituem a expressão artística portuguesa mais proeminente e singular (PINTO DE MATOS, 2015). Esta herança árabe foi ininterruptamente utilizada na arquitectura portuguesa desde o final século XV, evoluindo e acompanhando diversos movimentos artísticos (PINTO DE MATOS, 2015) e dando aos edifícios e à paisagem urbana características únicas (LOBO et al., 2010). O azulejo surge, desta forma, ligado à identidade cultural Portuguesa.

Figura 1. SEQ Figura * ARABIC 1 – Muitos dos edifícios de cidades portuguesas como Lisboa, Porto, Ovar ou Famalicão, têm as suas fachadas revestidas com azulejos de padrão.



Fonte: Autoras.

- 2 Por este motivo, está presentemente a ser elaborada uma candidatura do Azulejo Português a Património Mundial pela Direcção-Geral do Património Cultural em conjunto com o Museu Nacional do Azulejo (MNAz), o Laboratório de Engenharia Civil (LNEC) e a Comissão Nacional da UNESCO (PINTO DE MATOS, 2015). O sucesso desta candidatura irá inevitavelmente traduzir-se numa projecção do azulejo, aumentando o seu interesse turístico, cultural e patrimonial.
- 3 A investigação sobre o azulejo histórico português tem tido um papel muito relevante no reforço da identidade deste Tesouro Nacional. Redes de investigação¹, assim como variados livros e outras publicações, têm sido dadas a conhecer nos últimos anos, contribuindo para a vasta bibliografia sobre o azulejo que existe actualmente (LNEC, 2019a, 2019b; MECO, 1985; SIMÕES, 1990). O projecto de investigação «Biblioteca DigiTile: azulejaria e cerâmica online» reuniu parte da extensa bibliografia existente numa biblioteca digital sobre azulejaria e cerâmica portuguesas (PINTO et al., 2012). Tem-se também assistido a um grande esforço por parte dos museus e Câmaras Municipais na inventariação dos mesmos (CARVALHO, 2018; FERNANDES, 2017; SABO et al., 1998; SAPORITI, 1992, 2006). Neste campo destaca-se o papel da Rede Azulejo da Universidade de Lisboa, que tem feito um trabalho notável na inventariação através da criação da base de dados pública, a AZ Infinitum (REDE DE INVESTIGAÇÃO EM AZULEJO, s. d.). Com uma preocupação com as questões tradicionais da autoria e cronologia, a AZ Infinitum introduz uma abordagem inovadora à investigação académica ao usar imagens e ferramentas informáticas que permitem não só transmitir informação de uma forma dinâmica, como também encorajar a formulação de novas questões e o avançar do conhecimento (CARVALHO, 2019).
- 4 Também na área da protecção têm surgido projectos muito relevantes. O internacionalmente premiado SOS Azulejo foi pioneiro na salvaguarda do património azulejar através da divulgação pedagógica e legislação contra o furto do azulejo (SÁ, 2014).

- 5 O património azulejar encontra-se disperso por todo o país e está presente em igrejas, edifícios públicos e privados, tanto no exterior como no interior. No final do século XIX, assistiu-se à generalização do uso do azulejo em fachadas de edifícios privados. Em Lisboa estima-se que existam cerca de 2500 fachadas azulejadas e em Ovar serão cerca de 800. No entanto, apesar dos esforços para a sua inventariação, o número concreto de fachadas com azulejos não está ainda determinado. Como grande parte do património azulejar está nas mãos de particulares – os proprietários dos edifícios onde se encontram aplicados –, está apenas disponível para fruição estética ocasional, sem qualquer tipo de auxílio para a sua interpretação.
- 6 Por tudo isto, o azulejo surge como um recurso imenso pela sua quantidade, qualidade e transversalidade ao País, permanecendo, no entanto, inexplorado em todo o seu potencial: apesar das inúmeras iniciativas no campo institucional, existe ainda um hiato entre o público geral/turista e o azulejo.

Novas formas de abordar o azulejo: estudo, divulgação e preservação

- 7 Presentemente, os museus e outras instituições ligadas ao património cultural são incentivados pela União Europeia a aderir às novas tecnologias (VARBOVA et al., 2018) não apenas para a gestão interna, mas como forma alternativa de comunicar e transmitir conhecimento ao público. O projecto MUSA² é um exemplo desse esforço. Na área do património cultural estão em curso grandes avanços e muitos museus integram jogos interactivos, exposições virtuais e outros tipos de novas tecnologias nas exposições, como veículo de informação, oferta de novas experiências e captação de novas gerações. A base de muitas destas tecnologias é a inteligência artificial (IA), que está a transformar todos os sectores através da automatização de tarefas e superação de muitas limitações existentes. O *Deep learning*³ é um ramo da *Machine learning*⁴, um tipo de IA que se baseia na programação através da análise de grandes quantidades de dados com um funcionamento semelhante ao das redes neuronais. Estes têm melhorado drasticamente a forma como *smartphones* e computadores conseguem reconhecer padrões e imagens.
- 8 Actualmente, e recorrendo à IA e *Deep learning*, é possível encontrar em poucos instantes a correspondência entre uma imagem e uma base de dados. Exemplos como as aplicações CamFind[®] and PlantSnap[®] tornam possível, de uma forma quase instantânea, identificar objectos e plantas comparando uma imagem captada pelo utilizador com uma base de dados.
- 9 É com base no pressuposto de que já é possível fazer uma correspondência entre uma imagem fotográfica e uma base de dados que surge a ideia de criar a Zulejo, actualmente em fase de protótipo (desenvolvida por David Ortega, Pomika, de San Antonio, Texas, EUA, e Málaga, Espanha).
- 10 O utilizador capta uma fotografia de um azulejo, a aplicação com recurso a IA faz o seu reconhecimento através de bases de dados específicas e o retorno são os padrões mais próximos (de acordo com o algoritmo criado) e informações sobre o azulejo e outros padrões considerados semelhantes. Informações como o período de produção do padrão identificado, fabricantes e o mapeamento de outros locais onde o mesmo padrão foi aplicado ficam instantaneamente acessíveis. A Figura 2 ilustra este processo:

Figura 2. Esquema ilustrativo da forma como a aplicação Zulejo funciona.



Fonte: Autoras.

- 11 O programa compara a imagem recolhida a partir da fachada com a base de dados da AZ Infinitum (base pública) e apresenta nove possibilidades, ordenadas de acordo com a percentagem de similaridade encontrada pelo algoritmo. No caso do azulejo mostrado na Figura 2, existe uma correlação a 100 % entre a imagem e a base de dados e, após selecção deste padrão, é fornecida a informação que existe, neste momento, associada ao mesmo nessa base de dados: origem e história, enquadramento artístico, descrição e autoria ou fabricante. Como a selecção de conteúdos de forma a serem cativantes e adequados é um factor crucial (BOIANO et al., 2012), é previsível que, no futuro, esta informação seja tratada de forma a poder fornecer dois níveis de complexidade: um mais simples para o utilizador comum e outro mais detalhado para um público especialista nesta área.
- 12 Como auxiliar na inventariação dos azulejos, um processo minucioso e moroso, a Zulejo traz a vantagem de contar com a ajuda do utilizador. Mesmo quando o azulejo fotografado não está na base de dados, a aplicação recebe a informação da imagem e localização da fachada de forma a que esta possa ser estudada e incorporada na própria base. A relação entre o utilizador e a aplicação torna-se dinâmica, enriquecendo tanto conteúdos como experiências a cada utilização.
- 13 A colaboração aqui descrita entre o utilizador e programa – um exemplo daquilo que é hoje a ciência-cidadã⁵ – não se esgota aqui. Numa perspectiva de conservação, a aplicação poderá ainda sensibilizar e envolver o público para a monitorização do estado de conservação das fachadas. Para este objectivo, no entanto, as imagens recolhidas terão de permanecer de uso restrito para não denunciarem publicamente locais onde já exista falta de azulejos e, portanto, se tenha tornado mais fácil a sua remoção para fins ilegais.
- 14 A Zulejo tem também uma finalidade ligada à investigação. Apesar de se basear em redes neuronais humanas, o algoritmo estabelece uma comparação entre azulejos que não obedece às mesmas regras do nosso cérebro. As comparações que fazemos e que, intuitivamente ou não, nos fazem agrupar determinados tipos de padrões poderão ser

completamente distintas daquelas realizadas pelo algoritmo e será muitíssimo interessante poder realizar este estudo comparativo.

- 15 Finalmente, é possível prever a utilidade da Zulejo também na área do Turismo. Sendo o azulejo um dos mais apreciados tesouros artísticos das nossas cidades faz sentido usá-lo para as promover também, e o algoritmo pode ser dotado com a possibilidade de oferecer um roteiro turístico ao utilizador tendo como base as suas preferências em termos de padrão ou cor dominante do próprio azulejo. A geolocalização dos azulejos – um dado presente na caracterização dos mesmos na base de dados – permitirá facilmente guiar o utilizador para outros azulejos similares ou outros padrões diferentes, mas que estejam nas proximidades do utilizador. Uma análise a esta função de roteiro permitirá verificar quais os azulejos que suscitam maior interesse e as zonas mais visitadas (*hotspots*). Para além do valor ligado à investigação, este tipo de informação tem também interesse comercial devido à possibilidade de saber quais os padrões que mais interesse suscitam.

Dificuldades e Limitações

- 16 Uma das dificuldades que a aplicação Zulejo apresenta está relacionada com a sua sustentabilidade financeira. Garantir uma experiência agradável aos utilizadores da Zulejo passa por garantir celeridade na resposta e na interacção entre usuário e aplicação. Para isso, é preciso assegurar um servidor de grande capacidade, pois a informação armazenada é muita e com tendência a crescer. Este é, portanto, um encargo permanente que tem de ser assegurado.
- 17 Grande parte das vantagens definidas na secção anterior irão gerar uma grande quantidade de informação. Para poder ser incorporada de forma coerente e cuidada na base de dados e para permitir que tanto a aplicação como a própria base de dados possam evoluir, é preciso que profissionais especializados sejam agregados ao processo. É possível que esta necessidade seja mais premente no início, quando a informação surge de uma forma exponencial e que esta se vá esbatendo com o tempo, mas em nenhum momento se prevê a dispensa total desta supervisão e análise.
- 18 Estes dois pré-requisitos – capacidade de resposta e tratamento e integração de nova informação – poderão ser subsidiados com recurso a publicidade especializada, nomeadamente através de contratos realizados com antiquários e leiloeiras, lojas de artesanato e souvenirs, fábricas/manufacturas/ateliers ligados à produção cerâmica, fábricas e manufacturas de cerâmica (Kerajet, Revigrés, Vista Alegre, Fabrica Sant'Anna, Viúva Lamego, Lojas Bicesse, etc.) e instituições ligadas ao Património e Turismo. Para além de propiciar financiamento à Zulejo, este contacto com comércio directamente relacionado irá, a par de informação específica como *workshops*, cursos, livrarias e informação relativa a museus e monumentos com azulejos, permitir expandir e complementar a rede virtual já existente em torno do azulejo português.
- 19 Numa perspectiva mais prática, a Zulejo necessita de aceder à internet para se poder explorar todas as suas potencialidades. Esta questão pode ser considerada secundária em utilizadores nacionais que dispõem de planos de dados que lhes permitem aceder mesmo sem uma rede *wireless* disponível. O mesmo não se poderá dizer do turista estrangeiro que estará naturalmente mais restringido no acesso a dados móveis quando estes não são acedidos através de uma rede *wireless* gratuita. É de prever que esta

situação se altere nos próximos anos, com a intenção de assegurar uma rede gratuita em cidades inteiras (como acontece em Barcelona, Nova Iorque, Seoul ou Wellington, entre outras). Entretanto, a Zulejo oferecerá a possibilidade de gravar as imagens e localização de cada azulejo para que o utilizador possa explorar a aplicação quando estiver numa zona com rede gratuita. Para uma melhor experiência, os padrões fotografados poderão também ser explorados numa plataforma paralela (um website) onde, tal como na aplicação, o utilizador terá acesso a roteiros, relações entre azulejos, descrição, história e etc. O website terá ainda a vantagem de oferecer um ecrã maior para melhorar o usufruto dos padrões azulejares.

Conclusão

- 20 A Zulejo pretende ligar o público e o património azulejar através das mais recentes tecnologias.
- 21 O mercado do turismo e cultura tiveram um aumento exponencial nos últimos anos em Portugal. A candidatura a património da UNESCO irá elevar este tesouro nacional subestimado e exigir novas formas de interpretação e valorização deste património.
- 22 Actualmente, não existe no mercado português nenhum produto com a mesma funcionalidade que a aplicação Zulejo. Existe uma aplicação semelhante desenvolvida no Brasil para ser utilizada exclusivamente no Belém, Pará, denominada AzulejAR⁶. Esta aplicação, ainda em fase beta, apresenta-se como um guia sobre o acervo dos azulejos exclusivo da cidade de Belém do Pará.
- 23 Existem aplicações e *softwares* que se baseiam na mesma tecnologia que é aqui apresentada. No entanto, a especificidade desta aplicação relativa ao azulejo faz com que nenhum seja uma concorrência directa. As bases públicas Google Arts and Culture e Europeia apenas apresentam informação sobre objectos em contexto museológico e outras aplicações ligadas ao património cultural funcionam com a existência de QRcodes ou transmissores. No entanto, dado o grande número de azulejos existentes em Portugal, o funcionamento da Zulejo sem depender este tipo de equipamento constitui uma vantagem e possibilita a sua aplicação em qualquer local, mesmo fora do país. A Zulejo e a AZ Infinitum são parceiras neste projecto, visto que a utilização de uma bases de dados fidedigna e curada dá maior credibilidade à informação disponibilizada pela aplicação. Em troca, a Zulejo permite dar maior visibilidade à base de dados e consegue agilizar a aquisição de novos padrões e pesquisa na base de dados.

BIBLIOGRAFIA

BOIANO, Stefania; BOWEN, Jonathan; GAIA, Giuliano (2012) – «Usability, Design and Content Issues of Mobile Apps for Cultural Heritage Promotion: The Malta Culture Guide Experience». In Dunn, Stuart; Bowen, Jonathan P.; Ng, Kia (eds.) – *EVA London 2012: Electronic Visualisation and the Arts*. London: London South Bank University.

CARVALHO, Maria do Rosário Salema (2018) – «A Magna Arte do Azulejo no Arquipélago (Séculos XVII e XVIII)». In Sardo, Delfim; Caldas, João Vieira; Serrão, Vítor (Eds.) – *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*. Secretaria Regional de Educação e Cultura | Direção Regional da Cultura, pp. 429–455.

CARVALHO, Rosario Salema (2019) – To be part of... architecture, decoration or iconography. Documenting azulejo as integrated heritage. *ISPRS Annals of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences* [em linha]. Vol. IV-2/W6, pp. 39–46. DOI: 10.5194/isprs-annals-IV-2-W6-39-2019.

FERNANDES, Francisco José Carneiro (2017) – *Roteiro no concelho de Viana do Castelo*. Câmara Municipal de Viana do Castelo.

LNEC (2019a) – *Studies in Heritage Glazed Ceramics – On the origin of majolica azulejos production in Portugal* [em linha]. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Vol. I [consult. Junho de 2020]. Disponível em <http://glazedceramics.lnec.pt>

LNEC (2019b) – *Studies in Heritage Glazed Ceramics – On the origin of majolica azulejos production in Portugal* [em linha]. Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Vol. II [consult. Junho de 2020]. Disponível em <http://glazedceramics.lnec.pt>

LOBO, Carla; PERNÃO, João (2010) – Glazed tiles as an improving element for environmental quality in Urban Landscape. *Colour: Design & Creativity*. Vol. 5 pp. 1–12.

MECO, José (1985) – *Azulejaria Portuguesa*. Lisboa: Bertrand.

PINTO, Eunice Silva; RESENDE, Jorge; LEITÃO, Paulo (2012) – Projeto DigiTile: biblioteca digital de azulejaria e cerâmica. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* [em linha]. Vol. 11. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/383>

PINTO DE MATOS, Maria Antónia (2015) – «Portuguese Azulejos, World Heritage». In Rodrigues, José Delgado; Mimoso João Manuel (eds) – *GlazeArch2015, International Conference Glazed Ceramics in Architectural Heritage*. *Actas do Encontro*. Lisboa: LNEC.

REDE DE INVESTIGAÇÃO EM AZULEJO (s. d.) – *Az Infinitum: Sistema de Referência e Indexação de Azulejo* [em linha]. Sistema de Referência e Indexação de Azulejo [consult. Junho de 2020]. Disponível em <https://redeazulejo.letras.ulisboa.pt/pesquisa-az/azinfinitem.aspx?pesquisaGeral=1>

SÁ, Leonor (2014) – «Projeto SOS Azulejo: Da Prevenção Criminal à Salvaguarda Global do Património do Azulejo de Lisboa». In Flor, Susana Varela (ed.) – *A Herança de Santos Simões: Novas perspectivas para o estudo da azulejaria e da cerâmica*. Lisboa: Colibri, pp. 57–70.

SABO, Rioletta; FALCATO, Jorge Nuno (1998) – *Portuguese decorative tiles: Azulejos*. New York: Abbeville Press.

SAPORITI, Teresa (1992) – *Azulejos de Lisboa do século XX*. Porto: Afrontamento.

SAPORITI, Teresa (2006) – *Azulejaria do Distrito de Portalegre*. Lisboa: Edição de autor.

SIMÕES, João Miguel Santos (1990) – *Azulejaria em Portugal nos Séculos XV e XVI – Introdução Geral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VARBOVA, Venelina; ZHECHKOV, Ruslan (2018) – Digital solutions in the field of cultural heritage. *A Policy Brief from the Policy Learning Platform on Environment and resource efficiency* [em linha]: Interreg Europe [consult. Junho de 2020]. Disponível em <https://>

www.interregeurope.eu/sites/default/files/inline/2018-08-06_Policy_brief__on_digital_technologies.pdf

NOTAS

1. Como a Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões, desenvolvida pelo ARTIS (IHA-FLUL) e disponível em <https://redeazulejo.lettras.ulisboa.pt/>
 2. Mu.SA: Museum Sector Alliance – Disponível em <http://www.project-musa.eu>
 3. *Deep Learning* – ramo da *Machine learning* que utiliza algoritmos (conjuntos de instruções matemáticas) que são baseadas nas redes neuronais, funcionando como o cérebro humano.
 4. *Machine Learning* – tipo de inteligência artificial no qual o computador, em vez de ser programado para uma tarefa, formula estratégias de resolução de problemas usando uma grande quantidade de dados para aprender como fazer essa tarefa.
 5. Visitar <https://www.citizenscience.gov/#> ou <https://ecsa.citizen-science.net/> para consulta de alguns destes projectos.
 6. Para mais informações visitar https://play.google.com/store/apps/details?id=org.ncarneiro.raturismo&hl=pt_PT
-

RESUMOS

Portugal tem no azulejo uma das suas melhores e mais cativantes expressões artísticas e que suscita, inquestionavelmente, o interesse do público e em particular do turista estrangeiro. Apesar de não ter tido origem em território lusitano, foi aqui que o azulejo de padrão veio a revelar um uso tão extenso que se tornou quase uma marca, um símbolo, e grande parte das menções internacionais relacionados com Turismo em Portugal fazem-lhe a devida referência. Este facto traduz-se também na enorme quantidade de *souvenirs* e outros produtos inspirados nos azulejos portugueses. A aplicação Zulejo, ainda na fase de protótipo, pretende facilitar a divulgação do azulejo e das suas características através do reconhecimento visual do seu padrão e comparação com uma base de dados curada. Quando totalmente desenvolvida e disponível, esta aplicação poderá ainda ser uma importante ferramenta para a preservação do mesmo.

The Azulejo is one of Portugal's most intriguing artistic expressions, alluring to both national and international public. Although it did not originate in our country, it was here that the patterned tile presents such a widespread use that it became almost a brand or a symbol and all international mentions of our country pay its tribute to this small piece of art, aesthetics and creativity. The Zulejo app, still in its prototype phase, aims at easing the dissemination of information on the azulejo through pattern visual recognition and comparison with a curated database. When fully developed and made available for download, this app can also be a valuable tool in the conservation efforts dedicated to protect this particular asset.

ÍNDICE

Palavras-chave: azulejo, aplicativo, inteligência artificial, conservação, cultura, turismo

Keywords: azulejo, app, artificial intelligence, conservation, culture, tourism

AUTORES

ANA CATARINA PINHEIRO

Laboratório HERCULES, Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda
acmsp@uevora.pt

MATHILDA AMÉLIA LARSSON

Laboratório HERCULES, Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda

Salvaguarda do Património Cultural

A Azulejaria

Deolinda Tavares

Introdução

- 1 O exercício profissional na área da salvaguarda e conservação do património cultural rege-se pelas normas éticas e legais que estabelecem a certificação obrigatória dos interventores. Tratando-se de atividades desenvolvidas no âmbito das competências da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), o respetivo enquadramento está definido no Decreto-Lei n.º 114/2012¹, cujo Art.º 2.º determina que as Direções Regionais de Cultura têm por missão e atribuições, entre outras:
 - promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa, valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, nomeadamente através de ações educativas e de formação;
 - articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam atribuições ou objetivos afins na respetiva área de intervenção, com a finalidade de incentivar formas de cooperação integrada a desenvolver e concretizar mediante protocolos ou contratos-programa.
- 2 É este o enquadramento institucional e normativo da breve reflexão que se segue, na qual, a propósito de algumas situações concretas, se procura destacar aspetos a valorizar e outros a melhorar na prática dos especialistas e na atitude de todos nós, cidadãos.

Particularidades da intervenção em azulejaria

- 3 O azulejo como revestimento arquitetónico assume uma enorme variedade de tipologias e uma ampla cronologia de utilização. A sua salvaguarda e conservação requerem um trabalho multidisciplinar, envolvendo os contributos da História de Arte e da Ciência de Materiais, bem como o conhecimento das tecnologias de construção e da produção cerâmica nas suas variantes cronológicas e oficinais.

- 4 Contudo, se o objetivo almejado for a sustentabilidade e coerência dos programas de preservação e valorização do património, o contributo das comunidades que convivem diariamente com o património e que guardam um saber feito de vivências e memórias do sítio e das alterações que testemunham é a componente imprescindível que dá sentido e legitimidade à nossa ação.
- 5 No momento de avaliar situações, elaborar diagnósticos e programar intervenções, toda essa informação é necessária, mas nem sempre valorizada, perdendo-se assim uma oportunidade única de recolha e elaboração de informação sobre a história do património e dos fatores que com ele interagem.
- 6 Tanto na esfera pública como na privada, os escassos recursos afetados à conservação e valorização dos bens patrimoniais conduzem frequentemente a situações de degradação progressiva e de risco grave que obrigam a intervenções de emergência, com custos elevados a vários níveis.
- 7 Este ciclo será quebrado quando se adotar uma prática preventiva e de manutenção do património, baseada não só na monitorização assente num rigoroso conhecimento técnico e científico, mas também no diálogo e envolvimento das comunidades e dos seus representantes, a quem se deve a preservação e salvaguarda de inúmeros bens do património de todos nós, sobretudo dos que não se incluem nos circuitos mais visíveis e turisticamente rentáveis.
- 8 Nas atividades desenvolvidas pela DRCALEN, essas parcerias são uma prática comum que, não sendo a panaceia universal, contribui para soluções mais eficazes e sustentáveis. Trata-se de reunir vontades, juntar recursos e potenciar resultados, em benefício do nosso património cultural.
- 9 Os casos a seguir relatados são mote para uma reflexão sobre sucessos e insucessos, embora todos com resultado positivo.

Basílica Real, Castro Verde

- 10 A Basílica Real de Castro Verde, igreja matriz desta vila (Figura 1), foi um dos muitos monumentos fortemente afetados pela extinção da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e das suas Direções Regionais.
- 11 Trata-se de um edifício pertencente à Paróquia, classificado de Interesse Público (IP), de enorme escala e problemas de manutenção/conservação proporcionais, que integrava o plano regular de obras de reparação, nomeadamente de cobertura, no âmbito das competências e atividades da DGEMN.

Figura 1. Basílica Real de Castro Verde, revestimento interior em azulejos do séc. XVIII.



Fonte: Autora, 2016.

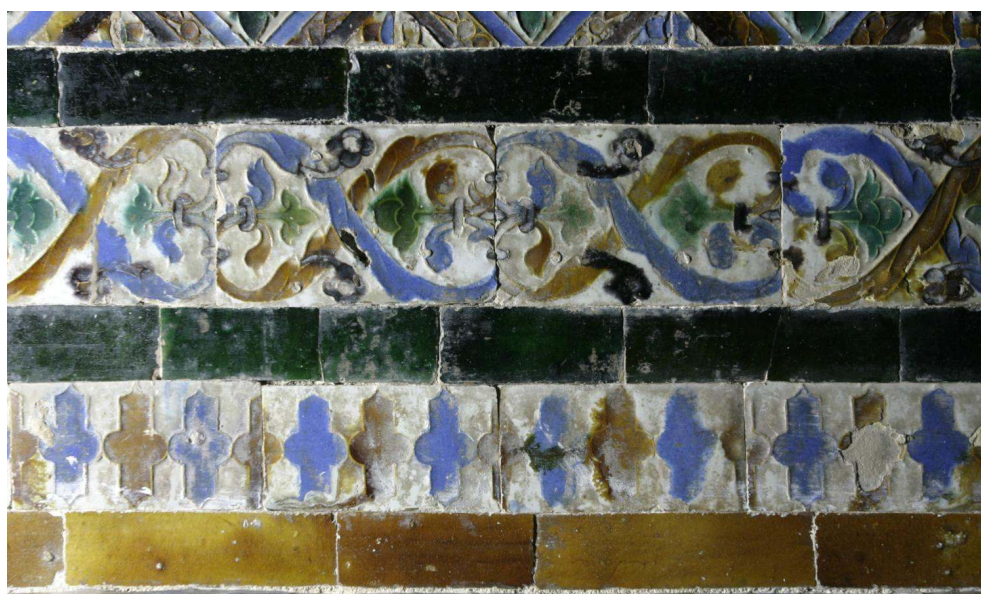
- 12 A transferência dessas competências para o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) não foi acompanhada pelos correspondentes e necessários recursos técnicos e financeiros, o que inviabiliza a sua concretização, por exemplo, no que respeita a este Monumento. Por outro lado, a dimensão dos meios necessários às intervenções a realizar não estão ao alcance da Paróquia nem da autarquia, apesar das tentativas realizadas ao longo dos anos para que o investimento se realizasse.
- 13 Com os esforços recentemente desenvolvidos pela Comissão Paroquial e a Diocese, em parceria com a Câmara Municipal, e o apoio empenhado da Direção da DRCALEN, teve início um processo de reabilitação faseada do Monumento com financiamentos comunitários e apoios mecenáticos de empresas da zona. Garantido o financiamento, a DRCALEN participa também no processo da intervenção, nomeadamente, na elaboração de projetos especializados de conservação e restauro do património integrado, bem como nos procedimentos de consulta e no acompanhamento técnico da execução da obra.
- 14 Os problemas do revestimento azulejar, como de outros elementos do património integrado da igreja, foram seriamente agravados pela constante infiltração de águas pluviais nas alvenarias de suporte e consequente desagregação das argamassas de fixação. Daqui resultou um evidente risco de colapso em «castelo de cartas», visto que os azulejos revestem, sem descontinuidades entre níveis decorativos, os paramentos interiores na sua altura total de cerca de 12 metros. Qualquer episódio de rutura de uma parte, por pequena que seja, da ligação dos azulejos à parede, pode ter como consequência o desprendimento sucessivo de todos os outros elementos do conjunto.

- 15 Assim, a intervenção de conservação e restauro a realizar com urgência na azulejaria não pode ser parcial nem faseada; pelo contrário, terá que ser planeada, e até orçamentada, tendo em conta a necessidade de realização de exames de proximidade e de um diagnóstico detalhado da situação, bem como a instalação de um sistema de segurança contra o eventual desprendimento descontrolado de azulejos, o que implica a instalação de andaimes em todo o perímetro e altura da nave.
- 16 É uma intervenção de grande amplitude e custos relevantes, com a agravante de ser somente uma parte da obra global de reabilitação da igreja, que terá de ser efetuada para garantir a eficácia e durabilidade das intervenções parcelares em curso. Não é um empreendimento fácil, mas a parceria criada entre as entidades envolvidas com o objetivo partilhado da salvaguarda e valorização do monumento assegura as condições para a concretização, passo a passo, do projeto.

Convento de Nossa Senhora da Conceição, Beja

- 17 O Convento de Nossa Senhora da Conceição, sede do Museu Rainha Dona Leonor, em Beja, e, no caso em apreço, o notável conjunto de azulejaria hispano-mourisca do séc. XVI, proveniente de Sevilha, que reveste a Sala do Capítulo² (Figuras 2 e 3), foi igualmente vítima do já mencionado processo de extinção da DGEMN.
- 18 Uma campanha de obras de reabilitação promovida no final dos anos 90 foi abandonada pelo empreiteiro em litígio com o dono de obra, deixando por acabar a intervenção no revestimento de azulejos que permaneceu por mais de 20 anos nas condições de degradação que a imagem abaixo ilustra.

Figura 2. Azulejos sevillhanos do séc. XVI, da Sala do Capítulo do Convento da Conceição / Museu Rainha Dona Leonor, Beja.



Fonte: Museu Rainha Dona Leonor, 2017.

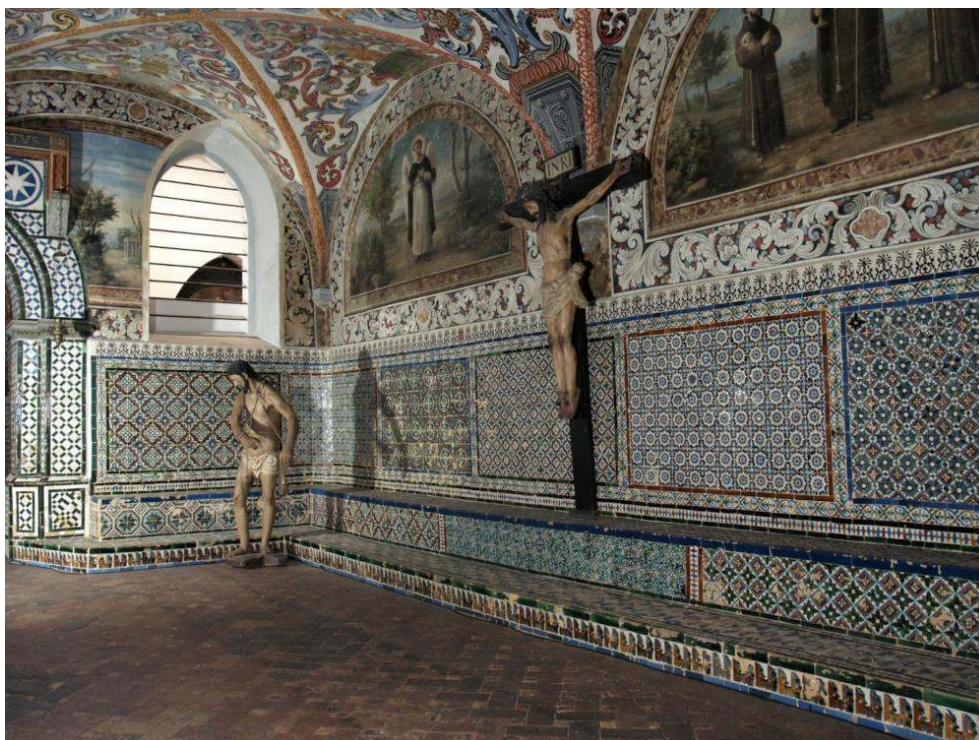
Figura 3. Convento da Conceição / Museu Rainha Dona Leonor, Beja. Azulejaria da Sala do Capítulo, tratamento interrompido nos anos 90 do séc. XX.



Fonte: Museu Rainha Dona Leonor, 2017.

- 19 Também aqui a DRCALEN, no âmbito de uma parceria com a Comissão Intermunicipal do Baixo Alentejo (entidade que à data tutelava o Museu) e a Universidade de Évora, e com o apoio mecenático da Fundação Millennium BCP, promoveu uma intervenção de conservação e restauro deste revestimento, incluindo o recurso ao fabrico de réplicas para preenchimento das diversas lacunas, uma vez que não foi possível localizar os azulejos removidos na obra dos anos 90 do século XX.

Figura 4. Convento da Conceição/Museu Regional de Beja. Azulejaria da Sala do Capítulo, tratamento concluído em 2019.



Fonte: Museu Rainha Dona Leonor, 2019.

- 20 A intervenção foi realizada por um conservador-restaurador contratado para o efeito, com o acompanhamento técnico da DRCALEN (Figura 4). Executado ao longo de três meses, o trabalho foi planeado de forma a poder ser observado pelos funcionários do Museu e pelos visitantes, procurando assim informar e sensibilizar as pessoas para a fragilidade, mas também para a beleza, deste património com 500 anos de vida.

Casa da Inquisição, Monsaraz

- 21 A Casa da Inquisição, propriedade do Município de Reguengos de Monsaraz, foi objeto de um processo de reabilitação que incluiu o reforço estrutural da parede da frontaria, onde estava aplicado um painel de azulejos do séc. XVIII que apresentava igualmente alguns sinais de deterioração.
- 22 Túlio Espanca referiu-o como «...um interessante painel azulejar, de bom volume e monocromo (azul e branco), com barra floral, barroca, centrando grande cruz envolvida por coro de anjos celestes, obra dos primeiros anos de setecentos, de olaria lisbonense, talvez da fábrica de António de Oliveira Bernardes»³. Contudo, uma observação atenta permitia perceber alguns desajustes na ligação entre os elementos pintados.

Figura 5. Painel da frontaria da Casa da Inquisição, de Monsaraz, a) antes; b) depois da intervenção de conservação e restauro.



Fonte: Autora, 2003.

- 23 Procedeu-se à remoção do painel para tratamento, enquanto decorria a obra de reforço estrutural da fachada, e posterior recolocação. Foi durante a intervenção de conservação e restauro que fomos surpreendidos por uma descoberta muito interessante: os azulejos mantinham, ainda bem visíveis, as marcações de oficina referentes à posição de cada um no painel. Seguindo essas indicações, pudemos remontar corretamente o conjunto e assim recuperar a imagem original que saiu do taipal do pintor (Figura 5).
- 24 Especulando um pouco, podemos imaginar que o painel viajou de Lisboa, da oficina de António de Oliveira Bernardes ou não, para Monsaraz, onde o proprietário da Casa terá incumbido um pobre pedreiro, pouco conhecedor desta arte, de o aplicar na parede. Dizemos que seria desconhecedor da arte azulejar porque, sem entender o código de letra e algarismo nos tardozeiros, ter-se-á certamente deparado com uma difícil tarefa, a de fazer uma composição que minimamente se parecesse com a representação de um Calvário.
- 25 Não temos mais dados em favor desta hipótese, mas, em contrapartida, podemos assegurar que foi um momento muito gratificante, o da descoberta desta nova imagem, a original, de que agora todos podemos desfrutar na bela fachada da Casa da Inquisição em Monsaraz (Figura 6).

Figura 6. Frontaria da Casa da Inquisição, de Monsaraz, após as obras de reabilitação.



Fonte: Autora, 2003.

Fachada na Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 1, Beja

- 26 Neste caso ocorreu também uma intervenção malsucedida por falta de conhecimento, quer do promotor da obra, quer da empresa que a executou. Nessa data, não estava ainda em vigor a legislação atual relativa à proteção do património azulejar⁴, mas o aconselhamento prévio ao dono da obra, por parte da entidade licenciadora, a respeito das competências exigíveis para a realização daquele tipo de trabalhos, tê-lo-ia poupado aos contratempos a que foi sujeito.
- 27 O proprietário do imóvel contratou uma construtora para a sua recuperação, que incluía o tratamento dos azulejos. Nas áreas maiores, revestidas com azulejos biselados verdes, havia algumas lacunas a colmatar com réplicas, mas o friso na parte superior, apesar de apresentar alguma degradação, estava completo (Figura 7a).

Figura 7. Friso a) antes da intervenção, b) depois da intervenção.



Fonte: Autora, 2012.

- 28 Quando os andaimes foram retirados, o proprietário foi confrontado com uma imagem do friso como a que vemos nas imagens. Não só havia um número considerável de perdas no friso, como a remontagem dos azulejos havia resultado num conjunto incongruente de elementos decorativos irreconhecíveis (Figuras 7b e 8a).
- 29 Nessa altura, em resposta ao pedido de apoio do dono de obra e da autarquia, elaborámos um plano para a correção do erro que passou pela contratação de um conservador que coordenou os trabalhos de produção de réplicas para a reconstituição do friso e os trabalhos posteriores para a sua aplicação na fachada (Figura 8b).

Figura 8. a) aspeto da fachada após a obra; b) aspeto atual da fachada.



Fonte: Autora, 2013.

- 30 Este caso ocorreu em 2012 e 2013. Entretanto, muitos progressos houve em resultado dos esforços partilhados entre as instituições e os técnicos no sentido de manter uma comunicação eficaz e promover a informação junto das comunidades sobre as boas práticas para a salvaguarda do nosso património.

- 31 Mas muito há ainda a fazer se entendermos o património de forma abrangente e global, incluindo o que faz parte da vida das comunidades mais pequenas e que dele cuidam com o maior desvelo.
- 32 Falamos de azulejaria e, por isso, cabe aqui citar a D. Vitória, da pequena aldeia de Montes Santana, na Freguesia de S. Miguel do Pinheiro, Mértola⁵, que, num lugar que nem vem nos mapas de visita, persistente e convictamente zela pela salvaguarda da pequena Capela de Santa Ana (Figura 9), com o seu magnífico revestimento de azulejos do séc. XVIII, e da festa tradicional de séculos que ali acontece anualmente.

Figura 9. Capela de Santa Ana, Montes Santana, S. Miguel do Pinheiro, Mértola. a) Exterior, b) interior.



Fonte: Autora, 2014.

- 33 Esta pequena homenagem à D. Vitória pretende lembrar todos os que como ela merecem o nosso reconhecimento e atenção.
- 34 A salvaguarda do património cultural e a sua divulgação compete-nos a todos, sem exceção, na Administração Pública, ou enquanto comunidades e cidadãos. É uma missão gratificante e de futuro.

BIBLIOGRAFIA

Ermida de Montes Santana é exemplar único e notável da nossa arquitetura religiosa. Câmara financia recuperação (2012). *Mértola Informação Municipal*. Mértola. N.º 21, pp. 6–7.

ESPANCA, Túlio (1978) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora: Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*. Tomo IX, vol. 1. Lisboa: ANBA.

SIMÕES, João Miguel dos Santos (1990) – *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, 2.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NOTAS

1. Diário da República, 1.^a série, n.º 102, de 25 de maio de 2012, p. 2768–2772 (<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/114-2012-177829>).
 2. Simões, 1990.
 3. Espanca, 1978, 402.
 4. Lei 79/2017. Diário da República, 1.^a Série, n.º 159/2017, de 18 de agosto de 2017, p. 4781 (<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/79-2017-108016474>).
 5. Ermida de Montes Santana é exemplar único e notável da nossa arquitetura religiosa. Câmara financia recuperação, 2012.
-

RESUMOS

A Direção Regional da Cultura do Alentejo / Ministério da Cultura tem por missão a salvaguarda do Património Cultural na Região nas suas várias componentes e circunstâncias. Nesse âmbito, reportam-se alguns exemplos ocorridos envolvendo o património azulejar e ilustrando a importância e os benefícios de uma atuação em colaboração entre as entidades e os cidadãos envolvidos.

The *Direção Regional de Cultura do Alentejo* (Regional Directorate for Culture in Alentejo) has the mission of safeguarding the Cultural Heritage in its various components and circumstances. Within this scope, some examples are reported as far as tiles heritage is concerned, illustrating the importance and the benefits of acting in cooperation between the institutions and the citizens connected to it.

ÍNDICE

Keywords: cultural heritage, ceramic tiles, safeguarding, cooperation

Palavras-chave: património cultural, azulejo, salvaguarda, cooperação

AUTOR

DEOLINDA TAVARES

Direção Regional de Cultura do Alentejo
 dtavares@cultura-alentejo.gov.pt